Programa de pós-graduação em Sociologia
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Joaquim Miranda Maloa

# O LUGAR DA DESORDEM*:*
## Um estudo sociológico sobre o assalto à mão armada em Moçambique, na cidade de Lichinga

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Adorno

São Paulo

2012

**Universidade de São Paulo**
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
**Departamento de Sociologia**
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Joaquim Miranda Maloa

# O LUGAR DA DESORDEM*:*
Um estudo sociológico sobre o assalto à mão armada em Moçambique, na cidade de Lichinga

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Adorno

São Paulo
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação

Serviço de Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

MALOA, Joaquim Miranda.

**O lugar da desordem**: um estudo sociológico sobre o assalto á mão armada em Moçambique na cidade de Lichinga/ Joaquim Miranda Maloa; orientador Sérgio Adorno. – São Paulo, 2012.
163 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

1.Jovens. 2.criminalidade urbana violenta. 3 assalto à mão armado. I. Adorno, Sérgio. II. Título. III. Título: O lugar da desordem: um estudo sociológico sobre o assalto á mão armada em Moçambique na cidade de Lichinga.

CDD

MALOA, Joaquim. **O lugar da desordem:** um estudo sociológico sobre o assalto á mão armada em Moçambique na cidade de Lichinga. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição: _____

Julgamento. _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

***Dedicatória***

À memória da minha mãe **Carolina Buge,** e do meu pai **Miranda Maloa**.
Deixe que eu me lembre dos tempos que passamos juntos tão claros e felizes, apesar de serem tempos difíceis. *Adeus! Até quando? Ate onde? Quem sabe? Falo vós em vão, bem sei, falo vós como lavrador do tempo* nessa dedicatória.

***Agradecimentos***

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Sérgio Adorno, que abriu as portas para essa oportunidade ímpar de estudar num dos prestigiantes Departamentos de Sociologia do Brasil. Foi muito mais que um orientador, pela confiança, ânimo e interesse demonstrado desde os primeiros contatos, encontrei nele apoio e incentivo. Espero que, ao ler esta dissertação, encontre muitas das suas ideias, reflexões e ensinamentos.

Agradeço ao Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique (MCT/Mz) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil (CNPq/MCTI-Br), pela concenção da bolsa no Programa de Estudante-Convênio de Pós-graduação (PEC/PG), sem a qual seria difícil realizar este estudo.

Meu grato reconhecimento aos Professores Doutores Fernando Augusto de Albuquerque Mourão e Marcos César Alvarez pelos questionamentos e riquíssimas contribuições no *exame de qualificação*, que muito contribuíram para a etapa final deste trabalho.

Não poderia deixar de oproveitar o ensejo de agradecer aos meus entrevistados que marcaram suas *vozes* nessa dissertação, com suas histórias de vida.

Agradeço à Professora Doutora Maria Helena Oliva Augusto, pelas contribuições feitas durante o *Seminário de Projeto I*. À Professora Doutora Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, pela *Metodologia Qualitativa em Sociologia*. Aos Professores Doutores Ricardo Musse e Ruy Braga, pelo seminário temático *Karl Marx, livro a livro*. Aos professores Doutores Brasilio Sallum Jr., Luis Carlos Jackson, António Sergio Guimarães, pelo seminário *Sociologia, Política e História*. Agradeço ainda à Professora Doutora Angela Alonso pelo convite para participar do seminário *Sociologia, Política e História* como uns dos debatedores.

Meu *Kanimambo* (obrigado) à Professora Doutora Nadya Araujo Guimarães, pela carta de aceitação que me permitiu conhecer e conviver diariamente com professores notáveis do Departamento de Sociologia.

Agradeço à Maria Angela Ferraro de Sousa e ao Vicente Sedrângulo Filho, interlocutores de todos os dias na Secretaria do Programa de Pós-graduação em Sociologia. Esses agradecimentos se estendem ao Professor Doutor Leopold Waizbort, pelo convite para participar na disciplina de *Sociologia do Automóvel e do Celular (subjetividade e sociedade)* e pela troca de algumas impressões sobre a Sociologia no Brasil. Ao Professor Doutor Mario Antônio Eufrásio, pela aula de Sociologia da *Escola de Chicago* nos corredores do prédio dos Departamentos de Filosofia e Ciências Sociais.

Agradeço aos estudantes que integraram a turma de mestrado em Sociologia na Universidade de São Paulo no ano de 2010 (PPGS/USP), com quem tive várias oportunidades de dialogar: Alexandre Barbosa, Ana Luisa Nakamoto, Andreza Galli, Ariadne Natal, Danilo Torini, Guilherme de Freitas, Guilherme Monteiro, Karen dos Santos, Mariana Riscali, Renata Preturlan, Sidney Ferrer, Thiago Alves, Wilson dos Santos e, especialmente, ao Cleto de Abreu e Lenin Bicudo Barbara, com quem partilhei muitos momentos de *aprendizagem*. Estendo estes agradecimentos aos casais de amigos, Márcio Oliveira e Eliane Silva; Francisco Thiago Rocha e Patrícia Ferreira; Matheus Gato de Jesus e Flavia Mateus Rios; Clodomir Cordeiro de Matos Jr. e Camila Nobre, em companhia dos quais passei horas de lazer em São Paulo.

Agradeço à Camila Caldeira Nunes Dias, à Alessandra Teixeira, à Viviane Cubas e ao Herbert Rodrigues, pela oportunidade que tivemos de discutir o objeto deste trabalho, realçando questões relevantes para o seu desenvolvimento, não apenas durante o Seminário no Núcleo de Estudo da Violência (NEV), mas também em muitos outros momentos onde a descontração e a alegria foram ingredientes centrais em nossos encontros.

Agradeço o pessoal do NEV: à Mariana Thorstensen Possas, que nas aulas de *Sociologia da Violência: Teoria e Pesquisa* partilhou comigo ricas discussões sobre teóricos da violência, criminologia e Direitos Humanos. Agradeço à Adoralina R. Brumo (Dora) e Jucilia Pereira (*In Memoriam*), pelo acolhimento, carinho e disponibilidade. Ao Abrão Silva, que nos diversos momentos me permitiu utilizar o banco de dados e as informações da biblioteca do NEV e que nunca poupava esforço em localizar artigos que eram necessários para persecução deste trabalho. Agradeço ainda ao Professor Doutor Fernando Salla, pela oportunidade de partilhar o seu vasto

conhecimento no curso sobre a obra de Michel Foucault, *Segurança, Território, População.*

Agradeço à Coordenadoria de Assistência Social da Universidade de São Paulo (COSEAS), em especial à assistente social Adriana Ribeiro, pela bolsa-moradia concedida por dois anos.

Sou particularmente grato à Professora Doutora Gislene Aparecida dos Santos, pela oportunidade de discutir os resultados preliminares deste trabalho na Escola de Arte, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP/Leste). E aos seus orientandos de pós-graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: Camila Sombra, Tiago Vinícius André dos Santos, Maria Letícia Puglisi Munhoz e Juliana Brandão, com quem travei um debate candente e enriquecedor, cujos resultados ficam vivos e permanentes nesta dissertação.

Sou ainda grato à Professora Doutora Zilda Márcia Lokoi e à amiga Teresa Teles, ambas do Laboratório de Estudos da Intolerância (LEI) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pelo convite para participar várias vezes nos debates sobre o projeto *Imigração contemporâneos em cidades globais: intolerância e solidariedades*.

Nesta esteira, tenho ainda um especial agradecimento à Professora Doutora Vanderli Custódio do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, por quem minha admiração não tem tamanho.

Expresso meu grande respeito e admiração pelos *Antropólogos moçambicanistas*, nomeadamente Professora Doutora Marta Denise da Rosa Jardim, Professor Doutor Luiz Henrique Passador e Doutor Héctor Rolando Guerra Hernández, que fizeram estudos sérios e interessantes sobre Moçambique, pelo não restam dúvidas que seus estudos influenciarão novas gerações de antropólogos moçambicanos e *moçambicanistas*. Agradeço-os pelas considerações tecidas naquele momento frente a um trabalho que se encontrava ainda em maturação.

Em São Paulo, tive apoio resplandecente de uma família para a qual eu quero deixar registrado o meu agradecimento, a dona Leda e o senhor Waldir, que me acolheram em sua casa; e não se esquecendo da sua filha,

amiga e “irmã” Suzana Alves de Sousa, que leu inúmeras vezes os rascunhos do exame de qualificação, transmitindo-me entusiasmo e alegria.

Também fica registrado a minha gratidão à Bruna Osti que investiu grande volume de tempo e esforço em ler esta dissertação. E sem exagero, a tradução do português moçambicano para o português brasileiro não podia ser possível sem a sua colaboração. À Odaleia Alves da Costa, porque além de ter dividido comigo o esforço físico de ler o primeiro manuscrito do relatório de qualificação, forneceu um rico debate sobre o tema. À Katia Muller, pelas anotações e textos interessantes. Ao Edson Cruz e à Valéria Alves de Sousa e a todos os membros do *Budismo* de *Nitires Daishonin*, que me ensinaram *Nam Myoho Rengue Kyo* e o culto de *Kossen Rufo*.

Agradeço ao Silvio César Tamaso D'Onofrio grande companheiro num cotidiano marcado por tantas alegrias e angústia de pensar o objeto dessa pesquisa. Ao Jonathan Marcelino, que me ofereceu ideias, informações e préstimo de enorme valia nessa caminhada do mestrado. Agradeço à Jane Roberta de Assis Barbosa, pelo rico café e acolhimento. Ao Aniel Lima dos Santos e ao Newman Nobre de Santos, meus companheiros de apartamento.

Sou também grato aos estudantes moçambicanos residente em São Paulo: Fátima Chauque, Anibal Muchimbane, Vicente Albino Manjate, Aida Binze, Vitória Simão, Policarpio Fontes, Emanuel Meque António, Papucides Bosco Ntela, Lídia Monjane, Francisco Chicamisse, Ana Maria Nhampule, Fernando Tsucana, Alexandre Timbane, Egor Borges, José Maria Langa, Laura Mendes, Tomé Bambo, Luis Alfredo Chambal, Rafael Chivure (*In Memoriam*) e Professor Carlos Subuhana, a quem quero registrar a minha profunda gratidão pelas muitas vezes em que atendeu prontamente às minhas solicitações, ainda que isso pudesse ampliar ainda mais o seu volume de trabalho e responsabilidade que sempre fora grande. Aos amigos angolanos: Isaac Paxe e Osvaldo Sebastião da Silva. O sempre meu “irmão congolês” Manisa Salambote Clavert que sempre compartilhou comigo o saber dos africanos.

À Ministra da Função Pública (MFP), Vitória Dias Diogo, pela licença que me permitiu dar continuidade a minha formação, em busca de aprimoramento sociológico. Ao Chefe do Gabinete da Ministra Andre Baboy José. Ao Diretor da Direção Nacional da Gestão Estratégica dos Recursos Humanos do Estado (DNGERHE), António Tchamo. À secretaria Olga. Ao

senhor Mucavel e ao Chefe de Departamento dos Recursos Humanos do Ministério da Função Pública, Célia Matavele.

Ao Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica de Lichinga (IFAPA) – escola da minha experiência profissional. Ao Diretor Joaquim Zacarias Mataruca, pela coragem, estímulo e paciência, *tambonga* (obrigado). Aos docentes, com quem troquei longos anos de experiência, Marcelino, Vidal, Nicasse, Baltazar, Wilson, Nampape, Andrew, Óscar, Aide, Manuel, Nuno, Luciano Simões (Diretor Pedagógico) e a todos os funcionários.

Aos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Promoção Social (CPS): Armando João Minofo, Assumail Raidone, Clemente Delfim Manuel Nicolau, Eliseu Joaquim Armando, Felizarda Abel Nhamuanzo, Manuel Luís Murambiua Vene, Óscar Rosário Jorge Daniel, Samuel Nóe Sílvio Langa, Sanito Michael Francisco Áfia, Valdemiro Candeias Victor Bravo Bacar, Celestino da Cecília Luís Zambeze e Massada Grácio Gunja (*In Memoriam*).

Meus irmãos, Tomé Maloa, Delfina Maloa, Páscoa Maloa e a Alina Maloa, muito obrigado, por compreenderem as minhas ambições, pelo carinho e apoio. *A vocês, que eu devo o meu senso de justiça*. Ao Cláudio Emerso dos Anjos, um amigo que nunca mediu esforços para me ajudar a compartilhar os seus conhecimentos sociológicos. Ao Pinto João Domingo, pela oportunidade conferida de longos anos de amizade. À Hortência Baulene, sei que tenho nela uma amizade reconhecida, *ta tenda* (obrigado).

Agradeço ao Serviço Nacional das Prisões (SNAPRI), principalmente ao Diretor João Zeferino Zandamela, pela autorização das entrevistas. Ao Diretor-Adjunto da Cadeia Provincial do Niassa, Amade Juma, e ao Comandante das Forças Prisionais, pelo atendimento coloroso e colaboração, meu *Kuchukuro* (obrigado).

Aos docentes da Universidade Pedagógica (UP), Delegação do Niassa – Curso de História Política e Gestão Pública (HIPOGEP), que sempre me acolheram: Tomé Morais, Arlindo Malize, Roberto Preto, Orlando Paulino, Geraldo Cebola, Félix Alifa, Rosalina Moisé, Agostinho Molesse e outros.

Aos Docentes do Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM): Professora Doutora Nair Monteiro Teles (minha mãe acadêmica) e à Doutora Sanna Van Roosmalen, ambas pela carta de recomendação e estímulo. Ao Mestre Baltazar Muianga, pela oferta de

bibliografia sobre crime. Ao meu interlocutor de longa data, Mestre Domingos Langa. Ao Mestre Carlos Quembo, do Departamento de História da UEM. À Ana Leão, pesquisadora senhor do *Institute for Security Studies* (ISS).

Aos meus alunos dos anos letivos de 2008 e 2009 do Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica de Lichinga (IFAPA) e do curso de História Política e Gestão Pública (HIPOGEP) da Universidade Pedagógica (UP) – Delegação de Niassa –, meu muito obrigado por transformarem as inquietações em sala em desafios, este é uma delas. Agradeço a todos que nessa caminhada me ampararam e fortaleceram tanto em Lichinga como em São Paulo, com suas palavras, gestos e olhares.

Agradeço à minha esposa Etelvina Alexandre Meque, companheira, mãe e "guerreira" que aceitou, durante esses anos, subtrair a vida sem a minha presença física. *Obrigado por tudo,* pelo estímulo e por se fazer presente na minha vida, *aniko Kuchanda na simba* (eu te amo, com toda força), *falo-te aquilo que a letra não alcança*.

Este trabalho não me pertence. É da população da cidade de Lichinga, terra amada, *terra de pinheiro e areia vermelha*, e dos jovens do seu chão, sobretudo dos jovens do amanhã, na esperança de outro tempo, de oportunidade de trabalho, de segurança pública, de justiça e de direitos humanos. Como diz Mia Couto, nem tudo está perdido.

***Resumo***

O presente trabalho visa compreender o processo da emergência dos jovens moçambicanos na experiência do assalto à mão armada na cidade de Lichinga. Para tanto, recorreu–se a entrevistas, observação direta e reportagens jornalísticas como ferramentas analíticas. O estudo é composto por dois eixos de análise complementares: macrossociológico e microssociológico. O primeiro eixo aborda as mudanças sociais, econômicas e políticas por que passou a sociedade moçambicana no período de 1975 a 1990. Tendo como objetivo compreender como essas mudanças influenciaram os padrões de comportamento juvenil e a emergência dos jovens na experiência do assalto à mão armada. O segundo eixo é centrado na construção dos perfis das carreiras na vida criminal de seis jovens assaltantes carcerados na cadeia provincial do Niassa, localizada na cidade de Lichinga, com o intuito de perceber quem são esses jovens que optam por essa modalidade criminosa e por que os mesmos enveredam pelo mundo do crime e da violência, mais propriamente do assalto à mão armada. A reflexão que perpassa os dois eixos coloca em discussão a circulação de armas de fogo utilizado na guerra civil, a corrupção policial e a desigualdade social como fatores explicativos centrais da emergência dos jovens moçambicanos na experiência do assalto à mão armada.

**Palavras-chave:** Jovens, criminalidade urbana violenta, assalto à mão armado.

***Abstract***

The present work aims to understand the process of the emergency of the young mozambicans in the experience of the armed hand assault in the city of Lichinga. In this case, were used interviews, direct observation and journalistic news articles as analytical tools. The study is composed of two complementary axles of analysis: macrosociological and microsociological. The first axle approaches social, economic and political changes between the periods from 1975 up to 1990. Having as objective to understand how these changes influenced the standards of the young people behavior and the emergency of the young people in the experience of the armed hand assault. The second axle is centered in the construction of the careers profiles in the criminal life of six young assaltants arrested in the provincial penitentiary of the Niassa, located in the city of Lichinga, with intention to perceive who are these young people that opt in this criminal modality and why the same ones follow the world of the crime and violence, more properly the armed hand assault. The reflection that goes into the two axles places in discussion the circulation of firearms used in the civil war, the police corruption and the social inaquality as central clarifying factors for the emergency of the young mozambicans in the experience of the assault by armed hand.

**Key-words:** Young people, violent urban criminality, assault by armed hand.

***Résumé***

Ce travail a pour but l´arrivée des jeunes mozambicains dans l´expérience d´assaut à main armée dans la ville de Lichinga. La recherche est basée sur des entrevues, l´observation directe et des reportages comme des outils analytiques. L´études est composée par deux axes d´analyse complémentaires: macrossociologique et microssociologique. Le premier axe aborde les changements sociaux, économiques et politiques qui ont lieu dans la société mozambicaine au cours des années 1975 à 1990. La principale indagation sociologique c´est comprendre comment ces changements ont influencé les modèles de comportement juvénile et l´émergence des jeunes dans l´expérience d´assaut à main armée. Le deuxième axe est centré dans la construction des profils criminels de six jeunes cambrioleurs emprisonnés dans la prison provinciale de Niassa, localisée dans la ville de Lichinga, dont l´objetive a eu d´identifier et caractériser ces jeunes et répondre pourquoi ils s´engagent au monde de crime et de la violence, plus proprement d´assaut à main armée. La réflexion sur les deux axes pose en discussion questions telles que le rôle de la circulation des armes à feu utilisées dans la guerre civile, la corruption de la police et l´inégalité sociale comme facteurs explicatifs centraux.

**Mots-clés** : Jeunes, criminalité urbaine violente, assaut à main armée.

## *Listas de ilustrações*

### Mapas

**Mapa1**– Localização geográfica de Moçambique ..... 25

**Mapa 2**– Localização e estrutura urbana da cidade de Lichinga ..... 29

### Figuras

**Figura1** – Croqui da Cadeia Pronvicial do Niassa (CPN) ..... 45
**Figura 2** – Xiconhoca representando um viciado em droga e álcool ..... 72
**Figura 3** – Xiconhoca representando indivíduo que recusa o trabalho coletivo 73
**Figura 4** – Chamboqueamento público..... 83

### Gráfico

**Gráfico 1** - População da África Austral..... 27
**Gráfico 2** - O produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique (1960-1998)..... 87
**Gráfico 3** - Evolução de crimes contra patrimônio, propriedade; contra pessoa e traquilidade publica em Moçambique entre (1998 - 2001)..... 101
**Gráfico 4** - Roubo e Tentativa de roubos e nas dez cidades da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 2002. ..... 107
**Gráfico 5** - Taxa de conclusão na escola primária (1998 – 2007) ..... 119
**Gráfico 6**- Taxa de conclusão na escola secundária (1998 – 2007)..... 120
**Gráfico 7** - Armas coletadas por Operação Rachel e o TAE (1995-1998).... 124

**Gráfico 8** – Frequência de corrupção institucional de Moçambique ..... 128

### Tabela

**Tabela 1**- Distribuição das aldeias comunais dentro da política de socialização de campo em Moçambique ..... 64
**Tabela 2** - Distribuição dos crimes totais e crimes com recurso a arma de fogo em Moçambique ..... 126

**Sumário**

**Introdução** ..... **17**

**Capítulo I** ..... **24**

**Da inquietação pública:** a preocupação sociológica ..... 24
Ponto de partida ..... 34
Hipóteses ..... 38

**Capítulo II** ..... **42**

**O Pesquisador na prisão:** procedimentos do trabalho de campo, cenários e as pesonagens ..... 42
Construindo caminhos para uma aproximação ao objeto..... 42
Delineamento: pesquisa qualitativa e coleta de dados ..... 47
Estratégias de coleta e transcrição de dado..... 49

**Capítulo III** ..... **57**

**A conformação do perfil padrão** da juventude Moçambicana no período de 1975 a 1990 ..... 57

**Capítulo IV** ..... **85**

**Mudança do perfil padrão da juventude moçambicana** e a sua emergência no assalto à mão armada ..... 85

**Capítulo V** ..... **112**

**Construindo perfis das carreiras criminais** de seis jovens assaltantes à mão armada da cidade de Lichinga ..... 112
O que dizem as biografias: quem são os atores..... 113
Garimpando perfis de carreiras da vida criminal de seis jovens assaltantes à mão armada da cidade de Lichinga ..... 115

**Considerações finais** ..... **131**

**Referências** ..... **135**

**Anexo** ..... **161**

Carta de autorização para trabalho de campo na Cadeia provincial do Niassa ..... 161
Planta da aldeia comunal ..... 162
Configuração do modelo de aldeia comunal ..... 163

**Apêndice** ..... **164**

Termo de livre consentimento ..... 164

## *Introdução*

O presente trabalho visa compreender o processo da emergência dos jovens moçambicanos na experiência do assalto à mão armada na cidade de Lichinga, capital da província do Niassa, localizada ao norte de Moçambique. Segundo Charlot (1996), compreender uma emergência significa compreender um processo, desde a sua origem até a sua evolução atual, não como um efeito de um determinismo social, nem como um improviso, mas como um processo em sua totalidade.

Este estudo parte de uma inquietação pública que é a seguinte: desde 2007 vêm ocorrendo na cidade de Lichinga assaltos à mão armada praticados por jovens com idade entre dezoito e trinta e cinco anos. Esta modalidade criminosa estimulou o medo, instalou a percepção de que o perigo de ser assaltado estava em quase toda parte, nas ruas, nas esquinas, nas privacidades dos lares e em muitos outros lugares de sociabilidade urbana.

O medo, principalmente o de andar à noite, transformou-se em "drama social", no sentido atribuído por Turner (*apud* Adorno, 1996, p.130), em que a sociedade desnuda-se em seus fragmentos e põe à mostra sua complexidade não visível a olho nu: seus múltiplos cenários, em que diferentes atores participam, com suas forças[1] e suas falas. Este "drama social" envolve atores situados de modo diferente na arena da vida coletiva.

O assalto à mão armada na cidade de Lichinga traduziu-se num sentimento desmesurado de medo: de que quando não é vítima imediata, ouve falar com certa intimidade: a vítima foi o vizinho, o parente, o professor da escola, a empregada doméstica, o amigo, o comerciante informal da esquina, uma personalidade pública familiar. As imagens de pureza são substituídas pelas do perigo permanente e iminente (Adorno, 1991b).

A noite é medo, é risco de ser assaltado, é perigo de emboscada, é o espetro de uma possibilidade "doentia"[2]. Existe em alguns bairros, como

[1] Com "suas forças" queremos dizer aqui a violência coletiva, particularmente os linchamentos.
[2] Existem várias formas para observar a possibilidade "doentia": medo de andar nas noites, andar de noite em grupo, guardar celular nas roupas íntimas, não atender celular na rua, etc.

Popular, Muchenga, Sanjala, Lulemile e, Nzingue, uma "doença social"[3] prolongada, formada por sucessivos problemas encadeados uns nos outros, confluindo para a mesma situação de "mal-estar profundo". Cada morador sente que existe uma "poluição social"[4], na qual não há protegidos pelo sistema de justiça criminal. Numa sociedade onde o futuro é inexistente, o presente é *desenrasca*[5] (Serra, 2010).

O sentimento de medo passou a ser "o nosso pão de cada dia". O medo e a insegurança, são relatados para explicar "a nostalgia de uma cidade que se perdeu no tempo" (Adorno, 1991b). Mesmo que nem todos se expressem de forma tão dramática, há na cidade um sentimento generalizado de que a *urbe* deixou de ser a mesma e que os jovens também deixaram de serem os mesmos. De uma cidade pacata passou a ser uma *urbe* de medo e insegurança. Diante desta percepção pública, levantamos as seguintes indagações: *se a experiência dos jovens moçambicanos no assalto à mão armada é um fenômeno historicamente recente, quais foram as condições sociais, políticas e econômicas que possibilitaram a sua emergência? Quem são esses jovens que optam por essa modalidade criminosa? Por que os mesmos enveredam pelo mundo do crime e da violência, mais propriamente do assalto à mão armada?*

Os dados nos mostram que a emergência dos jovens moçambicanos no assalto à mão armada é um processo histórico; ela só pode ser compreendida, só tem inteligibilidade, só se torna translúcida para nós mesmos na exata medida em que se descobre o que está por detrás do processo histórico que lhe dá forma e conteúdo. Neste sentido, este trabalho fundamenta-se numa explicação histórica. Não numa perspectiva histórica qualquer, mas numa "história do presente". Segundo Foucault (1977), é uma história por anacronismo, isto é, não uma história do passado na perspectiva do presente, mas sim a reconstrução histórica nos quais o passado é lido, reconstruído, perquirido, vasculhado com vistas a explicitar o presente e

[3] Trata-se de metaforismo para fazer referência aos conflitos sociais existente nos bairros.
[4] Com essa metáfora nos referimos a uma contaminação do medo da violência na população em geral.
[5] Trata-se de uma expressão idiomática moçambicana próxima ao "jeitinho brasileiro". Significa aproximadamente "saber arranjar-se" ou "se virar". É usado sempre dentro do contexto econômico para explicar as múltiplas formas de sobrevivência (Hernández, 2011, p.26).

iluminado os caminhos do próprio curso histórico dos acontecimentos (Foucault *apud* Adorno, 1996, p.18).

Para Robert Castel, fazer "história do presente" significa fazer um "esforço de reentender o surgimento do mais contemporâneo, reconstruindo o sistema das transformações de que a situação atual é herdeira. Voltando para o passado como uma questão que é nossa hoje, e escrever o relato de seu advento e das suas principais peripécias" (Castel, 1998, p.28). Com esta perspectiva "esperamos nos distanciar da narrativa histórica e, sobretudo de qualquer expectativa de uma história completa do passado recente" [6] (Garland, 2008, p. 42).

No entanto a história que propomos é motivada antes por uma preocupação crítica de entender o presente do assalto à mão armada do que uma preocupação histórica de entender o passado. Ao descrevermos esta história procuramos responder a seguinte questão: *como muitos jovens moçambicanos adquirem o perfil de assaltantes à mão armada nos dia de hoje?*

Antes, de avançarmos a discussão, que nos seja permitido dizer os caminhos que percorremos para responder, as inquietações supracitadas. No primeiro, procuramos fazer uma "história do presente" da emergência dos jovens moçambicanos na experiência do assalto à mão armada(Foucault, 1977; Castel, 1998; Garland, 2008). Porque, segundo Castel (1998, p.23), "o presente não é só contemporâneo é também feito da nossa herança". Muitos pesquisadores tendem a ver os eventos novos como tendo somente causas atuais, quando na verdade, estamos inseridos em processos históricos que afetam os eventos recentes. A teoria da "história do presente" que sustentamos neste trabalho é centrada no problema da participação dos jovens moçambicanos no movimento do assalto à mão armada, em especial dos jovens da cidade de Lichinga.

No segundo caminho, o centro da análise repousa nas *trajetórias biográficas de seis jovens assaltantes*, carcerados na cadeia provincial do Niassa, cuja existência foi focalizada segundo os seguintes itens: *origem familiar, educação, escola, grupos de amigos, mundo do trabalho, relação com*

[6] O nosso passado recente tratado aqui neste trabalho refere-se a 1975-1990.

*a polícia*, *vida no crime* [7]. Com intuito de descrever, primeiramente, como esses jovens se tornaram assaltantes e, em segundo lugar, localizar o lugar desses jovens na estrutura social da sociedade moçambicana.

Fizemos opção por esses dois caminhos porque, achamos que para alcançarmos os nossos objetivos é importante cruzarmos o individual e o estrutural. Como diz Haguette (*apud* Matos Junior, 2010, p.12), as investigações sobre criminalidade devem buscar restabelecer o trânsito entre o individual e o estrutural, pois, "*tanto as estruturas quanto os micro processos de ação social devem ser conhecidos, analisados e interpretados, cabendo a cada um a metodologia apropriada, a metodologia que melhor se adequa ao problema que se deseja investigar.*" Os analistas da criminalidade devem cultivar um ininterrupto câmbio do olhar, capaz de reinventar e reposicionar seu objeto, nos diferentes momentos que compõem a sua pesquisa (Matos Junior, 2010).

Os dois caminhos que percorremos para responder as inquietações do nosso trabalho, possibilitarão a compreensão do processo social mais amplo (estrutural) dos padrões individuais de adesão ao assalto à mão armada. Tomando o argumento de Michel Misse, de que a estrutura[8] só existe em seus efeitos individuais, é plausível acrescentar que toda estrutura é expectativa generalizada que balizam as escolas de todo agir individual (Misse, 1999).

Posto isto, passamos a apresentar dois conceitos que constituem a matéria central desta dissertação. Trata-se dos conceitos de *mudança social* e *sociabilidade violenta*. De acordo com Piotr Sztompka, a *mudança social* consiste em transformações observáveis e verificáveis no curto espaço de tempo (Sztompka, 2005). De acordo com Strauss; Randall (*apud* Sztompka 2005, p.27): "quando falamos de *mudança social*, temos em mente algo que se concretiza passado algum tempo, isto é, estamos lidando com diferença entre o que pode ser observado antes [...] o que vemos depois" (Grifo nosso). O conceito de *mudança social* está ligado a uma realidade concreta, suscetível de localização "histórico-temporal" (Rocher, 1989). Para Hawley (*apud* Sztompka 2005, p.27), a *mudança social* é "qualquer alteração não recorrente de um

[7] Recolheram-se as trajetórias biográficas desses jovens desde o ponto mais longínquo do ciclo de vida até os dias atuais.
[8] A respeito do conceito de estrutura social, veja (Firth, 1977).

sistema social considerado na sua totalidade". E para Immanuel Wallerstein, podemos designar por *mudança social*, quando o sistema histórico preexistente é substituído por um sistema histórico diferente. "Mas já não se trata de mudança social se a substituição ocorrida for pelo mesmo tipo de sistema histórico" (Wallerstein, 1995, p.3).

A partir desta ferramenta analítica é possível verificar as mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais passou a sociedade moçambicana no período de 1975-1990. Mudanças essas que devem ser entendidas a partir da transformação do Estado socialista para democrático, da economia centralmente planificada para a economia de mercado, do coletivismo para o "individualismo de massa" (Peralva, 2000).

A experiência urbana da década de 90 para diante tem sido uma espécie de drama de violência urbana, se o aumento desta é indiscutível, há também o sentimento de se estar vivendo um período de crise do sistema de justiça criminal. Desde então o país enfrenta o problema de assaltos à mão armada; problema que demora ser compreendido, controlado e prevenido, e cuja percepção é obscurecida pelo atraso de debate nacional.

Outro conceito que se destaca neste trabalho é o conceito de *sociabilidade*[9] *violenta*. Segundo Silva (2004), a *sociabilidade violenta* é uma relação que não se fundamenta na alteridade ou no reconhecimento do outro como sujeito. A *sociabilidade violenta* revela um individualismo que não entra em conflito com ela mesma e nem destrói as outras formas de sociabilidade[10].

Com o advento da democracia, da economia de mercado e do "individualismo de massa"— observou-se no seio urbano o declínio da solidariedade, que havia constituído ponto de apoio importante de sociabilidade na década anterior 90. Dividiram-se famílias, quebraram-se convívios e fraternidades comunitários em virtude de precarização da vida, produzido especialmente pela "monetarização do cotidiano", em que todas as relações se pautam por interesses econômicos (Hernández, 2011).

[9] A sociabilidade é o meio pelos quais as pessoas (independente de classe social) se relacionam entre si de modo a gerar maior interação entre elas e consequentemente contribuírem umas com as outras para uma vida harmônica e até a resolução ou felizmente a não propagação de problemas pessoais (D'incao, 1994).

[10] Para Fausto (1997), há ainda vários tipos de sociabilidade, dependendo do tipo de relação social construída.

Nas cidades suplantaram-se lógicas de sobrevivência violentas em que o assaltante comete agressões verbais e físicas contra a vítima, por exemplo, xingamentos, gestos bruscos, empurrões, socos, coronhadas, para retirar da vítima celular, computador, automóvel e outros bens patrimoniais. A polícia ameaça individuo não documentado ou com comportamento suspeito, com o único objetivo de extorqui-lo, pobre lincha outro pobre para "repor a justiça" e salvar o seu bem patrimonial, o *chapista*[11] encurta rotas e comete agressões verbais e físicas como forma de ganhar um dinheiro a mais[12].

Esta lógica violenta de sobrevivência não desempenhava um papel central nas relações humanas nas décadas anteriores a 90. O que tudo indica é que essa sociabilidade violenta expressa um duplo movimento. Por um lado, ajusta-se ao momento histórico em que Moçambique vive atualmente e, por outro, o Estado não oferece prospostas de melhoria de vida do cidadão comum, num quadro de uma sociedade formatada pelo "individualismo de massa" (Hernández, 2011, p.215).

*.*.*

Dividimos a exposição desse trabalho, em cinco capítulos, subdivididos em itens temáticos, além da introdução e da conclusão. *No primeiro capítulo*, apresentamos o problema de investigação, no qual está exposta a pergunta de partida, a hipótese e os objetivos deste trabalho. *No segundo capítulo*, apresentamos os procedimentos metodológicos, na qual estão expostos os caminhos percorridos para a realização deste trabalho, passando pelo trabalho de campo que foi feito em uma penitenciária. A prisão não é o foco de análise, porém, por se tratar de um estudo voltado a assaltantes, é difícil encontrá-los no momento da efetivação da sua atividade criminosa, razão em que nos voltamos para as pesquisas nos estabelecimentos

[11]O termo refere-se ao motorista ou cobrador do *chapa-cem* – como é chamado em Moçambique o micro-ônibus. Segundo Granjo (2008, p.219), *chapa-cem* são viaturas privadas licenciadas para efectuar transporte público de passageiros, suprindo a quase inexistência de autocarros. São, na sua maioria, carrinhas mistas ou de 9 lugares recondicionadas para transportar 19 pessoas sentadas, e mais as que queiram e consigam ir agachadas. Já Hernández (2011) afirma que o termo é por extensão é qualquer automóvel que transporte pessoas em troca de dinheiro, seja regularizado ou informal.

[12] Como sugerem alguns estudos (Serra, 2010; Tomane, 2004; Shabangu, 2011). Esses são apenas alguns exemplos.

penitenciários. Como diz Becker (2008), o problema de se trabalhar com grupos ditos desviantes, ou praticantes de atividade ilícita, é justamente não poder observá-lo no momento de efetivação das atividades identificadoras de desvio ou atividades ilícitas. Nesse sentido, é fundamental se dirigir até ao setor penitenciário para acessá-los.

*No terceiro capítulo,* procuramos traçar a radiografia das principais manifestações que conformaram os perfis-padrão da juventude moçambicana no período de 1975 a 1990*. No quarto capítulo*, são examinadas as mudanças do perfil padrão da juventude moçambicana. Após o exame é analisado a emergência do jovem moçambicano na experiência do assalto à mão armada. *No quinto capítulo*, serão analisadas as trajetórias criminais de seis jovens assaltantes encarcerados na cadeia provincial do Niassa. O material apresentado, neste capítulo completa os dados apresentados no capítulo IV. Estas entrevistas permitem compreender como os jovens pesquisados justificam suas experiências e como progressivamente abandonam o mundo "in" da ordem moral reconhecida como legítima para o mundo "out" da deliquência (Becker, 2008).

## CAPÍTULO I

***Da inquietação pública** à construção do objeto*

O assaltos à mão armada protagonizados por jovens na cidade de Lichinga, vem sendo percebido pela opinião pública como um *problema social*, no sentido atribuído por Roab e Selzick *(apud* Bottomore, 1983, p.307), de um "problema de relações humanas que ameaça seriamente a própria sociedade ou impede aspirações importantes de muitas pessoas [...] existe quando a capacidade de uma sociedade organizada para ordenar as relações entre pessoas parece estar falhada." Certamente a opinião pública está influenciada pelo rápido crescimento do assalto à mão armada e pela incapacidade dos agentes da lei e ordem[13] em conter o crime.

Dentro deste cenário, parece-nos conveniente que, para compreender a emergência dos jovens moçambicanos na experiência do assalto à mão armada é preciso conhecer as mudanças recentes na sociedade moçambicana, resultantes do processo histórico que em grande medida explica o presente. Portanto, é preciso começar caracterizando essa sociedade.

Moçambique localiza-se no *sudeste* africano, entre 10º 27' e 26º 52' de longitude Leste. Limitado ao *norte* com a Tanzânia; a *noroeste* pelo Malawi e Zâmbia; a *oeste* pelo Zimbábue; *leste* pelo oceano Índico; *sudoeste* pela África do Sul e Reino da Suazilândia (Muanamonha, 1995, p.6).

[13] Refere-se aqui à Polícia da República de Moçambique (PRM).

**Mapa 1 - Localização geográfica de Moçambique**

**Fonte:** SARDC (2006).

Em termos de divisão administrativa, Moçambique está dividido em onze províncias, incluindo a Cidade de Maputo, a capital do país, localizada na província Maputo. Por razões geográficas, econômicas e históricas, as províncias distribuem-se em três regiões: *norte:* as províncias de Niassa, Cabo Delegado e Nampula; *centro*: Zambézia, Tete, Manica e Sofala; *sul:* Inhambane, Gaza, Maputo Província e Cidade. O território abrange uma área de 799.379 km² dos quais 13.000 km² constitui águas interiores. O comprimento da linha da costa é de 2.525 km² (do norte ao sul) (UNHABITAT, 2007).

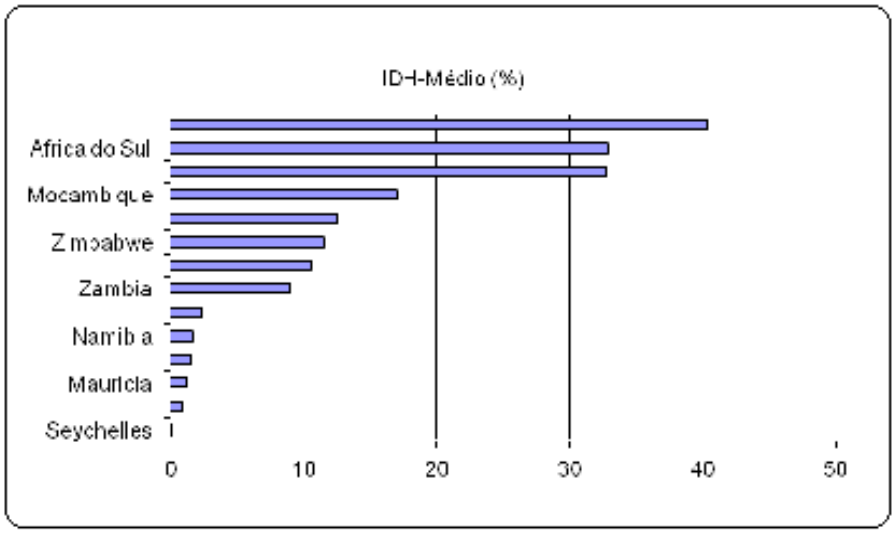
A língua oficial é o português, que coexiste com várias línguas nacionais não oficiais de origem bantu (que são denominadas de "dialetos"): kiswahili, kimwani, schimakonde, ciyao, emakhuwa, ekoti, elomwe, echuwabo, cinyanja, cisenga, cinyungwe, cisena, cishona, xitswa, xitsonga ou xichangana, gitonga, cicopi, xironga [14]. A moeda nacional é o metical. Para comprar um dólar é necessário 27,93 meticais em abril de 2012.[15] Os principais produtos importados são: bens alimentares, produtos químicos e combustíveis, maquinarias e equipamento de transporte. Os principais produtos de exportação são: camarão, caju, algodão e açúcar. Os principais fornecedores e clientes são os Estados Unidos e a União Européia (Jardim, 2006).

Os principais recursos naturais são: energia hidroelétrica, gás, carvão, minerais, madeiras, terra agrícola, pesca. Os portos são importantes fontes de renda do país. O porto de Nacala, localizado ao norte, na província de Nampula, que serve de entreposto para os produtos importados e exportados do Malawi; o porto da Beira, localizado no centro do país, na província de Sofala, que serve para Botsuana, Zimbábue, Zâmbia e Zaire e o porto de Maputo, localizado na ciadade de Maputo ao sul de Moçambique, considerado o segundo maior porto de África, que serve o Reino da Suazilândia e o norte da África do Sul (Jardim, 2006, p.342).

De acordo com o último recenseamento realizado em 2007 a população é estimada em 20.579.265 habitantes. Dos quais 9.897.116 são homens e 10.682.149 mulheres. Desses 6.282.632 vivem nas cidades, equivalendo 30% da população total (INE, 2008a). Moçambique é o quarto país mais populoso entre os catorze que compõem a chamada Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): Maurícias, Seychelles, África do Sul, Angola, Malawi, Zimbábue, Zâmbia, Madagáscar, Namíbia, Lesoto, Botswana, Maurícias e Suazilândia, Congo Democrático (Francisco, 2003, p.142). Como mostra o gráfico a baixo:

[14]Essas são apenas algumas línguas mais faladas. De acordo com o Centro de Estudo de Línguas Moçambicana, existem em Moçambique 44 "dialetos".
[15] Dados retirados do site do Banco de Moçambique, no dia 14 de abril de 2012, veja: http://www.bancomoc.mz/.

**Gráfico 1 - População da África Austral**




**Fonte:** Francisco (2003, p.143) (*Adaptado*).

Os quatros países mais populosos da zona (Congo Democrático 40,3%; África do Sul 32,9%; Tanzânia 32,8% e Moçambique 17%) totalizam mais de 70% dos cerca de 200 milhões dos habitantes dos países membros SADC (INE, FNAUP, UNDP *apud* Francisco, 2003, p.143). De acordo com Sugahara; Francisco (2011, p.37), a idade mediana dos moçambicanos em 2010 foi de 17,8 anos. Esta situação demonstra que a população moçambicana é composta em sua maioria por jovens. Segundo INE (2008), em cada 100 pessoas com idade ativa existem 99 pessoas com idade não ativa. Esta situação coloca Moçambique como um dos países com as maiores taxas de dependência da população juvenil (92,8%) do mundo. Isto, porque muitos dos jovens moçambicanos são desempregados. Como mostra o Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05) do INE (2006), que:

> O desemprego em Moçambique é muito elevado nas primeiras idades e é muito mais elevado entre [...] jovens. Na idade de 20-24 anos [...] os dados mostram que, na área urbana, as taxas são ainda mais elevadas, sendo 56.8% para o total [...]Esta constatação sugere que o problema do desemprego no País afecta mais a população jovem. O que quer dizer que as novas gerações não encontram com facilidade o espaço no mercado de trabalho. (INE, 2006, p. 46).

Para além do que foi mecionado acima, a maioria da população moçambicana vive em habitações particulares, sendo em grande parte palhotas (69,7%). Apenas 1,6% das habitações são casas de alvenaria, 0,7% são apartamentos . Relativamente ao regime de propriedade, a maior parte das pessoas vive em habitações próprias (92,3%), 3,6% vive em habitações alugadas e 2,8% em habitações cedidas pelo governo e parentes. Os materiais de construção predominantes nas paredes, pavimento e tecto correspondem na sua maioria, aos materiais geralmente utilizadas na construção de palhotas e habitações informais, ou seja, 34,6% das habitações têm paredes de paus maticados,[16] 32% paredes de blocos de adobe, 18,3% de caniço/paus, 12,3% de cimento, 4,9% de blocos de tijolos, e 0,9% em madeira. Somente 9,9% das habitações particulares possuem electricidade; apenas 2,7% das habitações tem água canalizada; 11,2% usam água de fontenárias; 23,4% consomem água do lago e a maior parte consomem água do poço (64%) (Langa, 2010). Posto isto, passamos a apresentar o que constitui a matéria central desta dissertação, a cidade de Lichinga.

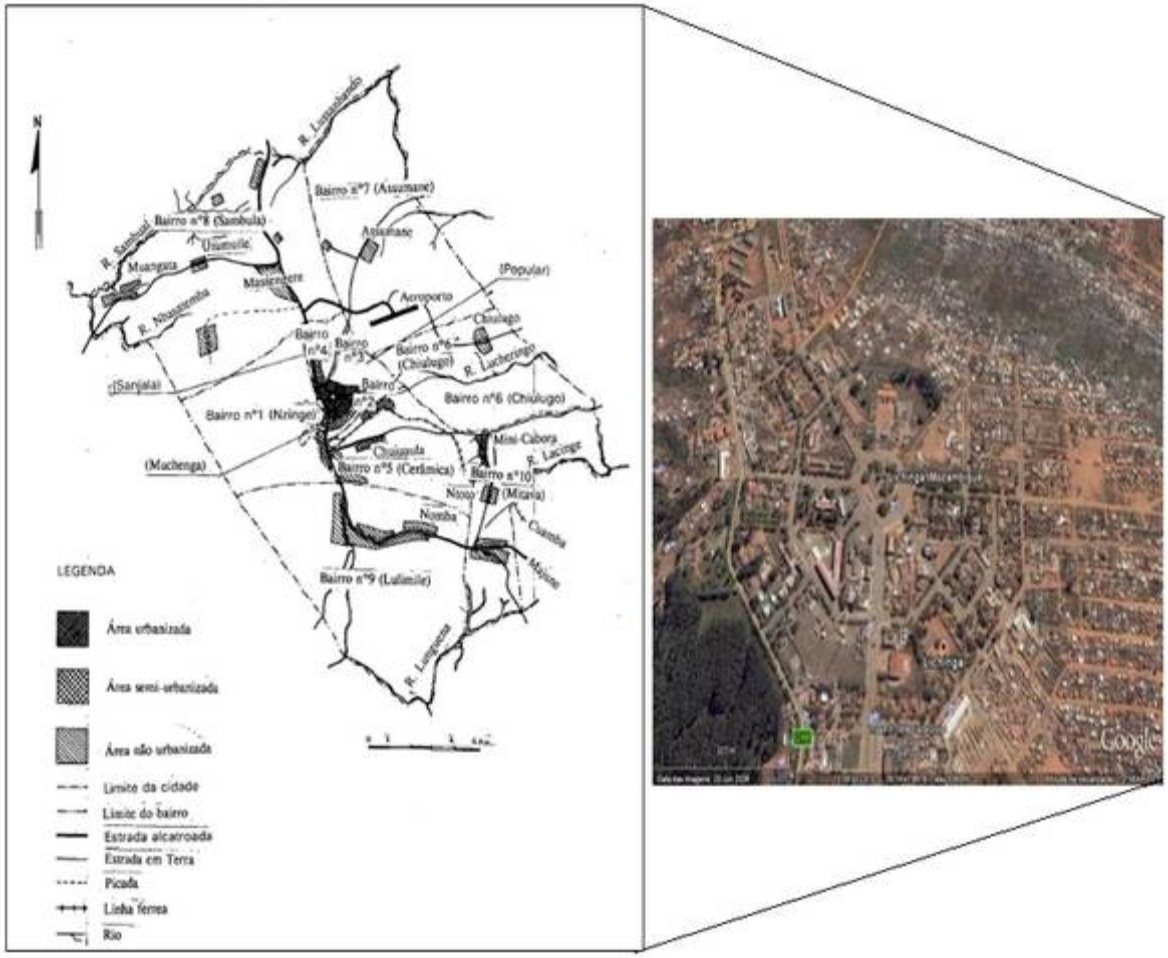
*.*.*

O foco deste trabalho é o assalto à mão armada na cidade de Lichinga. Para falar como Geertz *apud* Machado da Silva (2010, p.90), tomamos o assalto à mão armada na cidade de Lichinga, como um caso ideal para "pensar o nacional". O assalto á mão armada é um fenômeno que tendo começado significativamente na capital do país no inicio da década de 90, alcançou rapidamente as outras cidades em diferentes momentos. A cidade de Lichinga não escapou a essa configuração. Os assaltos à mão armada, os homicídios e os roubos ganharam também nas suas ruas uma forma proeminente por sua frequência, magnitude e "potência", com repercussão na mídia local e nacional, retratando jovens como meliantes.

[16] Parede de barro ou de matope.

A cidade de Lichinga foi fundada em 1931, com o nome de Vila Cabral[17] e elevada à categoria da cidade em 1969. Localiza-se ao norte de Moçambique, na província do Niassa. Tem como seus limites naturais o Rio Sambula e a localidade de Lussanhando a *Noroeste*; os postos administrativos de Lione e Meponda a *Oeste* e o posto administrativo de Chimbonila ao *Sul*. Com uma área de 290 km².

**Mapa 2 – Localização e estrutura urbana da cidade de Lichinga**




**Fonte**: Serviço Social do Planeamento Físico *apud* Martinho (1997) (Adaptado);
http://www.google.com.br/imgres?q=mapa+da+cidade+de+lichinga&start

[17] Na altura oficialmente a designação de "Vila Cabral" por portaria nº 16.368 de 23 de Setembro de 1962, em homenagem ao então Governador Geral Coronel José Ricardo Perreira Cabral. Depois da independência a cidade recebeu o nome originário da terra.

A cidade foi construída no planalto do mesmo nome. Incluindo dentro dos seus limites administrativos uma superfície de plana, começando na montanha conhecida por *"N´tchinga"* interceptados por numerosas correntes de água. Dentro de uma coordenada 34º 14'00' de longitude *Leste* e de 13º 18º02'' de latitude *Sul* (Martinho, 1997, p.23). A cidade está estruturada administrativamente em dez bairros: Nzingue, Chiulungo, Muchenga, Popular, Estação/Cerâmica, Sambula, Sanjala, Assumane, Lulemile e Mitav (Martinho, 1997). E o relevo é do tipo planáltico, ondulado e com 1 300 metros de altitude.[18] Outra singularidade da cidade reside no seu clima do tipo tropical úmido modificado pela altitude, caracterizado por verões muito chuvosas[19].

O censo populacional de 2007 estimou que aproximadamente 142 253 habitantes residiam na cidade de Lichinga (INE, 2008a). Os dados das projeções (1997-2015), lançado por INE (2008a), mostram que os grupos etários entre 14 e 34 anos de idade continuaram a crescer na cidade de Lichinga e em todo Moçambique, devido, os seguintes fatores: a elevada taxa de fecundidade e a redução gradual da mortalidade infantil. Para além desses fatores levatados por INE, há uma lógica cultural neste processo; ter muitos filhos é considerado uma forma de providência social em Moçambique (Francisco *et al*, 2010a). Sobretudo no campo, os filhos auxiliam os pais nas *machambas* (roça), na "pastorice" e na comercialização dos produtos agrícolas, e quando os pais envelhecem são os filhos que garantem o seu sustento.

É preciso aqui apontar que o aumento populacional na cidade de Lichinga, nas últimas décadas, está associado também às migrações do campo para a cidade e de província para província (Martinho, 1997). A maioria da população "lichingense" professa o islamismo (60%) e (30 %) catolicismo, distribuídos entre os grupos etnolinguísticos: Yao, Makua, Nyanja (MAE, 1998). A cidade apresenta um contraste habitacional; por um lado, vêem-se casas de alvenaria construídas no período colonial e, por outro lado, casas de *pau-a-*

[18]Quer dizer planalto em *Chiyao* - língua bantu.

[19]O clima de Lichinga é caracterizado por duas estações bem definidas ao longo do ano: uma chuvosa e outra seca. A estação chuvosa vai de outubro a março e a estação seca de abril a setembro. Os meses de abril e outubro, contudo, podem ser vistos como de transição, podendo alterar suas características de meses de seca (abril) ou chuva (outubro) de um ano para outro. No período seco (inverno), que vai de abril a setembro, a temperatura média, na província, varia de 15 a 25 graus centígrados e no período chuvoso (verão), que vai de outubro a março, eleva-se a mais de 25 graus centígrados, raramente superando, contudo, os 30 graus centígrados.

*pique* e *palhota*, misturados com novas residências de alvenaria construídas recentemente (Araújo, 2002). O espaço da cidade é um diálogo amplo entre urbano e rural, uma miscelânea de "cidade de cimento" e "cidade de caniço" (Araújo, 2002). Os limites da cidade confundem-se com os limites dos bairros suburbanos (semi-urbanas), onde moram milhares de pessoas, principalmente aqueles provenientes dos setores mais pauperizados que foram afluindo desde a "Operação produção" e a guerra civil[20].

As pessoas que vivem nesses bairros praticam na sua maioria atividade informal fixa ou ambulante (venda de pequenos produtos agrícolas, como couve, cebola, alface, etc.) ou de pequenos *biscatos*. Muitas famílias chegam a ser constituídas por onze ou mais indivíduos debaixo do mesmo teto (INE, 2010a, p.6) [21]. Em alguns bairros é possível observar casas de *pau-a-pique* e *palhota*, organizados em forma de "aldeia comunal," [22] e noutras se observa casas acumuladas, sem obedecer a nenhum plano, com escassez de vias de circulação, áreas verdes e espaços de lazer. Nesses bairros existe uma densidade populacional elevada.

Quanto as infraestruturas sociais, a cidade possui um hospital provincial**,** dois centros de saúde; uma escola do ensino médio, cinco profissionalizantes e cinco do ensino fundamental, duas Universidades públicas (Universidade Pedagógica e do Lúrio) e três privadas (Universidade Mussa Bin Bique, Universidade Católica de Moçambique e Escola Superior de Economia e Gestão) e possui duas esquadras policiais.[23] Disso podemos inferir que a cidade é caracterizada por uma limitada oferta de serviços básicos de educação, água e iluminação pública, além de falta de policiamento. O setor industrial é pouco desenvolvido, e compreende moageiras, serrações de madeira, padaria, indústria de construção, etc. Vários fatores têm, historicamente, determinado o fraco desenvolvimento industrial, principalmente

[20]A urbanização acelerado do pós-guerra civil que começou a se intensificar no inicio da década de 90. Sobre urbanização, Manuel de Araújo, mostra que em Moçambique houve um crescimento das cidades por "dentro". Por ser apenas um crescimento demográfico e não acompanhado por infraestruras sociais, o que levou expansão dos bairros de caniço de uma forma espontânea e desordenada e superlotou os bairros de cimento. Porque, estes bairros foram construídos com capacidade diferente na qual eles suportam atualmente (Araújo, 2003).
[21] Neste sentido nos aredondamos por execesso, o número declarado por Instituto Nacional de Estatística é de 10,5 individuos.
[22] Ver em anexo a forma de organização da "aldeia comunal".
[23] O termo *Esquadra de polícia* remete ao o que no Brasil se designa de *Delegacia de polícia*.

deficiências infraestruturais, como a escassez de estradas, a insuficiente distribuição de energia elétrica, etc.

O cenário desta cidade não foge aquilo que Raposo e Salvador *apud* Francisco e Paulo (2006, p. 27) chamam de cidades com infraestruturas urbanas "sobre utilizadas" e muito desgastadas, onde os investimentos públicos são cada vez mais insuficientes e os recursos da maioria da população são ínfimos, mal lhes permitindo sobreviver. As poucas poupanças são investidas na casa, que constroem *bloco* a *bloco.* A fraca industrialização não se reduz somente a Lichinga. Moçambique é um país agrícola, a sua economia é baseada na produção agrícola. Segundo o censo agropecuário do INE (2002), cerca de 9,6 milhões de moçambicanos (do total de 20 milhões), dedicavam-se à actividade agropecuária. Para Castel-Branco (2003, p.12), a agricultura absorve uma parte substancial dos recursos nacionais, particularmente da força de trabalho. Para o autor "o peso da indústria no PIB de Moçambique é muito baixo, e assim tem permanecido ao longo de meio século, é um sinal de que a economia não está a industrializar" (Castel-Branco, 2003, p.9).

No entanto, as poucas indústrias existentes concentram-se nas grandes cidades moçambicanas como: Maputo, Matola, Beira e Nampula. Essas distribuem-se da seguinte forma: mineira, alimentar e de tabaco; e representam mais de 80% do produto industrial. As indústrias de tecnologia, engenharia, criadoras de capacidade tecnológica e promotoras de ligações dinâmicas – metalomecânica, química, de materiais (excetuando metais básicos) – representam apenas 7% do produto da indústria e esta proporção está a diminuir rapidamente (Castel-Branco, 2003, p.9). Segundo Castel-Branco (2003), a indústria moçambicana é dominada por alumínio e cerveja. Podemos afirmar que dos produtos industrializados, a cerveja é o produto mais consumido pelo moçambicano, principalmente pela população juvenil. Enquanto que o alumínio é um produto de exportação (Castel-Branco, 2003, p.23).

Convém agora esclarecer como está concentrado o emprego na cidade de Lichinga. O maior empregador na cidade de Lichinga é o Estado. E há uma pequena parcela de funcionários que trabalham para empresas privadas como as de reflorestamento e turismo. Como nos mostra o Inquérito

Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05) do INE: "A província de Niassa regista uma situação diferente de todas as outras províncias, pois aqui, a maioria dos assalariados (51.8%) é constituída por aqueles que trabalham para o governo" (INE, 2006, p.30).

Resta dizer que cidade de Lichinga tornou-se hoje o centro de oportunidade de trabalho no setor de reflorestamento, comércio, turismo e de *formação técnico profissional*, com maior peso com a entrada em funcionamento dos Institutos e Universidades, que atraem centenas de jovens a deixarem as suas cidades a procura de novas possibilidades de trabalho e de estudo. A maioria de pessoas que chegam à cidade de Lichinga são jovens de sexo masculino. Na sua maioria chegam à cidade sem as suas parceiras, vindos dos meios urbanos e rurais (distritos, vilas e localidade). Como mostra Francisco; Paulo (2006, p.23), "a história da evolução da população moçambicana, [...] caracterizou-se [...] por um movimento migratório crescente e persistente das zonas rurais para as áreas urbanas. Trata-se dum verdadeiro êxodo rural [...]." Esses jovens chamam as suas parceiras e os seus filhos para a cidade depois de arranjar o emprego. Quando não encontram emprego formal[24] mergulham nas actividades informais, muitas vezes ilícitas (venda de produtos roubados e "piratados" como DVDs[25] e CDs[26]).

Esses jovens mobilizam essas atividades conforme o momento e a circustância. Na ausência prolongada ou temporária desses jovens provedores, as mulheres adaptam estratégias de sobrevivência, como: comércio de produtos agrícolas, comida confeccionada, roupa usada, lenha, carvão mineral, etc. Este é um fenômeno cada vez mais comum e corriqueiro nas cidades moçambicanas. O Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB) realizado em 2004/05, estima que 22% dos agregados familiares em Niassa eram chefiados por mulheres (INE, 2006). De uma forma geral, 31% de agregados familiares em Moçambique são chefiadas por mulheres (INE, 2006). A principal

[24] Principalmente no *Chikweti Forests* - empresa de reflorestamento de pinheiro, que anualmente atrai centenas de jovens rurais. Certamente, devido ao aumento dos seus campos de reflorestamento.
[25] CDs são copiados na vizinha província de Nampula hoje amplamente expansivo e presente em muitos ponto de venda na cidade de Lichinga.
[26] Muitas das cópias dos CDs são feitas em Lichinga.

causa da chefia das mulheres nos agregados familiares se deve à migração dos homens na procura do bem estar social[27].

As migrações são, por princípio, um poderoso fator de transformação dos meios natural, social, cultural e econômico. Agentes ativos das modificações do meio ambiente, os migrantes não são simples predadores, como muitas vezes se considera. É incorreto ver nos movimentos migratórios apenas o seu lado negativo, pois eles engendram processos de transformações extremamente positivos para o desenvolvimento das regiões de partida e de chegada (Muanamoha, 2002; Pourtier, 2000). É verdade que as migrações provocam desequilíbrios porque modificam, nos lugares de partida e de chegada, as relações sociedade/natureza, espaço/sociedade e recursos/população. Este fator tornou-se evidente nas cidades. Embora este estudo se circunscreva explicitamente a cidade de Lichinga,[28] ele pode ganhar abrangência nacional pelos seus operadores analíticos e pelo que nele possa ser comum a outras cidades.

### *O Ponto de Partida*

Pretendo começar esta seção, situando a minha experiência e trajetória de vida na cidade de Lichinga, com objetivo de situar o leitor de onde partimos e para onde pretendemos chegar. Começo com a ideia de que todos os projetos de investigação têm uma história (ou várias histórias): conhecê-las é decisivo para a compreensão sociológica (e até epistemológica) do trabalho cientifico (Santos, 1984). Como diz Soares (2011, p.17), o sentido de uma história depende do *ponto* a partir do qual começamos a contá-lo.

Quando chegamos à cidade de Lichinga em setembro de 2007, vindo da cidade de Maputo, como docente contratado para dar aula no Instituto

[27]Muitos estudos fazem referência às migrações do Sul de Moçambique para as minas Sul Africana (Feliciano, 1998; Covane, 2001; Mungoi, 2010) e poucos fazem referência à situação interna. Certamente isto, devido o papel das minas Sul Africana na economia do sul de Moçambique.

[28] O foco na cidade de Lichinga justifica-se pelo singelo motivo de que esta é cidade onde moramos e que conhecemos melhor, tanto pela experiência existencial direta quanto pelo trabalho sociológico. Entretanto, além disso, creio que a cidade de Lichinga pode ser tomado como um "caso particular do possível", "bom para pensar" a criminalidade urbana violenta, uma cidade que mudou recentemente a sua forma de sociabilidade.

de Formação em Administração Pública, predominava de uma forma massiva uma população com pouco poder aquisitivo, mas a situação sofria mudança devido a instalação da Universidade Pedagógica-Delegação do Niassa[29]; a partir de 2008 intensifica-se a mudança de cenário com a chegada à cidade de grande número de pessoas qualificadas para desempenhar funções políticas, técnicas, administrativas e de ensino.

Em Moçambique o desemprego atinge atualmente taxas alarmantes e cada vez mais crescente[30]. Onde quer que se abram novas instituições elas se tornam um foco de atração de gente à procura de trabalho. Apesar desse fenômeno não ser restrito a Moçambique, torna-se aí mais gritante por ser uma sociedade que passa por décadas de desindustrialização e pouca modernização dos seus setores produtivos [31].

O impacto deste grupo pode ser mensurado pela existência recente de um pequeno supermercado (Shop Socin – Sociedade comercial e industrial do Niassa), por várias lojas de pequeno porte nas ruas (como o caso de BotleStore, Muavi e outros) e de lojas de departamento (no Hotel Girasol). Cresceu também o número de bancos (o Banco Internacional de Moçambique (BIM), que passou a ter duas sucursais, o Barclays Bank, o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e o Standard Totta). E cresceu também o número de "produção imaterial" como lazer, informação. Outro dado importante a considerar é que cresceu também o número de viaturas recondicionadas, oriundas de *Dubai* (Emirados Árabes Unidos), e o número de motocicletas nas vias da cidade de Lichinga, provenientes da *China*.

Com a chegada do novo grupo social, a sociedade lichingense sofreu uma separação abissal de classes, em relação ao "mercado de trabalho" e ao "mercado do consumo". Por um lado, surgiu um grupo de trabalhadores especializados (técnicos administrativos, docentes e funcionários com nível superior), com salários de quinhentos a setecentos dólares amaricano mensais.

---

[29] Há poucas informações estatísticas sobre o crescimento dos estratos sociais de maior qualificação técnica na cidade de Lichinga, mas não resta dúvida de que, com a expansão do ensino superior em Moçambique, tanto no âmbito estatal como no privado, a partir da década de noventa, reorientou a "explosão de graduados".

[30] Temos os casos de Minas de Moatize, com o Vale do Rio Doce, Mozal e outros novos empreendimentos que levaram centenas de moçambicano a imigrarem para das suas zonas de origem para as áreas circundantes com intuição de trabalho.

[31] Como sugerem alguns estudos (Castel-Branco,1994, 1995; Francisco, 2009, 2010a, 2010b). O setor mais produtivo é o agroindústrial.

E por outro, subsiste uma massa de trabalhadores de baixa especialização ou sem nenhuma especialização, com salários abaixo de cem dólares, o que os torna vulneráveis ao suborno ou envolvimento criminal[32].

Foi dentro desta nova configuração urbana que centenas de casos, cujas narrativas jornalistísticas, radiofônicas e de transmissão oral, apontam "ousados" assaltos à mão armada aos portadores de *dinheiro no bolso*, *motocicletas, celulares, etc.*[33] As *motocicletas e celulares* tornaram-se símbolos de ascensão social e contribuíram para a consolidação de uma "sociedade moderna"[34]. Para falar como Gullo (1998), os bens que simbolizam ascensão social transformaram-se nos principais objetos visados pelos assaltos à mão armada.

Os assaltos a esses bens sociais comportam atualmente na cidade de Lichinga duas tendências que cada vez mais determinam seus sentidos, suas formas e o seu desenvolvimento: i) assalto com recurso à arma de fogo (AKM e Makarov); ii) assalto à mão armada com recurso à arma branca, conhecida por *catana*.[35] Por exemplo, entre os anos de 2008/9 era comum ouvir das pessoas na cidade: "*você que anda a noite não tem medo de catanada?"*. E o que é mais surpreendente nesses cenários é a banalidade das marcas da violência física que os assaltantes deixam no corpo das vítimas ao impor as suas "leis" e a sua "força." Os relatos de cada fato deixam entrever certa apatia, como se o corpo da vítima fosse despida do valor (Adorno, 1996, p. 176).

Ser assaltado é visto como sinônimo de azar e não de problema de segurança pública, ou seja, como sorte de destino trágico de cada um. Ser

---

[32] O relatório de desenvolvimento humano de 2008 apontava que o crescimento de vulnerabilidade da população moçambicana era alto, quanto ao índice de baixa escolarização e de esperança de vida, veja (Casterlé, 1998).

[33] Neste aspecto, faz sentido falar de *urbanização como o mercado espetacular da violência* (Grifo nosso) (Pedrazzini, 2006, p.32).

[34] Adotamos aqui por " sociedade moderna" no sentido atribuido por Hernández (2011, p.182) de uma sociedade caraterizado por "consumo", dinheiro e posse de bens materias.

[35] *Catana* designa *Facão*. O termo *catanada* é usado pelos citadinos de Lichinga para descrever a violência física, provocada com catana, isto ocorre quando os assaltantes agindo em grupo encontram a vítima, eles cortam o corpo da vítima, deixando marcas físicas visíveis. *Catana* foi instrumento usado na guerra civil por "*Namparamas"* os guerreiros "mágico-religiosos" que atuaram com grande influência na província do Zambezia, veja (Pereira**,**1999). Parece que houve um verdadeiro crescimento desta prática por parte dos jovens para assaltar em Lichinga, Manica e outras cidades, rompendo as barreiras da ordem e tranquilidade pública. Quando fomos na prisão de Lichinga para entrevistar este tipo de assaltante, foi difícil encontrar pelo menos um, apesar de tanta resonância nas midias escrita e radiofônico.

vítima de assalto é também ser vitima de um caso meramente circunstancial. Em uma cidade onde reina o dito popular *"cada um por si, deus para todos",* foi surpreendente que em uma das entrevistas que realizamos com chefe das operações da primeira esquadra em 2009, perguntamos como eles fazem quando alguém vem informar que foi assalto em tal lugar, ele respondeu que*: "nós não vamos, porque não temos recurso para seguir os assaltantes"*. Do mesmo modo, perguntamos o que os policiais fazem em relação aos lugares onde ocorre assalto com frequência e ele respondeu: *"nós aconselhamos as pessoas a não andar sozinhos"* (Maloa *et al.*, 2009).

A situação, tal como empiricamente evidenciamos, leva-nos a firmar que a cidade tornou-se um *lugar da desordem.* [36] Em um lugar onde a segurança pública tornou-se um dos problemas centrais, difunde-se o sentimento coletivo de medo e de insegurança diante da falta de proteção de direitos fundamentais, como o direito à livre circulação, à posse privada de bens. E o governo local mostra-se ineficiente em formular e programar políticas públicas de segurança e justiça capazes de controlar e conter o crescimento da criminalidade urbana e de enfrentar os números emergentes de assaltos à mão armada praticada por jovens. Estamos, portanto, diante de uma crise de *ordem* e *segurança pública*, que reestruturou a *sociabilidade* e a *mentalidade* urbana dos lichingense. O medo do crime promoveu uma nova reorganização de sociabilidade urbana (Caldeira, 2000, p.10).

O sentimento de medo e insegurança generalizou-se. Os assaltos e o medo de ser assaltado tornaram-se narrativas da vida cotidiana, nas casas, nas ruas, nos bares, nas festas, no local de trabalho, onde quer que a vida pulse. Há narrativas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que têm o assalto como tema de narrativa. Nessas narrativas, não é raro apontar-se a *presença de jovens*. Há nessas narrativas também o discurso de nostalgia[37] de um passado sem crime urbano violento (Adorno,

[36] Este termo deve também ser entendido, como uma *métafora* para referir a todos os lugares físicos onde ocorre o assalto à mão armada, nas ruas, nas avenidas, nos bancos, nos mercados e os outros locais**.** Segundo Gauthier (2004, p.131), a métafora é a figura que está entre o mundo de sentido interno à linguaguem e o mundo da realidade não-linguística. A métafora visa algo que não está dado, que não está presente, ela dá vida a um produto da imaginação.

[37] A pesquisadora do *Institute for Security Studies* (ISS), Ana Leão chegou à mesma conclusão, em relação à província moçambicana de Manica, de que a população reclamava que os crimes eram incomuns no passado (Leão, 2004a p.103).

1991b). Como diz Adorno , "não há mais espaços para inocência. A nostalgia de uma cidade sem violência criminal esvaziou-se no passado. As imagens de pureza são substituídas pelas do perigo permanente e iminente" (p.9).

A nossa pergunta de partida neste estudo é entender *como foi que isso aconteceu? Quais são os fatores sociais, econômicos e políticas que possibilitaram a emergência dos jovens na experiência do assalto à mão armada, num determinado contexto histórico e não em outro?*

### *Hipóteses*

Isto aconteceu porque no período da guerra civil grande parte da população foi militarizada[38] e muitos soldados da FRELIMO e da RENAMO[39] receberam cada um mais de uma arma. Terminada a guerra civil não foram capazes de entregar todas as armas que possuíam ao Estado, devido à fragilidade deste na fiscalização, identificação e recolha dessas armas. Essas armas acabaram, portanto, caindo nas mãos de jovens que os usam para assaltos, em virtude de restrições de oportunidade de acesso ao bem estar social, à escolarização, à inserção no mercado de trabalho, à renumeração digna, ao consumo de bens materiais e simbólicos. Mas também há casos em que os jovens têm acesso às armas por intermédio de policiais corruptos que as alugam para assaltos. Numa sociedade onde "o futuro é inexistente, o presente é *desarasca"*[40] (Serra 2010, p.55), ou seja, numa sociedade "onde tudo se vende (incluindo [...] armas [...], onde o inesperado e ambivalência são as regras)" (Serra, 2003, p.17).

*****

Nessa seção pretendemos explicitar *o porquê do estudo.* Foi durante a nossa estadia na cidade de Lichinga entre 2007 a março de 2010,

[38] População civil militarizada (milicianos), que eram utilizados para proteger um determinado bairro.
[39] Frente de Libertação de Moçambique – partido no poder/ Resistência Nacional de Moçambique – na altura da guerra civil era um movimento rebelde, hoje é o partido de oposição. Discutiremos esse aspecto com mais detalhe no capítulo IV.
[40] *"Desarasca"* é uma engenharia social de sobrevivência que incorpora relações de mobilidade social em uma situação de precariedade urbana (Hernández, 2011, p. 212-213).

que surgiu nosso interesse pelo tema, quando acompanhávamos os rumores dos citadinos, quer nas ruas da cidade, quer na sala de aula com estudantes, sobre "ousados assaltos à mão armada". Rumores de que a polícia não protege e que há crimes violentos "ali" e "acolá" e que os protagonistas nunca são descobertos e quando são descobertos não são presos. Max Gluckman já apontavam para a centralidade dos rumores na dinamização e ordenação da vida social quotidiana, com conseqüências de amplo espectro na experiência coletivas de comunidades. (Gluckman, 1963). A esse respeito, os rumores indicavam o medo e a incerteza que os assaltos à mão armada provocavam nos lichinguenses.

Dentro desta inquietação pública, elaboramos um projeto em 2009, intitulado "*Bairros, Intervenção Policial e Desigualdade Social*", que foi financiado pelo Centro de Pesquisa e Promoção Social da cidade de Lichinga (CPS). Participaram neste projeto quinze estudantes do primeiro ano do curso de Historia Política e Gestão Pública (HIPOGEP) da Universidade Pedagógica-Delegação do Niassa.

Este projeto tinha como finalidade estudar as conexões entre crimes nos bairros de Lichinga e as estratégias dos populares e dos policias em previnir os crimes. O que mais nos surpreendia nas entrevistas era que a maioria dos entrevistados, ao falar de assaltos à mão armada, colocava em suas narrativas os jovens. Como nos mostra um dos trechos da entrevistada: "[...] são esses jovens que acabam com o nosso futuro [...] nos assalta e nos catana" Essas representações de associar o crime urbano ao assalto à mão armada, tendo como protagonista os jovens, provocou em nós uma inquietação de querer aprofundar mais sobre este fenômeno que aparecia no "imaginário coletivo" dos lichingenses. Como diz Howard S. Becker (2009, p.17) *"somos todos curiosos em relação à sociedade em que vivemos."* É neste ponto que se pode dizer que esta dissertação, tomou a sua fase embrionária.

A preocupação de querer aprofundar a problemática acima citada, nos levou a procura de bibliografia especializada para servir de paramento de análise, e deparamos com a tese de livre-docência de Sérgio Adorno (1996) "*A gestão urbana do medo e insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea".* Esta tese teve uma "dose de culpa" na escolha do tema que ora se apresenta. Uma vez que ela faz uma reflexão

sobre anomia e as raízes sociais da violência na sociedade brasileira contemporânea, a partir dela que nos ocorreu a ideia de elaborar este projeto, que só ficou pronto devido à bondade e apoio do Prof. Dr. Sérgio Adorno que, apesar de mal nos conhecer, aceitou melhorar o projeto com sugestões e críticas.

Outro acontecimento, que ainda nos deu um impulso no momento que elaboramos o projeto que ora se apresenta nesta dissertação de mestrado, foi um evento organizado pelo governo provincial do Niassa, para o qual foram convidados membros do governo, pesquisadores, docentes e a sociedade civil que decorreu em abril de 2009, na sala de conferência *Santo Egídio* na cidade de Lichinga, com objetivo de avaliar a situação socioeconômica da província. Ao longo dos debates lamentou-se a situação da "Polícia da República de Moçambique" (PRM) [41] de não conseguir conter os assaltos à mão armada, que afligiam a cidade. O governador da província sugeriu a capacitação da Polícia, assim como dos polícias comunitários,[42] para conjuntamente controlarem os assaltos. E o substituto do Comandante Provincial da Polícia do Niassa, presente no evento, afirmou que o governo está fazendo esforço para colocar um agente policial em cada bairro da cidade com vista a conter as ondas dos assaltos. Dentro deste contexto, a falta de explicação dessa nova configuração criminal foi o que "*mexeu com o nosso fígado*"[43]. Como graduado em sociólogia a inquietação era de tão grande que merecia extrair as significações do que estava acontecendo no "mundo do crime" da cidade de Lichinga.

[41] PRM (Polícia da República de Moçambique), foi criada pela Lei nº 19/92, de 31 de Dezembro, diploma que revogou expressamente a Lei nº 5/79, de 26 de Maio, que criara a PPM (Polícia Popular de Moçambique) depois de extinção da CPM (Corpo da Polícia de Moçambique) que vigorou no periodo colonial até independência.

[42] Uma explicação do termo polícia comunitária será dada com mais detalhes nas páginas posteriores.

[43] Termo usado pela professora Maria Helena Oliva Augusto, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, quando perguntava-nos na disciplina *Analise do Projeto I*, sobre as motivações da escolha do tema.

Como diz Carlos Serra, a profissão do sociólogo é fundamental para descascar os gomos de uma dada realidade, sem esquecer que o mais difícil é compreender a sua casca [44]. Aqui neste trabalho buscamos tirar a casca de um problema que é pouco conhecido que é a emergência de jovens na experiência do assalto à mão armada, e tentar perceber a alma dos gomos desse problema. São justamente essas inquietações, questionamentos pessoais e profissionais que nos fizeram decidir voltar à academia, após dois anos, migrando de Moçambique para Brasil, concretamente para a Universidade de São Paulo, à procura de conhecimento especializado. Fizemos escolhas mesmo sabendo das dificuldades desse novo percurso intelectual. Tais escolhas dão sentido aos nossos objetivos e intenções de compreender a situação atual da criminalidade violenta urbana em Moçambique, principalmente dos assaltos à mão armada, de que ainda pouco se sabe sobre a sua evolução no tempo, seu impacto na juventude, na política pública de segurança e no sistema de justiça criminal.

[44] Neste domínio, a nossa inspiração – baseou-se no Blogue *Diário de um sociólogo,* do Sociólogo moçambicano Carlos Serra. Disponível em: http://oficinadesociologia.blogsport.com/.Acessado em 4 mar 2008.

## CAPÍTULO II

***O pesquisador na prisão:*** *procedimentos do trabalho de campo, cenários e as personagens.*

O objetivo desta parte do trabalho consiste na apresentação dos *procedimentos do trabalho de campo,* pois todas as fases da elaboração do trabalho obedeceram a determinados procedimentos, principalmente no que respeita à técnica aplicada, ao método e o trabalho do campo. O *procedimento do trabalho de campo* de uma pesquisa é uma reflexão que requer um tratamento científico e se constitui como um caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Ela é um conjunto de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a alcançar determinados objetivos. Assim, neste capítulo apresentaremos caminhos, táticas e técnicas que usamos para a realização deste trabalho. Como diz Bourdieu apud Zango *et al* (2003, p.8), quanto mais expomos os procedimentos metodológicos, mais possibilidade temos de tirar proveito da discussão.

### *Construindo caminhos para uma aproximação ao objeto*

Existem inúmeros estudos sobre pesquisas nas prisões na área da sociologia. Estes estudos vêm demonstrando que pesquisar o universo prisional não é uma tarefa fácil é preciso realizar um *"jogo de cintura"* entre o pesquisador e autoridades para poder trabalhar o universo prisional,[45] aspeto abordados em alguns estudos brasileiros (Dias, 2011; Spagnol, 2003; Fraga, 2004). Como diz Dias (2011, p.31), a prisão é uma instituição fechada[46] cuja finalidade é a custódia de indivíduos condenados pela justiça; o acesso de pessoas estranhas é extremamente controlado e restrito, exigindo um prévio – e às vezes longo – percurso pela burocracia estatal em busca de autorização para a realização da pesquisa.

[45] Chama-se *universo* ou população ao conjunto de todos os elementos que têm pelo menos uma característica comum.
[46] Reporto-me aqui ao conceito de instituição fechada formulado por Goffman (1974).

Na época de pesquisa de campo, o nosso caso não foi diferente. Primeiramente nos dirigimos ao estabelecimento prisional com intenção de pedir a autorização para realização da pesquisa; fomos atendidos no portão da Cadeia Provincial do Niassa (CPN) por guardas prisionais, que se mostravam pouco disponíveis a dar informações: responderam de maneira pouco esclarecedora aos questionamentos feitos por nós. Conduziram-nos até ao gabinete do diretor, onde "vendemos" [47] a ideia da pesquisa - sublinhando a importância da pesquisa para eles e para a sociedade (Adorno, 1991b). Este afirmou que devíamos escrever uma carta para o Diretor dos Serviços Nacionais das Prisões (SNAPRI),[48] e que ele não tinha autonomia para autorizar a realização da pesquisa. Isto foi em fevereiro de 2009. Voltamos no dia seguinte com a carta, contudo passamos dois meses sem resposta da autorização.

Em abril voltamos novamente a "vender" a ideia da importância de realizarmos este estudo, só que no dia da "venda" da ideia não encontramos o diretor da cadeia, que estava fora da cidade em missão de serviço, segundo o diretor-adjunto,este afirmou que não sabia da nossa preocupação de querer realizar pesquisa no referido estabelecimento prisional e que devíamos requerer outra carta de autorização. Por incrível que pareça, o documento emitido, permitindo o trabalho na referida unidade, levou apenas um mês para ser expedido. Foi assim que conseguimos ultrapassar as barreiras iniciais e penetrar no mundo institucional marcado por peculiaridades que fazem aqueles que lá vivem constituírem uma sociedade particular, com normas e valores próprios, na qual todos – presos e funcionários – regulam as relações sociais a partir do critério da desconfiança (Adorno *apud* Dias, 2011, p.31).

Podemos dizer que a autorização constituiu um verdadeiro "ritual de passagem" para um mundo regulado pela desconfiança, que nos permitiu circular e observar alguns elementos e atores que fazem parte daquele cenário. A composição de um ambiente pouco amistoso refletia-se no olhar dos detentos. Percebíamos isso sempre que entravamos naquele lugar sombrio, caracterizado por uma rígida hierarquia entre autoridades prisionais, guardas e

[47] O termo é empregado aqui para referir à importância de realizar a pesquisa.
[48] Serviço Nacional das Prisões (SNAPRI) é o órgão responsável pelas unidades prisionais de todo Moçambique.

detentos, formalizado por regras de comportamento de submissão e obediência rígida.

Em estudos realizados por pesquisadores brasileiros (Ramalho, 1983; Coelho, 1987; Adorno, 1991b), demonstram que as regras no interior da prisão compõem-se de dispositivos de socialização, na qual o indivíduo internado aprende a se comportar como detento, interiorizando regras inerentes à vida na prisão, tais como a forma de circulação, prescrições, atitudes morais, e a manter um comportamento de silêncio sobre os fatos que ocorrem dentro da prisão e de obediência aos funcionários encarregados de exercer controle sobre os seus corpos.

Não se trata de um fenômeno restrito à Cadeia Provincial do Niassa, mas que é geral ao contexto das prisões. Ele advém da própria situação de encarceramento e de privação imposta aos sujeitos. Não é, portanto, uma tendência inerente ao criminoso, e sim resultado do processo de institucionalização que submete o indivíduo à observância de certas regras para a sua sobrevivência, evitando uma coexistência caótica (Dias, 2011).

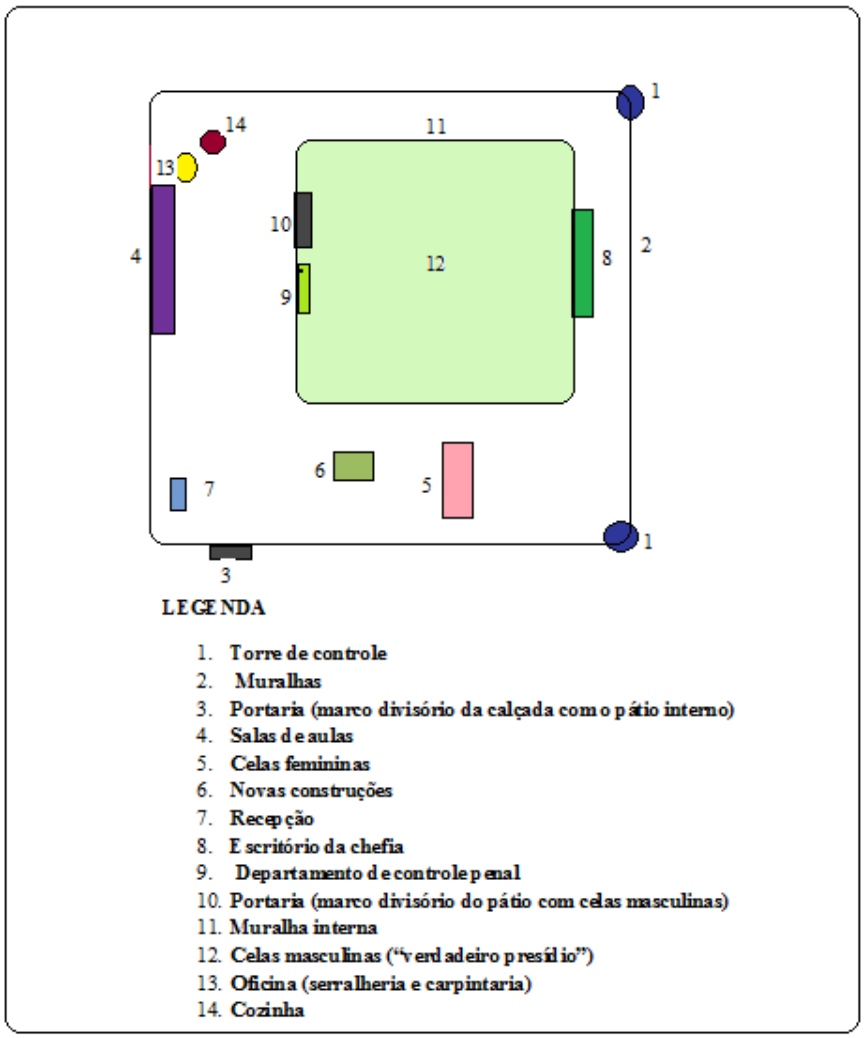
A cadeia provincial do Niassa localiza-se no centro da cidade. Encontra-se limitado ao *Norte* com a Rua das Linhas Áreas de Moçambique (LAM); ao *Sul* com Avenida Samora Machel (onde se encontram o gabinete do governador[49], igreja católica, esquadra policial, cinema e bancos); a *Leste* faz fronteira com um antigo quartel (onde atualmente funciona o Instituto de Formação em Administração Pública), a *Oeste* residência do governador[50]. Olhando a partir da estrutura urbana portuguesa, podemos inferir que as formas de localização dessas instituições estavam vinculadas à forma de estruturação do poder colonial: o administrador para decidir; a igreja para reeducar e converter os negros; a prisão para disciplinar e o militar para intervir, a partir de um comando único o do administrador colonial (Zamparoni, 1998; Serra, 2003; Mourão, 2005; Brás, 2006).

A Cadeia Provincial do Niassa é constituída por dois quadrados em forma de muro altos ou muralha, a primeira circunscreve o espaço onde se localiza os escritórios dos funcionários, diretores, cozinha, cela feminina, cancela dos guardas, sala de aulas, oficinas, posto de saúde, torre de controle,

[49] Onde funcionava o gabinete do administrador colonial.
[50] Onde residia o administrador colonial.

etc. E no segundo, onde se localiza o “verdadeiro presídio,” [51] o que podemos chamar do “lugar das celas”. Para completar essa abordagem acerca do croqui da Cadeia Provincial do Niassa, apresentamos a figura 3, na qual tentamos representar a organização do ponto de vista estrutural, isto é, da estrutura arquitetônica a partir dos vários compartimentos que a compõem. Conforme mostramos abaixo:

**Figura 1: Croqui da Cadeia Provincial do Niassa (CPN)**




Fonte: **autor.**

[51] O termo “verdadeiro presídio” é usado em oposição às celas femininas, que se apresentam quase semiabertas.

Uma vez obtida à permissão do Serviço Nacional das Prisões (SNAPRI), pudemos finalmente realizar nossa pesquisa. Para fazermos a escolha dos entrevistados, seguimos o ensinamento do Durkheim (2004, p.67) de que todo o sociólogo que tiver que partir para uma pesquisa deve tomar como objeto de investigação se não um grupo de fenômenos com características exteriores bem definidas, sob o risco de perder-se na análise. Procedendo assim, o sociólogo terá o seu pé assente na realidade (p.68). Para que o nosso pé ficasse assente na realidade, procuramos definir o nosso universo empírico de investigação, apoiando nas recomendações de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que afirma o seguinte: "a escolha de informantes deve ser orientada segundo *o problema a ser estudado"* (Queiroz, 1991, p.102).

Noutras palavras é preciso escolher os entrevistados válidos para as questões a serem estudadas. Entrevistados válidos são aqueles que possuem uma vivência comum daquilo que se procura conhecer. Este procedimento se deu da seguinte maneira: primeiro tínhamos que saber quantos jovens de 18-35 anos estavam carcerados por assalto à mão armada na Prisão de Niassa. O estabelecimento da faixa etária como marco delimitativo do nosso objeto de investigação foi influenciado por definição institucional da Organização da Juventude Moçambicana (OJM, 2005), que estabelece como população jovem de 15-35[52].

Segundo Andrade (2008, p.25), *"as faixas etárias são definidas de acordo com as dinâmicas regionais, contextos sociais e com finalidades para cada demarcação"*.[53] A idade média dos entrevistados foi de 25 anos de idade, o mais novo possuía 20 e o mais velho 28 anos de idade. Todos entrevistados eram condenados pela justiça e estavam encarcerados entre dois a quatro

[52] Veja OJM (2005), no entanto, na República de Moçambique a maioridade civil atinge-se aos 21 anos, altura em que a lei considera que o indivíduo adquire plena capacidade de exercício dos seus direitos, ficando habilitado a reger a sua pessoa e a dispor dos seus bens (artigo 122° do Código Civil). No que se refere aos direitos políticos o artigo 73, nº 2, da Constituição da República, atribui capacidade eleitoral ativa e passiva aos cidadãos maiores de 18 anos. Estas incompatibilidades da legislação nacional com os dispositivos internacionais têm implicações na definição do acesso e exercício dos direitos e na responsabilidade civil e criminal, tanto dos menores que cometem atos contra a lei como dos que são vítimas de crimes. O fato do Código Penal em vigor em Moçambique datar dos finais do século XIX impossibilita, por um lado, a aplicação da lei numa perspectiva de direitos humanos, veja (Osório e Silva, 2008).

[53] As Nações Unidas entendem as/os jovens como indivíduos com idades entre 15 e 24 anos (Resolução n° 40/14 de 1985 e 50/81 de 1995, da Assembleia Geral das Nações Unidas) com a devida salvaguarda que cada país pode fixar outros limites de acordo com a sua realidade.

anos de prisão, em média. As características gerais dos entrevistados como: procedência regional, família, grau de escolaridade, estrato, história progressiva do crime serão apresentadas mais adiante no capítulo V, onde fazemos a descrição dos perfis de carreira[54] dos nossos entrevistados.

***Delineamento: pesquisa qualitativa e coleta de dados***

Nos encontros iniciais com o adjunto-diretor da cadeia, já havíamos informado que necessitávamos de apenas seis jovens, para a entrevista. Assim sendo, no interior da prisão foram realizados perfis de carreira com seis jovens encarcerados na Cadeia Provincial do Niassa. Dada a ausência de informações estatísticas confiáveis sobre a população carcerária, optamos inicialmente pelo recurso aos métodos qualitativos, embora os resultados não possam presentemente ser generalizados para o conjunto dos jovens que se envolvem com o mundo do crime, em especial o assalto à mão armada.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2006, p.43) "não se baseia no critério numérico para garantir a sua representatividade, apenas na vinculação dos sujeitos sociais, mais significativos para o problema investigado." Segundo Gomes e Araújo (2005), não se devem relacionar os critérios de confiabilidade da pesquisa qualitativa com aqueles da pesquisa quantitativa, particularmente em referência à representatividade dos entrevistados de uma população mais abrangente. Indubitavelmente, se aceitamos a necessidade da representatividade do local de estudo, a pesquisa qualitativa sempre aparecerá como a relação pobre dos métodos quantitativos onde possa se aplicar amostragens aleatórias. Isto quer dizer que a abordagem qualitativa não necessita de um grande número para garantir a sua legitimidade, mas sim depende da qualidade de informação.

O ponto de vista qualitativo aprofunda situações, e enuncia elementos que perdem profundidade quando vistos sob o prisma de números e gráficos que falam debilmente de como se processam as experiências e as significações de tais fenômenos no cotidiano dos jovens "assaltantes" da cidade de Lichinga. As vantagens e limitações da *pesquisa qualitativa* podem

[54] Goffman (1974) utiliza a terminologia carreira como trajetória percorrida por uma pessoa durante a vida.

ser descritas em aspectos como: a) geram informações ricas e detalhadas que mantêm as perspectivas dos participantes; b) possibilitam uma compreensão do contexto dos comportamentos; c) fornecem informações úteis a respeito de tópicos mais pessoais (Anjos, 2010). Tem como limitação os seguintes aspectos: as medidas tendem a ser mais subjetivas, e a possibilidade de viés do observador pode comprometer a validade do estudo; os resultados não podem ser generalizados; o trabalho é intenso e demorado.

Vejamos o que Flick, Von Kardorff e Steinke (2000) dizem sobre a pesquisa qualitativa: a) a realidade social é vista como *construção* e *atribuição social* de *significados*; b) a ênfase no *caráter processual* e na *reflexão*; c) as condições *"objetivas"* de vida tornam-se relevantes por meio de significados *subjetivos*; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o diálogo entre o pesquisador e o pesquisado torne-se um *processo de construção das realidades* sociais. Depois de apresentarmos o*s critérios da delimitação dos nossos sujeitos de observação ou da delimitação numéricos dos nossos entrevistados, passaremos* a expor o que entendemos por *pesquisa qualitativa.*

A *pesquisa qualitativa* é uma forma de estudo da sociedade que se centra na forma como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem. Os pesquisadores usam as abordagens qualitativas para explorar o comportamento, as perspectivas e as experiências das pessoas que eles estudam. Podemos dizer que a perspectiva de investigação qualitativa se centra no modo como os seres humanos interpretam e atribuem sentido à sua realidade subjetiva. Os cientistas sociais não abordam as pessoas como individualidades que existem no vazio (Anjo, 2010). Em vez disso, eles exploram os mundos das pessoas na globalidade do seu contexto de vida. A base da investigação qualitativa reside na abordagem interpretativa da realidade social (*Ibidem*).

A *pesquisa qualitativa* pode ser também caracterizada como um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visa descrever e descodificar um complexo de significados (Neves, 1996, p.1). Como diz Bauer e Gaskell (2002, p.68) a finalidade real da *pesquisa qualitativa* não é contar opinião ou pessoa, mas, pelo contrário, explorar as diferentes opiniões sobre o assunto em questão. A nossa pesquisa qualitativa consistiu em entrevistar seis jovens encarcerados por assalto à mão armada. Empregamos a técnica de

perfis de carreira e procuramos obter “um relato autobiográfico desde o ponto mais longínquo do ciclo de vida dos sujeitos observados até os dias atuais” (Adorno *et al.*, 1991a,p.118).

A construção de perfis de carreira dos nossos entrevistados foi feita com recurso à *entrevista*. Segundo Manzini (1991, p. 150), a *entrevista* é entendida como uma técnica que permite recolher informações que não estão registradas ou disponíveis a não ser na memória das pessoas (Manzini, 1991, p.150). Para Victor *et al* (2000); Huguette (2005) e Minayo (1993), a *entrevista* é um processo de interação social, no qual uma pessoa busca informações por intermédio de uma conversa com outras pessoas. De acordo com De Ketele e Roegier (1999, p.22), a *entrevista* é um método de recolha de dados que consiste em conversas orais, individuais ou grupais, com várias pessoas selecionadas cuidadosamente pelo entrevistador com objetivo de obter informação cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado sob a perspectiva dos objetivos do pesquisador.

***Estratégias de coleta e transcrição de dados***

Para a seleção dos entrevistados não tivemos acesso ao Departamento de Controle Penal da Cadeia Provincial do Niassa (DCP-CPN). Apesar de toda relação amistosa, não nos foi permitido fazer pessoalmente este trabalho. Talvez porque faça parte do universo social desses atores não permitir que os lugares mais íntimos da instituição, opacos aos olhos do pesquisador, nos quais residem ás estruturas informais de poder, os acordos tácitos estabelecidos entre presos e funcionários para manter o funcionamento da prisão, que passam ao largo das estruturas formais, legais e legitimadas de poder, sejam desmitificados, e por isso não devem ser revelados (Dias, 2011, p.32). Assim, nestas regiões de “segredos”, o pesquisador terá muitas vezes um acesso restrito, podendo, no entanto, perceber seu funcionamento a partir de fragmentos daquilo que ouve, vê e sente no cotidiano de seu trabalho de campo (*Ibidem*).

No interior da prisão, entregaram-nos doze processos jurídicos – de jovens encarcerados por assalto à mão armada. A escolha desses processos não foi feita por nós, mas sim pelas autoridades prisionais. Embora tivéssemos a pretensão de fazer o levantamento dos dados jurídico-processuais, não nos foi permitido fazê-lo. No entanto, encontramos aquilo que Adorno (1991b) falou ao estudar os estabelecimentos prisionais paulistas,[55] que nessas instituições reina a lei de ferro, em que são os funcionários quem decide o que fazer e como fazer, dando pouco espaço para o pesquisador impor a sua estratégia de pesquisa.

Marcamos um encontro de entrevista preliminar com cada um, com intuito de percebermos a disponibilidade deles. Esses encontros preliminares duravam aproximadamente entre cinco e dez minutos. Explicávamos qual era o objetivo do trabalho, que os seus nomes seriam salvaguardados, que os dados seriam apresentados no Brasil, do outro lado do Atlântico e que as entrevistas durariam aproximadamente entre *uma* e *uma hora e meia*[56]. Que não éramos um enviado das instâncias superior para fiscalizar a situação da cadeia e nem éramos advogado, éramos apenas pesquisador e que pretendíamos entrevistá-los e que íamos gravar as suas falas, para que estas não se perdessem e que não tivessem medo porque as suas falas seriam mantidas no anonimato, mesmo na apresentação dos dados, e todas as alusões e referências a datas, locais nomes próprios, nomes de pessoas seriam fictícios, o que também lhes assegurei através de um documento escrito (*termo de consentimento livre e esclarecido*). Neste documento apareciam explícitos os objetivos da pesquisa, o compromisso de manter o anonimato e que os dados só seriam usados exclusivamente para fins de pesquisa.

Destes, selecionamos os primeiros seis que mostraram disponibilidade[57]. Esta escolha foi influenciada muito pelo método assim como pela técnica. Como disseram anteriormente o que pretendemos neste trabalho é descrever um relato autobiográfico dos nossos entrevistados. Como refere Durkheim: “em muitos casos, bastará somente uma única observação bem

[55] Refere-se ao Estado de São Paulo (Brasil).
[56] Desejo salientar que meia significa trinta.
[57] Também essa escolha foi influenciada pelo critério que nós havíamos determinado desde o início da elaboração do projeto, de que apenas fizéssemos entrevista a seis indivíduos no máximo. Por isso, ao longo do trabalho mantivemos a decisão inicial.

feita, assim como uma experiência bem conduzida é suficiente, muitas às vezes para o estabelecimento de uma lei" (Durkheim, 1999, p.81). Com isto ele quer dizer que não é a quantidade de fatos que conduz ao conhecimento, mas sim a qualidade.

Dentre os selecionados marcamos os dias de entrevista de cada um e lhes informamos que as entrevistas decorreriam a partir das nove horas, segundo a data marcada. Num dos dias dessas entrevistas preliminares, ao sairmos da prisão, encontramos com um guarda prisional que tinha nos recebido na portaria principal no primeiro dia de negociação com as autoridades prisionais, que "soprou-nos ao ouvido" [58]: "*que a seleção dos doze processos jurídicos foi feito com cuidado e que não foram escolhidos os outros com medo de que podiam falar mais que a própria boca*".

Se esta afirmação for verdade não notamos tanta diferença, porque o diretor-adjunto, assim como o comandante dos guardas prisionais que chamavam os entrevistados para sala de entrevista, não poupou esforços para nos ajudar a realizar as entrevistas da melhor forma possível e nos deixou à vontade para que as entrevistas corressem de boa forma, sem um guarda por perto. Algumas entrevistas foram marcadas por constrangimentos iniciais, principalmente no momento que ligávamos o gravador; sentíamos que alguns entrevistados tinham dificuldade em falar sobre as suas biografias, mas ao longo da entrevista sentíamos uma libertação das suas falas. Isto foi possível, graça a certo encorajamento que fazíamos aos nossos entrevistados para falarem largamente dos seus aspetos de vidas e deixávamos que eles ficassem mais a vontade, mantendo um contato *face to face*, concentrando-se no que era dito em vez de ficarmos fazendo as anotações. Fizemos aquilo que Bauer e Gaskell (2002) chamam de *rapport*[59].

Não se trata aqui de revindicar uma neutralidade de nossa parte. Como se sabe, numa entrevista com os carcerados é difícil alcançar essa neutralidade. Adorno (1991b) já observara a pouca convencionalidade do objeto e a profusão de sentimentos contraditórios que habita o pesquisador em sua tarefa na prisão. Pois de um lado há que se reconhecer que não há como adotar uma postura de neutralidade de investigação perante pessoas cujas

[58] Gíria moçambicano para dizer que falou em voz baixa ou em segredo.
[59] Contato *face to face.*

vidas são perpassadas por dramas diversos e que muitas vezes cometeram crimes com graus extremos de crueldade.

As entrevistas foram realizadas numa sala de aula existente no primeiro quadrado do muro da prisão (como demonstramos na figura 3). Este anel contitui a fronteira entre o muro que faz divisão com a calçada e pátio da prisão. Era uma sala enorme, com capacidade para trinta cinco alunos, preenchidos com carteiras escolares e um quadro, mas sem janela. Ao abrir a porta da sala, era possível verificar quem circulava no pátio da prisão. O que nos chamava muito a atenção no pátio era um imenso número de jovens carcerados, todos com a aparência simples, típica de jovens de baixa renda.[60] Havia um número expressivo deles cozinhando, arrumando lenha, trabalhando na serralheria, arrumando blocos que estavam espalhados pelo pátio; junto dos blocos era construído um edifício horizontal. A situação desses jovens carcerados representava bem o papel das condições da vida em "instituições totais" (Goffman, 1974) [61].

No nosso trabalho do campo, foi possível observar que a Cadeia Provincial do Niassa não possui técnicos qualificados para lidar com detentos, como Psicólogo, Psiquiatra, Assistente Social. Apenas existia um único Enfermeiro idoso, pela aparência aproximava ter uns 65-70 anos de idade. Estas foram impressões colhidas no trabalho de campo. O ponto crucial deu-se no momento em que entramos na *entrevista centrada na construção de perfis de carreira criminal,* o que compreendia perguntas abertas orientadas por um roteiro, aquilo que na literatura especializada se convencionou chamar de entrevista *semi-estruturada* ou *semi-dirigida*.

Segundo Kandel (1981), a entrevista *semi-estruturada* não significa meramente uma atividade de coleta de dados de campo, trata-se sempre de uma situação de interação e influência entre o pesquisador e pesquisado, ou seja, a) permite o pesquisador marcar uma distância entre a finalidade da pesquisa e a sua percepção dos dados através da entrevista; b) garante um espaço de reflexão das nossas próprias concepções na interpretação de dados, através do significado das palavras, dos gestos e das expressões

[60] Esta situação foi percebida também pela pesquisadora Sengulane (2003, p.22) na Cadeia central de Maputo e Brito (2002) nas cadeias da Província de Maputo.
[61] Pelo menos em uma de suas características: os internos levam uma vida fechada, isolada da sociedade mais ampla e formalmente administrada (Goffman, 1974, p.11).

faciais dos nossos entrevistados; c) permite obter com facilidade os dados da entrevista; d) possibilita captar as experiências de vida dos nossos entrevistados; e) proporciona o pesquisador maior controle sobre o foco em questão; f) permite obter dados qualitativos, entendendo o significado que os entrevistados atribuem aos fatos relativos ao tema estudado e por fim, podemos acrescentar o seguinte aspecto: g) ela oferece um guia apropriado ao pesquisador sem, no entanto aprisionar-lhe a "imaginação sociológica" (Mills, 1975). Isso é um requisito fundamental para aprofundar as diferentes associações de ideias e argumentos presentes nas entrevistas, assegurando que os objetivos da investigação sejam alcançados (Kerlinger, 1980; Lüdke; André, 1986; Michelat, 1987; Thiollent, 1987; Marconi; Lakatos, 1990; Deshaies, 1992; Schorn, 2000; Bauer; Gaskell, 2002, Teixeira, 2005). Foi isto o que aconteceu no trabalho do campo. Neste processo há respostas que foram mais aprofundadas do que outras, dependendo da dinâmica de cada entrevistado. Alguns entrevistados falavam longamente da sua trajetória biográfica, alguns apenas resumiam.[62] Ao longo do trabalho do campo, pautamo-nos no respeito pelo entrevistado, não forçando respostas e nem induzindo a uma. E cumprimos também com os horários acordados.

Todas as entrevistas foram gravadas para que não houvesse desperdício de informação relevante na discussão dos resultados. Em relação ao *gravador,* Victora *et al.* (2000) afirmam que é muito importante usar o *gravador* para o registro. O *gravador* é um instrumento técnico próprio para anular ou, pelo menos, diminuir as possíveis distrações trazidas pela intermediação do pesquisador, pois este mecanismo permite apanhar com fidelidade os monólogos dos informantes, ou o diálogo entre informante e o pesquisador. A captação de informações por meio de gravador representa, sem duvida, uma ampliação de registro do pesquisador (Queiroz, 1991). Por isso, escolhemos essa técnica, apesar de seu emprego pressupor um conhecimento acumulado daquilo que se pretende pesquisar.

Os entrevistados contaram as suas trajetórias biográficas, tendo em conta as suas "múltiplas socializações" (Lahire, 2006). Isto quer dizer narrativas, a partir da sua origem familiar, escola, amigos, mundo de trabalho,

[62] As interpretações sobre este fato encontrarão no capítulo V, quando discutimos a questão da memória.

relação com a polícia, à vida no crime e a entrada no “mundo do assalto à mão armada.” Privilegiou-se a relação de cada um com essas instituições que desempenham papéis socializadores. O principal foco foi verificar quais são elementos presentes nas instituições que desempenham papéis socializadores supracitados que influenciam na construção de uma carreira criminal (Fraga, 2005, p. 132), principalmente no assalto à mão armada. Procuramos saber quais valores entremeiam e mediam a construção de uma “carreira de assaltante”.

A trajetoria biográfica dos entrevistados foi registrada em fita cassete. Este foi um procedimento útil para o registro de dados obtidos na entrevista e para conservar com maior precisão a linguagem do narrador, e também suas pausas, que podem ser vistas como recurso expressivo. Como a firma Queiroz (1991), não cabe, neste caso, procurar a existência ou não daquilo que os informantes apresentaram como acontecimento, cabe sim registrá-lo como tal.

Segundo Lüdke e André (1986, p.37), a gravação admite o registro da toda expressão oral e deixa de lado as manifestações não verbais. Seguindo o raciocínio destes autores utilizamos também o *diário de campo*, como método auxiliar. Registrar fatos no diário de campo não é apenas postar palavras, no estilo ver e registrar. Segundo Thiollent (1987), isso é um meio caminho entre uma história que se fecha e seus significados vividos. Pois o registro no diário de campo do pesquisador pode até alterar a forma de interpretação de um evento, se contiver informações com subsídios suficientes para analisar os dados por outras vias.

O nosso *diário de campo* foi utilizado com o intuito de tomar nota sobre a estadia no campo, as impressões de campo, anotar horas do começamos e fim da entrevista, formas do contacto, a recepção, a descrição dos comportamentos ou reações faciais ou gestuais, que ocorrem no contexto geral da entrevista, desde a chegada do entrevistado até ao fim das entrevistas. Resumido podemos dizer que adotamos o *diário de campo* para registrar todos os acontecimentos que cercavam o entrevistado, a posição do entrevistado, suas reações e o modo como eram tratados pelos guardas em

nossa presença[63]. É muito importante conhecer como os entrevistados gesticulam e olham quando falam sobre si mesmos. Podemos dizer que os registros que fazemos sobre os nossos entrevistados no diário de campo são "temperos" que dão "sabor" ao nosso prato de pesquisa.

Após a realização das entrevistas, fizemos a *transcrição*. Segundo Queiroz (1991, p.86), a *transcrição* da entrevista significa a reprodução da entrevista, tal como ela foi dada ao entrevistador, sem modificar a fala do entrevistado. O texto transcrito deve ser mais fiel e próximo possível a da gravação. Queiroz (1991) ressalta que a transcrição da entrevista tem como finalidade permitir um manuseio mais fácil dos dados do campo e garantir a conservação do documento transcrito, dada à fragilidade das fitas.

Há que salientar, como lembra Janesick (1998), que é quase tão difícil sair do campo e dar por terminada a recolha dos dados quando aos prazos institucionais se soma o envolvimento emocional que o investigador muitas vezes estabelece com os sujeitos que investiga. Quando chega o momento do pesquisador sair do campo, ele fica *somente* com o trabalho de análise (que, apesar de tudo, já se encontrava em curso a partir do primeiro *mergulho* no trabalho do campo).

Terminada a transcrição das entrevistas mergulhamos na análise e interpretação, o que Janesick (1998) chama do *eterno retorno* aos dados. O *eterno retorno* aos dados decorreu da seguinte maneira: a) alinhamos os dados de cada entrevista em ordem cronológica (infância, adolescência e vida juvenil). Nesta fase privilegiou-se desvendar em que fase da vida o entrevistado começou a construir uma carreira delinquente, ou seja, para falar como Fraga (2005), a construir uma "vida bandida"; b) organizamos também os dados segundo a relação que cada um mantinha com as instituições que possuem papéis de socialização durante a vida, assim, enumerados: i) família, ii) escola, amizade, iii) trabalho, iv) relação com a polícia e v) a vida no crime.

O foco aqui foi verificar quais os elementos influenciam em vida a construção de uma carreira delinquente; c) confortamos as biografias singulares dos entrevistados, com intuito de observar as similitudes e diferenças, atentando para as suas origens familiares em contextos sociais e

[63] Para detalhes sobre como fazer investigação sociológica na prisão, veja (Adorno, 1991b).

econômicos e, em seguida, procuramos analisar como as condições supracitadas interferem na possibilidade de experimentar o assalto à mão armada. Em cada momento que fazíamos a análise dos dados surgiam novas pistas, que exigiam novas interpretações. Isso nos obrigava a todo o momento a recorrer ao *diário de campo e* à bibliografia especializada para a interpretação.

## CAPÍTULO III

**A *conformação do perfil padrão*** *da juventude moçambicana no período de 1975 a 1990.*

Entre 1975-1990 ocorreram em Moçambique várias mudanças em níveis político, econômico e social, que afetaram o comportamento e a sociabilidade juvenil. Vamos enumerá-las, sob o risco de perdê-las de vista, mas também para destrinçar a rede de forças que constituíram o perfil padrão da juventude moçambicana ao longo deste período, bem como entender o mosaico de práticas e políticas que o constituiu. Esses acontecimentos não podem ser ignorados se quisermos caracterizar a "juvenilização" (Da costa, 2007), ou a juventude deste período. Só assim, podemos compreender porque há um crescimento da participação dos jovens no movimento da criminalidade urbana, em especial no assalto à mão armada. Partimos da ideia de que a juventude de hoje rompe com as práticas juvenis anteriores à década noventa. Ainda não sabemos verdadeiramente como a juventude atual chegou a tal ponto no movimento da criminalidade urbana e porque os jovens "mergulham"[64] no "mundo crime". Por isso é importante reconstruir a história no qual o passado é lido, perquirido, vasculhado com vistas a explicitar o presente da criminalidade urbana em Moçambique e iluminar os caminhos do próprio curso do movimento da criminalidade urbana violenta.

Segundo Margulis (2001), ser jovem não se circunscreve apenas à idade, mas a uma idade processada culturalmente. Para José Machado, a juventude representa uma categoria construída em circunstâncias políticas, sociais e econômicas (Pais, 1993, p.29). Dentro destes argumentos, nos interessa descrever o perfil padrão da juventude moçambicana. Como diz Durkheim (2000, p.116), nenhum indivíduo é livre de todo freio da sociedade. Segundo Levi (1996), não se pode negar que em cada época há um estilo de vida. É o estilo de vida da juventude do período de 1975 a 1990, que pretendemos relatar neste capítulo. Segundo Karl Mannheim, a similaridade

[64] O termo significa metaforicamente "envolvimento".

dos comportamentos dos indivíduos se dá no mesmo tempo histórico (Mannheim, 1968). Para Foracchi (1972), o contexto geral de uma determinada sociedade opera como marcadores culturais das identidades juvenis[65].

Segundo Soares (2004), a construção de uma identidade se dá no âmbito de uma cultura e de um contexto histórico determinado. Apesar de suas histórias singulares, eles compartilham subjetivamente experiências uns com outros por sua condição de pertencerem ao mesmo universo social e cultural. Convém salientar que nesta sessão não pretendemos fazer uma história da juventude moçambicana, ainda que fosse desejável e necessária, porque este não é o nosso objetivo. Mas também porque, até onde nos sabemos, não existem dados disponíveis que o permitam por ora reconstruir a história da juventude moçambicana.

Abstraindo da extensa literatura acerca do período de 1975 a 1990, é possível indicar o perfil padrão do comportamento juvenil, olhando para os múltiplos contextos sociais, políticos e econômicos nos quais Moçambique esteve imerso. Para indicarmos o perfil padrão do comportamento juvenil, julgamos conveniente restringir o nosso relato a apenas cinco acontecimentos. O nosso relato, não será, deliberadamente, uma história do período supracitado, mas uma exploração dos contextos que conformaram o perfil padrão dos jovens moçambicanos. Muito do que vai ser dito será familiar ao leitor moçambicano, porque partimos da ideia de que "todo o mundo sabe" os acontecimentos da década de setenta e oitenta.[66] Não obstante, é importante recordá-lo.

[65] Dubar (1997, p.105), sustenta que "a identidade social não é mais do que o resultado, simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural dos processos de socialização que em conjunto constroem os indivíduos e define as instituições". Para Berger e Luckmann (1983), a identidade se constrói através da interação com os outros indivíduos.

[66] Estes acontecimentos aparecem retratados na literatura moçambicana, como "memória coletiva". Podemos encontrar nas obras literária de Nelson Saúte, Mia Couto, Ungulani Baka Khosa e outros. Mas também nos trabalhos de alguns antropólogos brasileiro como: Omar Ribeiro Thomaz; Héctor Roland Guerra Hernández e Luiz Henrique Passador que flagraram as "memórias coletivas" dos períodos supracitadas nos seus trabalhos de campo.

*.*.*

A sociedade moçambicana conquistou a sua independência em 1975 conduzida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO),[67] através de uma luta armada, contra o colonialismo português. No *primeiro período como sociedade nacional independente*, entre 1975-1990, Moçambique organizou-se como *sociedade socialista*. A luta armada que precedeu à independência durou dez anos, entre 1964 a 1974 (West, 2008). Samora Machel[68] tornou-se primeiro presidente do país. Um governo "revolucionário" foi formado. Moçambique transferiu seu alinhamento político de Portugal para a Europa do Leste (Rússia, Bulgária, Romênia, Iugoslávia, República Democrática Alemã) e também afirmou sua distinção entre o colonialismo português e o *apartheid*[69] do seu poderoso vizinho Sul Africano (Fry, 2003).

"A governamentalidade[70] da FRELIMO", no período, disseminava slogans como: "abaixo o colonialismo", "abaixo o capitalismo", "abaixo o obscurantismo", "abaixo o tribalismo", "abaixo o racismo" e "abaixo o feudalismo." [71] Esses slogans marcavam o fim de um passado colonial e nascimento de um Estado socialista e laico (Fry, 2003). "A propriedade privada" foi substituída pela socialização dos meios de produção; a indústria e o

[67] A FRELIMO foi criada em 1962, na Tanzânia, em resultado da fusão de três organizações nacionalistas: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO); a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI); e a União Nacional Africana de Moçambique (MANU). A impossibilidade de diálogo com Portugal, sobre o processo de descolonização, levou à luta armada, que teve a sua origem em setembro de 1964. Em 1974, devido a pressões tanto dos movimentos nacionalistas de Angola, Guiné-Bissau, como de forças externa, como a ONU e da eminência de um golpe militar em Portugal, (que de fato ocorreu em 25 de abril 1974 e ficou conhecido como Revolução dos Cravos). Em setembro de 1974, firmou-se o acordo de descolonização em Lusaka na Zâmbia, entre a FRELIMO e Governo Português. Estabeleceu-se, em seguida, um Governo de transição, composto por ambas as partes, até junho de 1975.

[68] Foi primeiro presidente de Moçambique independente (1975-1986) e o segundo da FRELIMO (1970-1986). Vítima de acidente aéreo quando voltava da Zâmbia. O atentado foi atribuído ao Governo Sul Africano da apartheid, suspeita jamais comprovado. Quanto à literatura sobre Samora Machel, veja (Christie, 1988; Ngoenha, 2009; Cabrita, 2005; Milhazes; 2010).

[69] Segundo Borgues Coelho (2003, p.176) Moçambique se inscrevia no "subsistema" da Guerra Fria na África Austral, o que criou, por um lado, uma hostilidade crescente entre a Rodésia e a África do Sul (aliados tradicionais do Portugal colonial na região), e por outro, alinhamento dos novos países africanos de tendência "oficialmente" socialista.

[70] O termo é usado por Foucault (2008), para designar arte de governar os homens.

[71] O termo "feudalismo" era empregado para designar a organização política tradicional, veja (Mbilana, 1997; Chichava, 2007).

comércio foram nacionalizados[72] (Fry, 2003). Nasceu um Estado muito possante ou, melhor dito, um *Estado-Partido*, gestor de uma modernidade autoritária, controlador de quase toda consciência revolucionária (Serra, 1997, p.100).

O "obscurantismo" — por outras palavras, as *cosmologias tradicionais* —, *o cristianismo* e o *islã*[73] foram reprimidos e substituídos pelo *"socialismo."* A única instituição colonial que não apenas sobreviveu, mas se fortaleceu efetivamente, foi à língua portuguesa, mantida como oficial, e disseminada energicamente através de programa maciço de alfabetização (Fry, 2003). Dentro deste cenário, a juventude foi considerada como fonte de reserva de quadros políticos para integrar a futura fileira do *Partido-Estado*. Como mostra Biza (2007), os jovens eram considerados fontes principais dos futuros quadros. A juventude era concebida como *autêntico viveiro* onde podiam ser experimentados e treinados para servir o Estado.

Foi a partir da Oitava Sessão do Comitê Central da FRELIMO (CC) [74] que os jovens foram pensados como atores políticos (Biza, 2010). Essa sessão foi organizada para discutir a questão da mobilização partidária, pois o partido achava que era necessário criar organizações de massa para suportar a capacidade mobilizadora da população. Uma vez que o partido iria se tornar oficialmente "marxisma-lenista" e devia se fazer representar em todos os estratos sociais como genuinamente "marxista-lenista," "alhures – na União Soviética, na China e no Sudeste Asiático, na Europa Oriental e em Cuba" (Thomaz, 2008, p.182).

A Organização da Juventude Moçambicana (OJM) foi criada no dia 12 de abril de 1977, com esse objetivo (Biza, 2010). [75] Como a famosa palavra

[72] O dia 24 de julho de 1975 foi marcado como o dia das nacionalizações da saúde, da escola, da justiça, etc.
[73] Sobre a relação entre o islamismo e o governo entre 1975-1990, veja (Macagno, 2009).
[74] Oitava sessão do Comitê Central da FRELIMO ocorreu entre os dias 11-27 de fevereiro de 1976. Nessa sessão, foi convocado o Terceiro Congresso, que viria a oficializar o "marxismo-leninismo" como orientação política do governo.
[75] Mas também foram criadas outras organizações de massa: Organizações das Mulheres Moçambicanas (OMM), Organização dos Continuadores ligados à criança (OCM), Organização Nacional dos Jornalistas (ONJ), Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM-Sindical), Associação dos Escritores e Artistas de Moçambique (AEMO).

da FRELIMO dizia: "*Quem faz a revolução é o povo organizado*".[76] Esta organização agrupava todos jovens moçambicanos com idades compreendidas entre14 e 30 anos, sem discriminação de raça, sexo, grupo étnico, origem e posição social, religião e estado civil. Faziam parte desta organização todos os jovens que aceitavam os estatutos e o programa da organização. Apesar dos estatutos abrirem uma brecha para a sua afiliação, na verdade neste período não se aceitava que existissem outras associações juvenis e que nenhum jovem ficasse de fora desta organização. Como bem mostra Biza (2010), eram considerados indisciplinados e desorganizados caso não fizessem a opção de engajamento político.

A juventude era caracterizada como *seiva da nação*.[77] Este termo foi alcunhado por Samora Machel, primeiro presidente da República de Moçambique. Não resta dúvida de que esta metáfora supunha uma visão moralista dos jovens, pois os constrangia na direção de um comportamento irrepreensível no meio em que viviam e trabalhavam, estimulando responsabilidade e um comprometimento político "revolucionário" com o futuro de Moçambique. Portanto, esta metáfora estimulou a conformação de uma etiqueta nas relações entre os jovens e os dirigentes políticos, que regulava, de forma extensa e firme, os comportamentos dos jovens, nas suas situações rotineiras de contatos sociais. Esta etiqueta de relação entre os jovens e os dirigentes políticos conformou muita das ações e convenções dos jovens moçambicanos ao lhes propiciar uma educação patriótica, mobilizando-os para os objetivos políticos e ideológicos do Partido FRELIMO (OJM, 2005). Olhando para esta realidade podemos perceber que os jovens eram "politizados", ou seja, "disciplinados politicamente". Sob esta disciplina, os jovens tinham que se transformar em um "homem novo", um homem que devia abandonar as suas lealdades anteriores, familiares, tradicionais,[78] religiosas, étnicas, de classe, de

[76] MACHEL, S. O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular. *Relatório do Comitê Central ao 3º Congresso*. Maputo: Departamento Ideológico da FRELIMO, 1977.

[77] Sobre a ideia da juventude moçambicana como *seiva da nação*, veja Comunicação de Presidente da República de Moçambique Armando Emílio Guebuza, na XVIII Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana no tema sobre Juventude – Malabo, 30 de Junho de 2011.

[78] Como mostra Cabaço (2007, p. 413) no projeto do "homem novo" o principal obstáculo que a FRELIMO tinha era de vencer a persistência da tradição.

raça, regionais, etc. (Machel, 1977; Vieira, 1977; Thomaz, 2008, Cabaço, 2007; Zawangoni, 2007).

A transformação dos jovens moçambicanos em "homem novo" partia do pressuposto segundo o qual os jovens deviam estar ocupados nos seus momentos livres em atividades culturais dos bairros, das escolas e em maior dedicação à atividade comunitária voluntária. Eram considerados "inimigos do povo" aqueles jovens que se recusavam a participar em todas as atividades supracitadas ( Biza, 2010). Um exemplo, dado por Gonçalves (2005), é que em todas as escolas desde às do ensino primário, básico, geral, técnico e pré-universitário devia haver uma horta ou oficina de artesanato para a produção escolar.[79] Exemplos como este demonstram que os jovens daquela época eram indivíduos vivendo sob disciplina rígida de educação para o trabalho manual [80].

Estes também eram jovens destituídos de espaços de sociabilidade fora da organização partidária, ou seja, dos espaços onde estivessem ausentes valores socialistas. A inserção dos jovens nos outros espaços de sociabilidade era vista pelos dirigentes políticos como "perigosa" e também como ameaça à causa revolucionária[81], num período em que todos deviam se deviam transformar em homem novo (Thomaz, 2008). Não resta dúvida que estes eram jovens sufocados pela identidade do "homem novo", ajustados às crenças e aos valores prevalecentes em uma sociedade socialista. Copiar a cultura ocidental era crime, que merecia uma punição. Vejamos o discurso de Samora Machel *apud* Gonçalves (2005, p.38) que ilustra o repúdio à imitação da cultura ocidental:

> As pessoas cultas aqui eram aqueles que tinham a ocasião de ir a *Paris* e trazem moda de vestir de *Paris*. Ah! Esse é culto! Isto é cultura! *Blue jeans, música americana*, *sapatos* [...]. Grande cultura [...]. Grande cultura essa. Andar sujo, barba mal feita, cabelos compridos. É nas cidades que encontramos isso. (Grifo nosso)

[79] Os alunos deviam produzir bens artesanais ou alimentícios para a própria escola, vender para adquirir algum dinheiro para suprir necessidades financeiras da escola.
[80] Sobre esta discussão encontra-se em Thomaz (2008).
[81] O único que detinha o monopólio de criar associações era o Estado, veja (RevistaTempo,1979).

A classe dirigente acreditava que os jovens do campo não tinham as mesmas oportunidades de contato com o Ocidente do que os da cidade. O universo rural era considerado como totalmente desconhecedora da cultura ocidental, mas havia lá uma cultura tradicional que devia ser combatida, porque os dirigentes políticos acreditavam que a cultura tradicional impedia os jovens de se transformarem em "homem novo". Mas também a forma de organização do campo não permitia que o jovem estivesse fora dos mecanismos rígidos do controle dos mais velhos, através de alguns ritos de passagem. Isto é o que muitos estudiosos africanos (Maloa, 1983; Musa, 1985; Subuhana, 2001; Clavert, 2009) chamam de "educação tradicional", em que os mais velhos transmitem as regra de sociabilidade aos jovens[82].

Dentro do período analisado o jovem do campo ficou resguardado à influência da cultura dos jovens dos centros urbanos, e vice e versa, com poucas alternativas de trocarem as suas experiências juvenis entre si. A saída dos jovens das "aldeias comunais" [83] devia ser monitorada através de "guia de marcha"[84]. Trata-se de um documento idêntico a um passaporte, por meio do qual o indivíduo devia ter um visto das autoridades locais para se deslocar de um lugar para outro. Os motivos para circulação deviam estar bem fundamentados (o motivo da viajem, quem o recebia no lugar da chegada, o tempo de permanência, etc.,) [85].

Vejamos como as zonas rurais estavam organizadas. Havia entre 1975 até nos finais da década de 1990, duas formas de organização. A primeira diz respeito a "aldeias comunais." Segundo Araújo (1988, p. 202), as "aldeias comunais" estavam organizadas com dois ou quatro bairros, cada um com dimensão capaz de albergar cerca de 250 famílias. Para cada família era atribuído um talhão de quarenta vezes trinta (40 x 30) metros onde devia construir ela mesma três ou quatro palhotas: uma casa para residência dos pais, outra para os filhos, a terceira funcionava como cozinha e a quarta como

[82] Sobre como se da o processo de transmissão de regras de sociabilidade, veja (Darmon, 2006).
[83] Sobre este assunto detalharemos nas próximas páginas.
[84] Apresentaremos mais adiante uma noção mais complete de "guia de marcha". Recentemente o Secretário do bairro Jorge Dimitrov da cidade de Maputo, propôs a população local a institucionalização do guia de marcha como reação a onda de criminalidade, veja (Luís, 2010)
[85] Não queremos dizer que estes programas não afetaram as zonas urbanas, mas foi nas zonas rurais, onde ela foi sentida, ampliada e observada com maior frequência. Como se sabe, o objetivo destas políticas públicas era de aumentar a produção e produtividade no campo.

celeiro. A separação de uma casa para outra era divididas por ruas. Esta forma de organização rural encontrava-se espalhada por quase todo o Moçambique. Como nos mostra a tabela abaixo:

**Tabela 1- Distribuição das aldeias comunais dentro da política de socialização de campo em Moçambique.**

| **Ano** | **1978** | | **1982** | |
|---|---|---|---|---|
| Província | Aldeias | População | Aldeias | População |
| Cabo Delgado | 586 | 800.000 | 543 | 815.600 |
| Niassa | 40 | 73.000 | 63 | 63.000 |
| Nampula | 80 | 50.000 | 260 | 15.420 |
| Zambezia | 13 | 10.000 | 39 | 49.200 |
| Tete | 26 | 25.000 | 40 | 84.600 |
| Manica | - | - | 111 | 106.100 |
| Sofala | 13 | 10.000 | 88 | 73.400 |
| Inhambane | 5 | 2.500 | 47 | 298.000 |
| Gaza | 80 | 180.000 | 139 | 17.900 |
| Maputo | 5 | 40.000 | 22 | - |
| **Total** | 857 | 1.250.000 | 1.352 | 1.806.500 |

**Fonte:** Egerö (1992, p.115).

Segundo Araújo (1988, p.185), “as aldeias comunitárias” marginalizaram grande parte da população moçambicana; muitas famílias lá inseridas ficaram afastadas da sua anterior unidade residencial e produtiva, sem encontrar uma substituição adequada. A estrutura e funcionamento dessas aldeias eram pouco organizados, porque os dirigentes políticos responsáveis por sua construção em cada área enveredaram por uma competição para agradar as elites políticas, o que contribuiu para a sua desorganização.

A segunda forma de organização diz respeito “as machambas comunais” (empresas agrícolas que estavam sob controle do Estado).[86] Esta forma de organização de trabalho colocava os camponeses a trabalhar nas

[86] Segundo Araújo (1988, p.183), a criação dessa política foi orientada para atingir os seguintes fins: fortalecer a produção coletiva, produzir para autossuficiência da coletividade, para melhorar a nutrição e para acumulação social de excedentes comercializáveis, mecanizar a agricultura e conservar os recursos naturais.

machambas estatais, muitas das quais eram propriedade dos antigos colonos, que os deixaram após a independência nacional, com o célebre comunicado "20/24"[87], que pautava que os colonizadores deviam deixar o país com no máximo 20 quilos de bagagem e em menos de 24 horas (Thomaz, 2008). O trabalho de campo realizado em diferentes períodos entre 2001 e 2004, pelo antropólogo Omar Ribeiro Thomaz,[88] indicou que "as machambas comunais" se institucionalizaram:

> [...] nos anos que sucederam imediatamente a independência, tinham como propósito evidente promover uma sorte de modernização do país e de suas gentes. Sua fonte de inspiração encontra-se em Nashingwea[89] e em sua reprodução nas zonas libertadas ao longo da guerra de independência [..].Segundo Christian Geffray (1991), as *machambas* comunais estavam diretamente associadas ao marxismo que informaria integralmente a percepção do que deveria ser o desenvolvimento para o conjunto do país. A dimensão ganha pela *machambas* comunais nas distintas regiões foi bastante diferenciada, assim como seu impacto junto às populações do país. Em 1982, das 1.352 *machambas* comunais, 543, ou seja, 40%, estavam concentradas na província de Cabo Delgado, ao passo que 260 (19% do total) encontravam-se distribuídas por Nampula. A sulista província de Gaza possuía cerca de 139 *machambas* comunais, um pouco mais de 10% do total. Das três províncias com maior número de *machambas* comunais, somente duas – Cabo Delgado e Gaza – concentraram parte substancial de sua população nestas unidades produtivas. Em Cabo Delgado, cerca de 45% da população total da província foi deslocada para as *machambas*, enquanto que em Gaza foram concentradas 17% da população total, o que representava 30% de sua população rural [...] ( Thomaz, 2008, p.184-6).

Segundo Thomaz (2008), todos os moçambicanos eram obrigados a trabalhar nas "machambas comunais", independentemente da raça ou religião. Por exemplo, os indivíduos da coletividade *hindu*, geralmente vinculados a atividades comerciais em Moçambique[90], dedicavam um ou dois dias de

[87] Sobre este assunto detalharemos nas próximas páginas.
[88] Professor do Departamento de Antropologia da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) – São Paulo.
[89] Campo de treino dos guerrilheiros da FRELIMO na luta colonial, localizado na Tanzânia.
[90] Em 1997 os descedentes dos *hindus* representavam 0,08% da população geral de Moçambique (Thomaz, 2006).

trabalho ao longo de semana nas “machambas comunais,” para onde se dirigiam em caminhões. O autor destaca que, em Maputo, várias narrativas faziam referência ao trabalho nas “machambas comunais” que se localizavam nos bairros de residência ou nos arredores da cidade e que estavam sob controle dos Grupos Dinamizadores[91]. Recusar o cumprimento deste tipo de trabalho podia ter várias consequências, desde a acusação de sabotagem ou de "inimigo do povo". Segundo Abrahmsson e Nilsson (1994) existia em Moçambique, entre 1975-1979, cerca de 4.000 *“machamba*s *comunais”*.

A partir do texto de António Cipriano Gonçalves, intitulado “*A concepção de educação politécnica em Moçambique* (contradições de um discurso socialista 1983-1992)” é possível verificar que os jovens rurais estavam circunscritos às atividades diárias do campo. Depois das aulas, tinham que auxiliar os aldeões na agricultura, na construção de casa, na limpeza, etc. (Gonçalves, 2005). O “aldeamento comunitário” permitiu a imobilidade residencial de alguns jovens moçambicanos do campo para as cidades. A elite política justificava que no campo já existiam todas as infraestruturas sociais para a sua sobrevivência tais como escola, hospital e uma machamba para a produção. Por exemplo, António Cipriano Gonçalves (2005) relata que a elite política justificava que no campo já existiam condições básicas para sobrevivência da população, inclusive infraestruturas sociais,o que se traduzia em uma política de controle da mobilidade rural-urbana. Esta política acabou fazendo com que os jovens do campo se tornassem jovens com uma mentalidade circunscrita às práticas tradicionais, ao contrário do que se pretendia com a construção do “homem novo”. Um exemplo pode ajudar um pouco a elucidar essa pronunciada afirmação. Vejamos como nos relata Carlos Subuhana[92] sobre a vida no campo.

> Aqui morávamos em aldeias comunais e todos tinham o direito de escolher onde construir suas casas e onde abrir suas machambas (roças). A aldeia comunal de M’sawize, que era uma das “bases para o desenvolvimento do socialismo”, tinha uma base central da Frelimo; um infantário provincial; uma machamba do povo – todos tinham a obrigação de trabalhar nessas

[91] Sobre a noção de Grupos Dinamizadores, explicaremos adiante.
[92] Carlos Subuhana viveu na aldeia comunal de *M’sawize*, na província do Niassa entre 1975-1986, veja (Subuhana, 2006).

> machambas (roças) –; um Posto de saúde, um Centro de Saúde; uma loja do povo; duas escolas – o ensino era gratuito, obrigatório e de boa qualidade –; três bairros, a saber: Mangupenje (bairro número 1), Matukuta (bairro número 2) e Mbangala (bairro número 3). Todos os bairros tinham um campo de futebol, sendo que as competições oficiais eram realizadas no campo principal, que ficava na sede. Cada bairro tinha um secretário do Bairro e vários chefes de ruas (Subuhana, 2006, p.7).

Apesar do Estado não permitir a existência de práticas tradicionais, como rituais e adoração aos antepassados (superstição) e mesmo havendo essas proibições, muitos jovens rurais praticavam essa modalidade de vida societária. Como nos mostra Subuhana (2001, p. 38): "*os cultos aos antepassados eram por sinal secreto"*. As afirmações acima expostas sugerem que a ordem tradicional do passado colonial permaneceu quase intacta ao longo da sociedade pós-colonial, principalmente ao longo do desenvolvimento do Estado Socialista. Isso significa, em outros termos, que o tradicionalismo, isto é, o conjunto das condições "psicossociais" e socioculturais que suportavam morfologicamente ou funcionalmente as antigas estruturas de relações entre jovens, adultos e velhos, anterior à independência se renovava incessantemente, através de "cópia e repetição da tradição" (Mannheim 1968, p. 73).

Em consequência, toda velha etiqueta de tratamento (no intercâmbio entre jovens e adultos) continuou a sobreviver segundo a mesma lógica de *status* e *papeis sociais* que regulavam o modo pelo qual cada um se identificava de acordo com seus direitos e deveres. O grau de persistência e a vitalidade interna desta forma de relação eram tão enraizados, que a política do governo de marginalização das tais práticas não foi capaz de introduzir ou promover rupturas razoáveis. O exemplo extraído de Carlos Subuhana mostra como os jovens rurais resistiram à política do controle do Estado sobre as práticas tradicionais:

> O nosso dia a dia era repleto de brincadeiras e todos intercambiávamos as experiências culturais anteriormente adquiridas. Foi nesse ambiente de trocas de elementos culturais (aculturação) que comecei a me interessar pelo *Jando*, um ritual de passagem Yao, basicamente pela sua função integradora. Vale assinalar

> que o *Jando* foi uma das tradições culturais que *resistiu às proibições do governo*. *Mesmo assim, quase todos os pais e parentes de várias origens étnicas e linguísticas mandavam seus filhos a esses ritos*, nas escondidas, desafiando assim o projeto da Frelimo. Mesmo sendo alunos bem aplicados na escola, eu e *meus colegas e amigos sentíamos a necessidade de passar pelos rituais de circuncisão*. No *nosso círculo de amizade ser circuncidado era sinônimo de mais respeito*, mais facilidade em quase tudo, *incluindo a facilidade de conquistar namoradas*. Quem não passasse por essa experiência, mesmo tendo um nível acadêmico mais elevado em relação aos demais amigos, se *sentia inferiorizado* e era *menos respeitado*. Para nós a circuncisão não era simplesmente um ritual de passagem. *Fazia parte da construção da nossa masculinidade* (Subuhana, 2001, p.39-40; Grifo nosso).

Até aqui acabamos de apresentar como eram os jovens das zonas rurais. Agora passaremos a apresentar como eram constituídos os jovens nos centros urbanos. Antes de entrarmos neste ponto, gostaríamos de deixar registrado aqui que tanto no *campo* como nas *zonas urbanas* reinava nos jovens uma cultura de submissão, obediência e, sobretudo do medo de ser conotado como adverso aos *princípios revolucionários* [93]. Isto porque, a educação dos jovens nas escolas públicas se baseava no sistema educacional do comportamento unilateral: treinamento para ódio a indivíduos sobre quem pesava a suspeita de algum tipo de compromisso com a antiga ordem colonial; treinamento para obediência cega, treinamento para o fanatismo político. Neste jogo de acontecimentos, as zonas urbanas ganhavam maior relevância, porque se acreditava que os jovens da cidade eram assimilados na fala, na maneira de vestir e de se portar (Gonçalves, 2005). Segundo Gonçalves (2005, p.39), a cultura juvenil urbana foi considerada alvo a combater, porque era considerado pela autoridade política como uma cultura decadente e corrupta da sociedade burguesa.

[93] Subuhana (2001) mostra no estudo acima citado que nas salas de aulas existia uma cultura de silêncio e a disciplina autoritária era tão perturbadora, quando se pensa na interação e diálogo necessários na relação ensino/aprendizado. A impressão era a de que não havia espaço para a criatividade, para o questionamento.

*.*.*

*Neste contexto de mudanças, outros acontecimentos relacionados entre si também contribuíram para confirmar o perfil padrão da juventude naquele período. O segundo* acontecimento a ser destacado é o que poderíamos chamar aqui de uma "*sociedade de controle"* e "*vigilância"*. Esses controle e vigilância ocorreram em dois planos, *o familiar* e o *governamental*. No plano familiar, não podemos ignorar que antes da independência nacional a maioria das famílias moçambicanas estava imersa numa cultura rural. Somente após a saída de muitos portugueses dos centros urbanos em 1975, esses espaços foram ocupados por famílias moçambicanas, recém-egressas do campo e, portanto muito ainda influenciadas pelo modo e estilos predominantes da vida social agrária. Outro fato que permitiu que a população rural tornar-se urbana foi á alteração das divisões administrativas que ocorreu em 1986. Como mostrou Araújo (2003), várias famílias adormeceram como rurais e acordaram como urbanas sem que tivessem processado quaisquer alterações nas organizações espaciais, econômicas, sociais ou culturais[94].

O fato é que as famílias se mantiveram "tradicionais" na sua organização estrutural e hierárquica. Essas estruturas "tradicionais", ou seja, "rurais" persistiram configurando as famílias moçambicanas urbanas, nelas imperavam ainda os hábitos e costumes rígidos de obediência hierarquizada e de reverência aos que ocupavam certos estratos políticos. Dentro das famílias a situação de submissão e lealdade produziu naturalmente certos efeitos "psicossociais" dos jovens como: *quando namorar, quando sair para lazer* etc. Esta forma de relação familiar não só esteve ligada a uma relação de submissão e lealdade rígida que revitalizava e atualizava socialmente a imagem que os jovens tinham dos seus pais e os pais tinham dos seus filhos. Mas também estava conectado ao papel que os pais tinham como autoridade máxima da família (*decisão tomada, decisão comprida*) [95].

*O segundo elemento* que controlava e vigiava o comportamento dos jovens foram os *Grupos Dinamizadores* (GDs). Estes eram grupos de vigilância

[94] Segundo Araújo (2003), o que aconteceu em Moçambique foi uma "reclassificação urbana". Esta consistiu em aumentar os espaços urbanos por "decreto", alterando os limites administrativos.
[95] Esta é uma das práticas que hoje saiu do âmbito familiar e extrapolou para o âmbito estatal.

que controlavam toda a população, o que cada *um fazia* e o que *deixava de fazer*. Estes grupos eram considerados a célula básica do Estado-Partido. Em termos de hierarquia de poder na FRELIMO, compunham o que se chamava de estrutura de base, para servir de elo de transmissão das decisões da direção para o povo (Vieira, 1983; Brito 1995; Ergö, 1992; Chichava, 1999; Faite, 2001).

Os *Grupos Dinamizadores* (GDs) eram compostos por *militantes* mais ativos, *chefes de quarteirão*, *de dez casas*[96]*, secretário dos bairros, chefes dos departamentos, etc.* Esses *grupos* eram de fato constituídos por oito a dez pessoas. Estes tinham dupla função: uma era de vigilância e controle e outra administrativa, tais como a emissão de "guias de marcha" para os cidadãos que quisessem se deslocar para fora da cidade e do campo; e, mais tarde, tiveram também a responsabilidade pela emissão de documentos equivalentes à "atestada de residência," necessários para a adesão a uma cooperativa, para conseguir o bilhete de identidade ou para casamento e outros atos públicos. Esses grupos se estabeleceram praticamente em todos os locais, tais como: nas fábricas, escolas, hospitais e associações de bairros.[97] Em Moçambique, formaram-se *dois tipos* de grupos dinamizadores: *do local do trabalho* e *de residência.* Esses grupos usavam como slogan *Unidade, Trabalho* e *Vigilância* (Cahen, 1985; Munslow, 1984). Neste caso, o autocontrole dos jovens dependeu estritamente dos controles dos grupos dinamizadores.

*.*.*

O terceiro acontecimento foi a entrada em cena de uma imagem na história moçambicana pós-colonial que se chamava de *"Xiconhoca." Era uma imagem, cunhada pela FRELIMO, que representava todos os males da sociedade moçambicana, inclusive a preguiça, o individualismo, o colonialismo, a prostituição, o criminoso, o alcoólatra, o drogado, o candongueiro*[98]*.* Vemos a

[96] Em cada dez casas existiam um chefe, que desempenhava funções administrativas, como emissão de documento que confirmava a moradia do indivíduo sob sua circunscrição.
[97] Os termos "grupos dinamizadores do local do trabalho e do local de residência" foram retirados de (Cahen, 1985; Munslow; 1983).
[98] Segundo Quembo (2010, p.12), *candongueiro* significa comerciante informal.

descrição dessa imagem em textos como a de Colaço (2001); Ossemane, (2003) e Lorenzo Macagno, que afirmou: “a propaganda da Frelimo chegou a idealizar e a popularizar um desenho, cuja personagem, Xiconhoca, era o portador de todos os predicados que definiam o inimigo” (Macagno, 2009, p.26). Esta imagem era apresentada em forma de uma história em quadrinhos, onde a personagem tinha como características físicas e de comportamento: gordo, de pequena estatura, que passava horas a beber, preguiçoso e marginal.

O termo “Xiconhoca” era uma palavra composta de dois nomes: “Xico” e “Nhoca.” O primeiro nome vem de “Xico” um indivíduo que pertencia à Polícia Internacional de Defesa do Estado Português – Direção Geral de Segurança (PIDE-DGS). O segundo termo, “Nhoca” significa cobra nas maiorias línguas nativas do país. O Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO achou necessário criar essa “nova anatomia política” (Foucault, 1977, p. 128) de tal forma que representasse o “inimigo interno” e “externo”. Essa nova “anatomia política”, por seu lado, não era apenas uma maneira de ilustrar os “males da sociedade” que deviam ser vigiados e controlados; eram também bonecos políticos que tinham uma boca de bêbado, uma orelha de boateiro, mãos de especulador, olhos de racista, nariz de tribalistas, dentes de regionalista, pés de confusionista.

Por fim, o “Xiconhoca” [99] foi um investimento político que a FRELIMO utilizou para vigiar e controlar práticas sociais, tais como: criminalidade, poligamia, os ritos de iniciação, alcoolismo, obscurantismo, prostituição, individualismo, o crente religioso etc. (Serra, 1997, p.102). A imagem do “Xiconhoca” interferiu no comportamento juvenil introduzindo neles o que era permitido fazer e o que não era permitido. Não resta dúvida que a imagem de “Xiconhoca” produziu uma “imagem negativa” para várias condutas sociais, criminalizadas e estabeleceu elementos de classificação e de exclusão

[99] “O Xiconhoca” foi sem dúvida uma das grandes “invenções” da FRELIMO. A sua extensão deveu-se aos *Grupos Dinamizadores* e não resta dúvida que esses grupos se constituíram como uma mecânica de poder, que fis*caliza* perpetuamente os corpos dos moçambicanos. Esta mecânica de poder fez “funcionar” um olhar vigilante ininterrupto sobre sociedade. Graças à técnica de espionagem e do controle sobre os comportamentos considerados de “Xiconhoca” se efetuou a “*vigilância física” segundo jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus* (Foucault, 1997, p.148).

nos contatos que envolviam interação social dentro da sociedade moçambicana pós-colonial (1975-1990).

Essas referências mostram como os jovens do período entre 1975 e 1990 foram moldados mediante práticas estatais autoritárias e repressivas voltadas para qualificar e desqualificar os comportamentos. Os jovens tornaram-se obedientes, no respeito às leis, às decisões tomadas em reuniões populares ou do secretario do bairro, enfim, o respeito às ordens instituídas pelo Estado socialista. Vemos ai surgir toda uma zona do *respeito*, na qual os jovens se deixavam conduzir por um conjunto de procedimentos para não cair no processo de criminalização e punição. Ser chamado de "Xiconhoca" era depreciativo, degradante e era ao mesmo tempo ser identificado como "inimigo do povo" e "impuro". "Impuro" no sentido atribuído por Mary Douglas (1991) em *Pureza e Perigo*, a ideia de que o impuro está ligado à desordem. A desordem acarreta consequências negativas para o praticante e para as pessoas que o circundam (Douglas, 1991, p.14). (ver abaixo Figuras 2 e 3).

**Figura 2 – Xiconhoca representando**
**Um drogado e alcoólatra**

**Fonte:** Siliya (1996).

**Figura 3 – Xiconhoca representando indivíduo**
**Que recusa o trabalho coletivo**

**Fonte:** Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO.

Todos esses predicados fizeram com que muitos jovens não se fizessem perceber nem como "sombra" nem como imagem de "Xiconhoca", porque eles sabiam que qualquer deslize em sua conduta podia ser estigmatizada, eles podiam até ser "criminalizados" e encaminhados para um "castigo corporal," como aconteceu com muitos jovens que foram levados para os "campos de reeducação".

Segundo Borges Coelho (2003, p.191), os "campos de reeducação" eram como *kuphahla,* comum no sul do país, um ritual de "limpeza" individual de elementos *nocivos* ou *impurezas*, para que a normalidade pudesse ser retomada. O indivíduo entrava no campo de reeducação como *inimigos do povo* e saia como "homem novo" *revolucionário*, identificado com o *povo* (Grifo nosso).

Alguns "campos de reeducação" conhecidos[100] foram do Niassa (Unango), M'sawize (Mavago), Mutatel, Mwembe e Majune (M'telela); do Cabo Delegado (Montepuez e Mocibua da praia); do Sofala (Sakuzo); de Inhambane (Inhassune)[101]. No dia 21 de maio de 1983 foi lançado em comício popular na

[100] Existiam campos de reeducação por quase todo Moçambique, veja (Público Magazine, nº 277 de 25 de março de 1995).
[101] Sobre o "campo de reeducação" de *Inhassume,* veja (Thomaz, 2008).

cidade de Maputo[102] pelo Presidente da República Samora Machel, um programa chamado "*Operação Produção.*" Este tinha como objetivo expulsar os *improdutivos* dos meios urbanos a fim de integrá-los nas atividades produtivas nos campos de reeducação. Para Quembo (2010), esta operação se realizou em duas fases: a primeira foi voluntária e ocorreu em junho de 1983; e a segunda coerciva, em julho do mesmo ano.

A "*Operação Produção*" era gerida pelo Ministério do Interior (como Comando Central de Operações), coadjuvado pelos funcionários do Ministério da Justiça e da Defesa, por autoridades locais, chefes de dez casas[103], secretários dos bairros, Organização das Mulheres Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), os conselhos de produção e os funcionários da Administração do parque imobiliário do Estado (APIE), os *Grupos Dinamizadores* (GDs), Grupos de Vigilância Pública (Quembo, 2010, p.8). As instituições que auxiliavam o Ministério do interior tinham como objetivo identificar pessoas em situação de improdutividade, recolhê-los e entregá-los ao Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) [104]. Estes que determinavam os destinos dos considerados improdutivos (Thomaz, 2008). Os improdutivos estavam divididos em "homens honestos", como eram classificados aqueles que eram considerados inofensivos para a sociedade, e "homens desonestos", aqueles que ofereciam algum grau de "periculosidade" (Quembo, 2010).

Para os "campos de reeducação", não eram levados apenas os improdutivos, iam também as mães solteiras, as testemunhas de Jeová[105], os curandeiros, *candongeiros*, alcoólatras, e qualquer jovem com dezoito anos ou mais considerado perigoso para a revolução (Quembo, 2010). Temos como exemplo, o discurso feito pelo presidente Samora Machel aos estudantes da

[102] Neste comício o presidente pronunciou que iria desencadear, como solução para inverter o maciço êxodo rural, a criminalidade, a prostituição e a desordem nas cidades (Quembo, 2010).
[103] Dentro da estrutura administrativa dos bairros, encontra-se uma divisão em grupos de dez casas (residências) sob o comando de um chefe.
[104] Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), criado pelo Decreto-Lei n. 21/75 (11 de outubro), concedidos poderes excepcionais entre os quais o de "deter pessoas, determinando-lhes o destino que achar mais conveniente, nomeadamente o de remetê-las à autoridade policial competente, aos tribunais, ou aos campos de reeducação" (Trindade, *apud* Thomaz, 2008, p.188).
[105] As Testemunhas de Jeová eram enviadas para os "campos de reeducação" por sua recusa em prestar o serviço militar, jurar a bandeira e gritar "viva a Frelimo" (veja Thomaz, 2008).

Escola Comercial de Maputo, no qual apontava que os estudantes indisciplinados teriam como castigo os "campos de reeducação":

> Aqueles denominados "veteranos" encarnavam nas escolas essas atitudes. "É preciso terminar com o veteranismo. É preciso terminar com a atitude dos alunos mais velhos, que se recusam a enquadrar nas escolas", afirmava, e em tom de ameaça, continuava: "Eles constituem o foco de indisciplina, o modelo de indisciplina. Se nós quisermos descrever o que é a indisciplina, o liberalismo e libertinagem apresentariam esses alunos. Encontramos neles o foco". "E por que é que ficaram velhos sem frequentar a escola?" Indagava e interpelava. "Por que é que ficaram velhos e não tiraram o sétimo ano no tempo colonial?". Nesse discurso, proferido no Pavilhão do Clube Sporting em Maputo, a plateia se manteve em silêncio. Era o habitual "estilo samoriano" de interpelar seus ouvintes, a seguir, arremeter com a resposta: "Sabem responder esses velhos que estão aí? Viviam onde? Nem conheciam a porta do Liceu Salazar, nem o machimbombo[106] que transportava os alunos para a Escola Comercial. "Nós trouxemos-os aqui, para o estudo, e agora trazem o barulho". Essa moral revolucionária não admite meias palavras. Quando Samora Machel falava, falava também o Estado/ Partido [...]. "Vamos tomar medidas breves em relação a esses velhos", e afirmava contundentemente e sem ambiguidades: *Serão expulsos e enviados para o campo de reeducação*. *São esses alunos velhos que tentam isolar os alunos mais novos que revelam consciência e responsabilidade na sua tarefa de estudar*. Esses *alunos velhos reprovam sistematicamente, fomentam os vícios e a corrupção na escola, mantêm como tipo de relação aluno-aluna a falta de respeito para com a mulher, falta de respeito pela colega da escola*. Espírito de veterano, veterano de reprovações... Expulsaremos esses. São maus. Devem ir para a *atividade produtiva* de outro tipo. Mas não é só expulsar. Primeiro é *preciso punir*. Temos o poder, o nosso poder é para criar o *homem novo*, a *nova mentalidade*, novo tipo de relações, de respeito e admiração pelos nossos professores, porque eles são os nossos responsáveis" (Grifo nosso) (Machel *apud* Macagno, 2009, p.19-25).

Segundo Omar Thomaz, a "Operação produção," criou um:

> [...] regime de exceção, conferindo à Frelimo ou a órgãos ligados ao regime, poderes extraordinários no tratamento de pessoas acusadas de sabotadores, ou que teriam um comportamento moral inadequado – mulheres suspeitas

[106] Transporte público – ônibus.

> de prostituição, indivíduos alcoólatras, pessoas consideradas vadias ou ligadas ao tráfico. Essas pessoas foram enviadas para o que foi chamado de campos de reeducação, pois deveriam ser re-socializadas pelo trabalho. Deveriam trabalhar na roça, que se chamam machambas e, nesse processo, deveriam aprender os princípios do marxismo-leninismo e os da construção do homem novo. Para esses campos eram levadas também [...] indivíduos acusados de curandeirismo e feitiçaria e os Testemunhas de Jeová[107].

Para Teodósio Luciano (*apud* Quembo, 2010, p.45), a "Operação Produção" tinha como objetivo limpar as cidades dos indesejáveis e dos parasitas. Segundo Quembo (2010), Marcelino dos Santos[108] e Teodato Hunguana[109] apresentaram a "Operação Produção" como um programa que iria para além da expulsão dos improdutivos urbanos; tratava-se de uma técnica para purificar as cidades dos *parasitas* que criavam espaços para infiltração dos bandidos armados. Numa entrevista à revista eletrônica *ComCiência,* Omar Thomaz aponta como um dos objetivos da "Operação Produção":

> [...] A Operação Produção tinha o objetivo de reeducar os delinquentes, ociosos, mas tinha também uma função de gerar renda para o país? Thomaz - A ideia era essa. Existia um expediente punitivo, mas havia uma ideia de fundo de produzir para as pessoas e para o país. No campo que eu trabalhei, por exemplo, eles produziam abóbora, feijão, vários gêneros alimentícios, só que não ganhavam. Era um trabalho escravo, e as pessoas viviam em condições inaceitáveis, muitos não aguentavam[110].

Esses campos eram locais de difícil acesso – estradas, e caminhos de ferro estavam totalmente destruídos. Este programa não tinha só como

---

[107] Sobre a entrevista na integra, veja REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO. *Entrevista com Omar Ribeiro Thomas***.** Disponível em: www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id. Veja, também, Thomaz (2008) e (2009). A respeito desse fato, Mateu Mundau comentou num artigo que a "Operação produção", em curso em todas as cidades do país, tinha como objetivo dar trabalho a cada um dos moçambicanos que não tinha nenhuma ocupação profissional (Mundau, 1983).

[108] Fundador da FRELIMO chegou ao cargo de vice-presidente da República de Moçambique em 1975.

[109] Nos anos pós-independência nacional ocupou cargo de ministro de justiça, informação, trabalho e vice-ministro do interior.

[110] *Ibidem,* 2010 a.

objetivo reeducar os delinquentes,[111] e prover emprego dos improdutivos; tinha também como objetivo repovoar as áreas com menor densidade demográfica de Moçambique, como Niassa e Cabo Delegado (Thomaz, 2008; Quembo, 2010). O êxodo rural foi visto como um perigo para o programa das cidades do governo de Moçambique (Quembo, 2010). O plano geral da ação das cidades de 1979-80 previa estabelecer "bairros comunais", cada qual suportaria 2.500 famílias, ou seja, cerca de 12.500 indivíduos (Araújo *apud* Quembo, 2010, p.43).

A partir destes dados podemos observar que os jovens moçambicanos se inseriam no mercado de trabalho de uma forma compulsiva. Como o Estado não tinham condições de criar empregos urbanos para todos, tinha que "criminalizar" o desemprego urbano, para normalizar a situação do desemprego nas cidades. Mas também estava por detrás desta lógica de trabalho compulsivo, a criação de um *ethos*[112] *de trabalho agrícola*, para a população urbana. "Lá, concentrados em campos, deveriam *machambar* [113] ao longo do dia e ter aulas de marxismo-leninismo no final da tarde" (Thomaz, 2008, p. 191).

Recusar trabalhar era considerado *crime*. Como mostra Colaço (2001), no seu artigo *Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista,* as antigas ideias proposta de utilização de mão de obra forçada do período colonial foram trasladadas para a política de trabalho no regime socialista. Grandes números de jovens pobres foram encarcerados nos "campos de reeducação" em decorrência da política de "Operação Produção", diminuindo, assim, a circulação destes nas ruas das cidades. [114] Um exemplo pode ajudar um pouco a elucidar essa pronunciada afirmação de redução dos jovens nas estradas:

[111]O antigo presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano em entrevista ao Jornal português *o Público* em Lisboa em 2004, divulgado pelo jornal Savana, 19.11.2004, frisou que o objetivo era *devolver as pessoas marginais às suas zonas de origem para serem integradas na sociedade.*

[112] Sociologicamente resumindo *ethos* significa um conjunto de hábitos.

[113] Trabalhar na roça.

[114] Segundo Quembo (2010), o balanço do Ministro do Interior, do dia 15 de julho de 1986 teria dito que 10.000 pessoas foram expulsas das cidades moçambicanas, mas outras estimativas indicam entre 40.000 e 50.000. Os números de deportados para Niassa, segundo Tartter; Howe *(apud* Thomaz, 2008, p.191), oscilam entre 50 mil e 100 mil pessoas.

> Ao longo da Operação Produção, as redadas poderiam ocorrer a qualquer momento, quando as forças de segurança saíam pelas ruas e avenidas [...] solicitavam aos transeuntes comprovantes de trabalho, no caso dos homens, e de casamento ou trabalho, no caso das mulheres. Quando não podiam comprovar sua atividade ou seu *status*, eram confinados em caminhões, concentrados nas redondezas da cidade e logo, à noite, enviados nos aviões das Linhas Aéreas de Moçambique, ou em aviões militares, para o Niassa, ou em caminhões para distintos campos espelhados pelo país. Longe de encontrarem um campo organizado, eram entregues ao abandono, e indivíduos que ao abandono, e indivíduos que muitas vezes nunca tinham tido nenhum contato com a vida rural, eram obrigados a fazer *machamba*, a construir sua palhota e as instalações comuns (Thomaz, 2008, p.191).

*.*.*

*O quarto* acontecimento que marcou a história daquele período foi a guerra civil,[115] que teve um peso significativo na formação da cultura juvenil já existente, pois ela fez com que o mercado de consumo juvenil em torno de vestuário, música, refresco ou de bebida alcoólica se tornasse escassa. Pode-se afirmar que o jovem desta época tinha uma autonomia limitada quanto à possibilidade de desfrutar dos bens socialmente valorizados. Como bem lembra Elias *apud* Dias (2011, p. 308), a autonomia individual é limitada por estrutura social que o comanda. Como mostra a entrevista da antropóloga Ana Bérnad da Costa a um moçambicano: *"no tempo de Samora estivemos muito mal, não havia nada só repolho* [...] *no nosso tempo havia roubo, mas não era isso de arrancar as coisas dos outros* [...]" (Grifo nosso) (Costa, 2009, p.19). Ao referir ao mesmo período Nelson Saúte apud Fracisco (2009, p.83) dizia: "*das madrugadas em que partilhávamos a esperança de encontrar ao fim de horas*

[115] Segundo Honwana (1996, p.186), a guerra civil começou em Moçambique 1977 e terminou em 1992. Para Adam (2005), ela começou a se expandir, principalmente na região central do país (província de Manica, Tete e Beira). Veja (Honwana, 2002; Damião, 1996; Perreira, 1996; Perreira, 1999). Os estudos de (Fauvet e Gomes, 1982; Davies, 1985; Tajú, 1988; Christie, 1989; Minter, 1989; O'lauglin, 1989; Askin, 1990; Hanlon, 1990; Vines, 1991; Dinerman, 1994; Schafer, 2007) mostram que a causa da guerra civil foi, por um lado, as rivalidades externas entre Moçambique e África do Sul, que levaram este último país a criar a RENAMO, com ajuda de alguns portugueses descontentes com a independência, a elite branca moçambicana, antigos colonos, o serviço secreto da Rodesia do Sul – atual Zimbábue e o ramo da inteligência militar da República Sul Africana; e, por outro lado, justificava-se como causa a marginalização das autoridades tradicionais e da socialização do campo da FRELIMO. Chachiua (2000) afirma que a guerra civil em 1980 tinha interditado 50% do campo, fez um milhão de mortos e tornado 4,5 milhões de pessoas como refugiadas e deslocadas.

*intermináveis um quilo de arroz, outro de feijão, alguma carne vinda do Botswana*" (Grifo nosso).

Não só faltavam esses bens alimentares, mas também a guerra criou obstáculos à circulação de bens culturais juvenis, principalmente os provenientes da cultura juvenil sul-africana que tinham ampla recepção e aceitação nos circuitos juvenis da cidade de Maputo.[116] Outro exemplo que mostra a não circulação de bens culturais juvenis, pode ser retirado da viagem que Peter Fry fez a Moçambique em 1988:

> Eu voltei a Moçambique em 1989, não mais como um jovem pesquisador, mas um pouco mais velho e exercendo o papel de "missionário" contemporâneo da Comunidade de Desenvolvimento, como oficial de programas da Fundação Ford, responsável pela organização do seu programa em Moçambique [...]. Naquela época, Moçambique estava imersa em uma guerra violenta entre o governo da FRELIMO e a RENAMO. A guerra tinha se expandido a quase todas as regiões rurais de Moçambique. Só as cidades e as capitais das províncias estavam nas mãos do governo, e a única forma segura de transporte entre elas eram os jatos das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM). Dezenas de milhares de pessoas morreram na guerra e centenas de milhares morreram de fome e das doenças causadas por ela. Aproximadamente quatro milhões, de uma população total de quinze milhões, estavam refugiados em países vizinhos, e muitos mais, os "internamente deslocados", procuraram asilo nas cidades. Grande parte da infraestrutura do país fora destruída [...] (Fray, 2003, p.295).

Apesar da guerra civil ter remetido a maioria dos jovens ao seu serviço, milhares deles fugiram das suas terras natais para países vizinhos e para as cidades moçambicanas como refugiados, mas muitos também passaram as suas vidas como "nômades" fugindo de um local para outro com o medo de servir o exército governamental da FRELIMO (Força Popular de Libertação de Moçambique), enquanto outros foram recrutados para servir as

[116]A migração dos jovens moçambicanos para África de Sul é uma fenômeno secular. Residentes moçambicanos que viviam ao longo do rio Save, como os da província de Gaza, Maputo e Inhambane, sempre iam trabalhar nas minas da África do Sul. Muito jovem seja para não servir o exército tanto da FRELIMO como da RENAMO, seja para escapar dos horrores da guerra, fugiram para Zimbábue e África do Sul. Sobre as práticas de migração secular para África do Sul (veja Covane, 1989).

forças armadas da oposição (Resistência Nacional de Moçambique)[117]. Saúte (2000, p.50) demonstra a quantidade de documentos exigidos pelos soldados governamentais da FRELIMO, procedimento que ficou conhecido como "Operação tira-camisa", que serviu para forçar os jovens no alistamento ao exército:

> –Documentos?
> – BI,[118] cartão de residente e cartão de recenseamento! [...].
> – Os que estão indocumentados para aquele canto. Fiquem ali em fila, tirem as camisas.[...] Os militares ficavam à porta dos cinemas e de outros lugares de concentração dos jovens e exigiam que estes exibissem os papéis. Pediam de preferência documentos impraticáveis. Havia aqueles que, no delírio de sua ignorância, até exigiam que os incautos transeuntes sacassem dos bolsos certidões de óbito. Quem não os tivesse ia preso. Era levado para os centros de concentração ou eram recrutados compulsivamente para a tropa (Saúte, 2000, p.50).

A guerra destruiu também infraestruturas sociais, o que privou os moçambicanos de acesso a bens sociais. Como afirma Costa (2009, p.17), o período da guerra em Moçambique foi o "período de sofrimento," de "grandes sacrifícios" e de "fome." Na mesma direção, citamos a literatura irônica de Nelson Saúte, que faz referência à vida nos anos oitenta:

> Muitas das padarias da cidade não faziam pão. Tinham entrado em crise. Ter pão era privilégio dos chefes, as famigeradas Estruturas. Aqueles que vestiam balalaicas do poder e acenavam dos seus LADA. Os LADA eram carros importados de um dos países socialistas que apoiavam a revolução. Os populares não sabiam a origem exata dos carros protocolares, mas eximiam-se no escárnio, LADA significava na fala de rua: leva atrás dirigente analfabeto [...]. Quatro barra oitenta foi uma das leis mais conhecidas no tempo da revolução, com ela se estipulava a igualdade de salários nas mesmas categorias profissionais [...]. Para além dos salários que provinham dessa lei, havia os cartões de abastecimento que o GOAM (Gabinete de Organização do Abastecimento de Maputo), *distribuía sem os quais não se podia adquirir comida nas lojas* [...]. As lojas do Povo o que tinham de mais era o batom e papel higiênico. Não que as moças desgostassem do batom que vinha do

[117] Para mais detalhes sobre a guerra civil em Moçambique, veja (Cahen, 1988; Geffray, 1991, Florêncio, 2002; Honwana, 1996; Adam, 2005; Schafer, 2007).
[118] Carteira de identidade.

> Leste da Europa, não que os nossos hábitos fossem contrários ao uso de papel higiênico, preferindo a areia, coisa que se fazia agachado, depois de se defecar no mato, também tínhamos ânus urbanizados, *o que se passa é que a comida era pouca e a necessidade terrena de nos desfazermos dos sólidos desnecessários ao organismo também*. Daí o excesso na provisão do papel higiênico (Grifo nosso) (Saúte, 2000 p.13-144).

Neste período não existiam bens portáteis, como automóveis, celulares, laptops entre outros, que pudessem atrair jovens para o crime, como existem hoje. Como diz Durkheim (2000, p.119), se a pobreza protege contra os crimes e o suicídio, funciona como freio, por isso que há tantas religiões que celebram os benefícios e o valor moral da pobreza. É que ela é uma das melhores escolas para ensinar o homem a conter-se, obrigá-lo a exercer certa disciplina e nos prepara para aceitar docilmente a disciplina coletiva enquanto que a riqueza exalta o individualismo. Talvez, nesse aspeto Durkheim tenha razão, porque o que aconteceu depois da década de 1990, atesta a validade do argumento do Durkheim (2000).

*.*.*

*Quanto ao quinto* e último acontecimento, gostaríamos de ressaltar, agora, apenas certos tópicos sociologicamente relevantes, que compuseram a formação "psicossocial" e cultural das condutas dos jovens moçambicanos: a "pena de morte" e do "chicote" –(ou a lei de *chamboco*, para usar o termo nativo). O trecho do escritor Ungulani Baka Khosa, citado abaixo, oferece um quadro muito nítido sobre o que era *chamboco* : *"[…] pela primeira vez eu ouvi a palavra chamboco. Chamboco é o chicote com que as pessoas eram chicoteadas. 'Leva tantos chambocos […] quando uma das mulheres se recusou a responder, ele disse aos policiais: 'Deem trinta chambocadas a essa mulher. Isso chocou-me"* (Baka Khosa *apud* Francisco, 2009, p.82) ( Grifo nosso).

A lei da pena de morte 2/79 foi introduzida em Moçambique pelo Tribunal Militar Revolucionário em 1979[119] e do chicote 5/83 em março de

[119] No bairro de Hulene na cidade de Maputo, foram "*publicamente fuzilados seis indivíduos condenados* pelo Tribunal Popular Revolucionário" (Serra, 1997) (grifo nosso). Veja "As

1983[120] (Serra, 1997). A primeira lei deliberou sobre os seguintes crimes: contra a segurança do povo e do Estado; *candonga* em todas as suas formas; assalto à mão armada; pertença a organização, quadrilha ou bando de malfeitores; estupro e violação de menores (Francisco, 2009, p.82). A segunda deliberou sobre todos os crimes que eram considerados leves, como roubo, furto, ofensa moral, desacato a autoridade, perturbação pública, etc. Mas também o *chamboqueamento* era uma pena suplementar. Como nos mostra a seguinte sentença:

> Nos termos da lei nº 3/79 de 29 de Março, o Tribunal Militar Revolucionário reuniu-se nos dias [...], a fim de julgar Réus acusados em processos crimes contra a segurança do povo e do estado popular [...]. LEONARDO RAUAL MABUNDA, solteiro, de *21 anos de idade*, filho de Raul Abel Mabunda e de Rute Vilaculos, natural de Xai-xai- Gaza e residente à data da prisão em Maputo de nacionalidade moçambicana. [...]. Terminada a audiência de julgamento e em face das provas produzidas, o Tribunal Militar Revolucionário deliberou: [...]. O Réu concluiu os seus estudos em 1980, após o que foi colocado na Escola Noroeste-2 como professor de português. Em outubro de 1981, enquanto decorriam provas naquela Escola, o Réu foi designado para assistir a uma turma da 6ª classe[121] durante um exercício da disciplina de educação política. É assim que o Réu, no enunciado de um exercício e ao responder às questões formuladas, escreveu palavras insultuosas contra o Partido Frelimo, o Estado e a Revolução Moçambicana. O Réu com essa escrita reacionária pretendeu, fazer passar o seu escrito como resposta de um dos alunos que fizera a prova. Perante este fato o Tribunal considerou o Réu como autor do *crime de agitação*, agravada pelo especial responsabilidade do Réu dada a sua qualidade de docente e educador. Neste termo foi o Réu LEONARDO RAUAL MABUNDA condenada na pena de 8 (oito) anos e *45 chicotadas*. (Notícias, 4 de abril de 1983) (Grifo nosso).

O *chamboquemento* era aplicado para todos os crimes condenados à pena de prisão. A quantidade de *chamboco* não era a mesma para todos os

---

chicotadas que dividiram e aterrorizaram Moçambique" Disponível em: http://foreverpemba.blogspot.com. Acessado 11 nov 2011.

[120] Um dos *primeiros chicoteados* foi Raul Cumbe, que teria *vendido cocos a 75,00 Meticais* (designação da moeda moçambicana) a unidade, quando o *preço oficial era de 60,00 Meticais* (Serra, 1997, p.112).

[121] Sexta série

crimes. Ela dependia da gravidade da pena. Quanto mais grave o crime, maior era o número de *chamboqueamnto*. Como nos mostra o seguinte trecho da condenação: "O Réu como autor do crime de propagação de boatos por negligência e *condenado a pena de 2 (dois) anos de prisão* acumulativamente *com 10 chicotadas*" (Notícias, 4 de abril de 1983) (Grifo nosso). Uma imagem pode ajudar um pouco a elucidar como era o *chamboquemento*. Veja a figura abaixo:

**Figura 4 – Chamboqueamento[122] público**

**Fonte:** Granjo (2008b).

O *chamboco* e a pena de morte foram usados pelo Estado como uma forma de "controle dos ilegalismos" [123]. O ilegalismo no sentido atribuído por Lascoumes *apud* Texeira (2012, p.21) "não designa somente certo tipo de comportamentos transgressores das normas em vigor, ele remete, sobretudo [...] à gestão social das condutas definidas como indisciplinadas". Não resta

[122] Chibatada; o instrumento usado era chamado *chamboco*, que podia ser uma vara ou um cassetete de madeira, como é visto na ilustração.
[123] O próprio Foucault teria em entrevista ao jornal Le Monde, em 21 de fevereiro de 1975, assim descrito referida noção: "*O ilegalismo não é um acidente, uma imperfeição mais ou menos inevitável... Em última análise eu diria que a lei não é feita para impedir este ou aquele tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de tornear a própria lei*" (Deleuze *apud* Teixeira, 2012, p.20).

dúvida que os jovens conformaram o seu perfil padrão através de medo, provocada pela tomada de consciência de um perigo iminente de ser classificado como *inimigo do povo*. Como diz Thomaz (2008:189), entre os moçambicanos a acusação não deixava alternativa. Nesse caso o medo assumia predominantemente a forma do *medo social*. Segundo Delumeau *apud* Matos Junior (2008, p.105), o medo social significa o *sentimento coletivo* que tem sua gênese não apenas em experiências individuais, mas em complexos campos sociais atravessados por experiências coletivas. Como nos mostra Thomaz (2008, p.190), os centros de ensino e a universidade foram particularmente afetados pela crescente dureza do regime, e muitos estudantes foram *chamboqueados*. Temos por exemplo, o caso de seis jovens[124] estudantes da Universidade Eduardo Mondlane que em 1983, foram condenados por atividades subversivas a 48 *chabocadas* cada um (Howe *apud* Thomaz, 2008, p. 190). A penalidade assim apresentada, a partir de *chamboco* e da pena de morte, não se apresentava como um instrumento para suprimir os ilegalismos, mas para destruí-los, ou seja, acabar com eles.

Para terminar este capítulo, resta dizer, porque fizemos este exercício de contar um pouco sobre os mecanismos de conformação do perfil padrão da juventude Moçambicana no período de 1975 a 1990. Porque não se pode entender completamente a participação dos jovens no movimento da criminalidade urbana violenta em Moçambique, em especialmente no assalto à mão armada, sem ter em mente as linhas de desenvolvimento do comportamento juvenil ao longo do tempo até aos nossos dias atuais. O nosso argumento é que a emergência dos jovens na experiência do assalto à mão armada foi moldada por duas forças sociais fundamentais: o modo de vida da sociedade pós-noventa ou pós "autoritária" (Paiva, 2010) e a economia de mercado que domina hoje Moçambique. No próximo capítulo descreveremos todas essas forças sociais com mais detalhes.

[124] Delfino Estevão Ambrize, 20 anos; Cassamo Sulemane, 20 anos; Neves Alberto Macuácua, 20 anos; Luis Arrone Fijamo, 20 anos; Saide Abibo Saide Momade, 21 anos; Jerónimo Calado Xavier, 20 anos de idade.

## CAPÍTULO IV

***Mudança do perfil padrão da juventude moçambicana*** *e a sua emergência no assalto à mão armada*

Neste capítulo, apresentamos as mudanças do perfil padrão da juventude moçambicana e os fatores explicativos da emergência dos jovens na experiência do assalto à mão armada. De início procuramos demonstrar que o assalto à mão armada nos centros urbanos moçambicano é um fenômeno recente, porém enraizado a partir da década de 90, nas mudanças sociais, econômicas, e políticas que transformaram a sociabilidade dos jovens moçambicanos de não violenta para uma "sociabilidade violenta" (Silva, 2004).

Os esforços da explicação da emergência dos jovens moçambicanos na experiência do assalto à mão armada têm origem na tentativa de esclarecer para nós mesmo, a maneira como isso se deu. Dedicar-se a um problema como esse envolve certas dificuldades relacionadas à compreensão do processo histórico. Investigar mudanças do perfil padrão da juventude moçambicana e a sua emergência no assalto à mão armada significa, portanto, investigar ao mesmo tempo a reconstrução social, política e econômica responsáveis pela produção dessa nova configuração. De grosso modo, é possível agrupar a explicação desse fenômeno em pelo menos quatro direções, porém interconectadas.

*.*.*

*A primeira* delas tem como ponto de partida o final da década de 80 do século XX (entre 1987-1989), quando o apoio à previdência social[125] começou a ruir em razão de mudança de uma *economia centralmente planificada* para uma *economia de mercado*. Esta mudança afetou as relações

[125] A previdência social deve ser aqui entendida como um conjunto de princípios e de ações do Estado na provisão de assistência social ao indivíduo, população e grupos sociais em situações de vulnerabilidade.

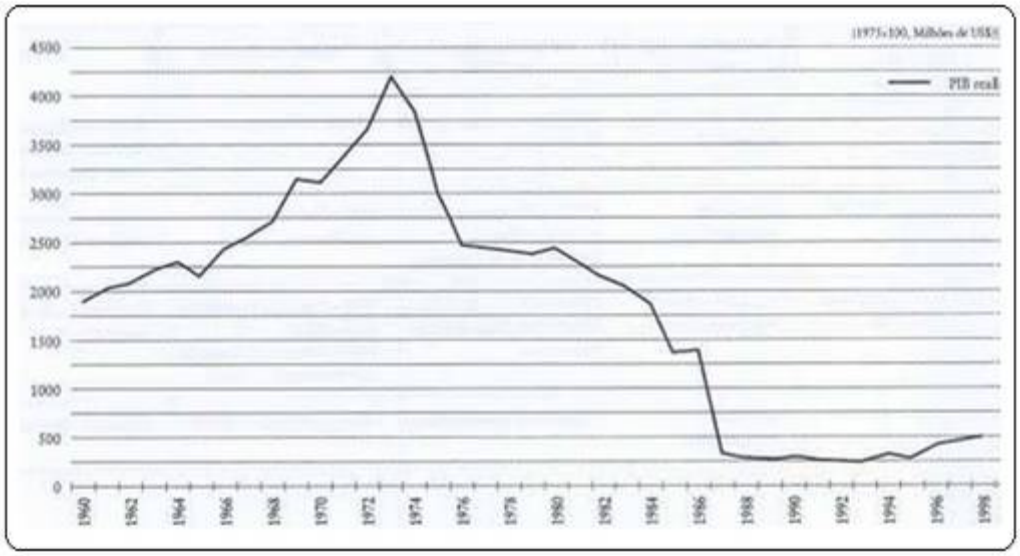
tradicionais de classes[126] e de vida dos e moçambicanos (Paiva, 2000; Pitcher, 2002; Francisco 2003; Adam, 2005; Mira, 2005; José 2006). É interessante reconstruir este acontecimento para percebermos o efeito deste fenômeno sobre o comportamento dos jovens. A partir dos finais da década de 80 a economia moçambicana começou a deteriorar-se de uma forma avassaladora – quando 4,6 milhões de pessoas passaram a depender de ajuda humanitária para sobreviver, uma vez que as infraestruturas sociais e econômicas estavam totalmente destruídas por causa da guerra civil, da seca e da fome decorrente de ambas.

Como bem sintetiza Teresa Maria da Cruz e Silva, o processo de transição política, já embrionária na década de 80, tem a sua concretização nos anos 90. As crises econômicas sucessivas e os processos de transição que marcaram Moçambique entre 1974/75 e 1990 têm custos sociais, que se refletem na qualidade de vida da população. A incapacidade e a impossibilidade do Estado em prover o bem estar social impediu que se criasse um sistema para a minimização dos efeitos sociais negativos das reformas econômicas, elevando os níveis de pobreza absoluta, o crescimento da exclusão social, da reivindicação social e da violência urbana. O gráfico a seguir, permite captar a história dramática da economia e do padrão de vida dos moçambicanos ao longo do tempo[127].

[126] As relações de classe descrita por Adam (2005, p.225-228), que se apoiava em três hastes: primeiro, em redes políticos de amigos os *chamados homem de cunha*; segundo, os comerciantes que realizavam extorsão comercial sem nenhum respeito por preço fixado pelo estado, os denominados *candongueiros*; terceiro, os donos dos mini-ônibus (perua), os qualificados de homens de *chapa cem* (CCC).

[127] CRUZ E SILVA, T. **Moçambique**: um perfil. Disponível http://www.ces.uc.pt/emancipa. Acessado 5 dez 2011.

**Gráfico 2 - O produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique (1960-1998).**




**Fonte:** Francisco (2003, p.146).

Apesar da nossa delimitação temporal de análise sociológica ser 1975, o gráfico mostra uma história dramática dos padrões de vida dos moçambicanos com maior incidência a partir dos finais da década de 80.[128] Em 1982 o governo moçambicano começou a cortejar os Estados Unidos da América, como forma de reverter a situação dramática em que o país se encontrava (Hanlon, 1997, p.15). Em 1983, o presidente Samora Machel visitou os Estados Unidos (EUA) e negociou com instituições de Bretton Woods (IBW) [129] – Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) com vista a responder aos problemas do aumento da pobreza absoluta, da migração e da deslocação da população. Este acontecimento obrigou o governo da FRELIMO, no quarto Congresso (1984) a fazer mudança profunda na política econômica.

Foi a partir deste período, que o governo começa oficialmente um processo de estabelecimento de novas parcerias, tendo como parceiros instituições de orientação capitalista ocidental (Mosca, 1993)[130]. Teve como

[128] Sobre este assunto, veja Soiri (1999).
[129] Moçambique tornou–se 148º membro das instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional em Setembro de 1986. Veja (Revista Tempo, edição de 7 outubro de 1984, p.8).
[130] Relação essa que havia quebrado quando o governo moçambicano tinha se declarado "marxista-leninista" em 1977 (Gentili, 1999).

objetivo de procurar apoio financeiro e econômico necessário para a ajuda humanitária, em um país onde uma em cada três pessoas era incapaz de prover a sua sobrevivência, e também de obter a renovação dos compromissos da dívida externa com Ocidente (Mira, 2005). E em 1987, o governo moçambicano implementava o "Programa de Ajustamento Econômico" denominado de Programa de Reabilitação Econômica (PRE)[131], recomendado pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que dois anos depois passou a se chamar de "Programa de Reabilitação Econômica e Social" (PRES) (Oppenheimer, 2001).

Segundo Castel-Branco (1995, p.200), o PRE/PRES visava recuperar o país do erro criado pelo Plano Perspectivo e Indicativo (PPI)[132], recuperar da má gestão macroeconômica, da distorção da estrutura dos preços, do desincentivo de produção do setor privado; e reduzir os desequilíbrios financeiros internos, ao reforçar as reservas nacionais e sanar as contas externas e estabelecer condições para um desenvolvimento econômico e social (Mira, 2005, p.20).

Com PRE/PRES a economia moçambicana foi liberalizada, as empresas estatais foram privatizadas. O PRE/PRES criou uma mão de obra excedente, deixando assim um número considerável de jovens sem emprego, principalmente no meio urbano. Muitos empregos considerados onerosos para o orçamento do Estado foram extintos e muitas pessoas que desempenhavam funções públicas foram despedidas. Isso aconteceu com os jovens trabalhadores das empresas Caminho de Ferro de Moçambique,[133] Indústria da Castanha de Caju,[134] Vidreira de Moçambique, Textáfrica de Chimoio, Texlom de Maputo, Fábrica de Fogões Zuid, Metalbox, Fábrica de Cervejas Laurentina, Maquinag, Celmo, Rodoviária de Moçambique Sul, Indústria Moçambicana de Aço, Mabor de Moçambique, Efripel, etc.

---

[131] O PRE foi um plano de ajustamento estrutural da economia, resultante do acordo do governo moçambicano com o BM e o FMI, que deu início à introdução do modelo neoliberal e determinou a desconstrução do modelo socialista implantado nos primeiros anos pós-independência pela FRELIMO (Passador, 2011).

[132] Em 1980, a Assembleia Popular de Moçambique, em sua VIII seção, aprovou o Plano Prospectivo Indicativo - PPI (1980-1990), com o objetivo de em 10 anos "promover o bem estar social da população moçambicana".

[133] Sobre a privatização do CFM, veja (Saúte, 2010).

[134] Sobre a privatização na indústria de caju, veja (José, 2009).

O PRE/PRES desvalorizou a moeda nacional, reduziu os gastos públicos e liberou os preços. O mercado de trabalho tornou-se inseguro (Stinglitz, 2002). Muitas famílias que dependiam do subsídio do Estado ficaram sem saber o que fazer, "nem para onde ir"[135]: foi um "adeus ao papa Estado". Foi neste período em que a desigualdade social[136] se estabeleceu sob forma de repartição de todo o tipo de vantagens e desvantagens (Girod, 1984). Foi também neste período que se estabeleceu uma cidadania incompleta, ineficiente e inacessível para todos; uma cidadania sem *direito civis* - aqueles direito que garante a vida básica, a liberdade, à igualdade perante a lei; uma cidadania sem *direito político*, sem a garantia de participação na gestão de coisa pública. Como apontou o relatório do Mecanismo Africano de Revisão de Pares[137] (MARP)' a maioria dos moçambicanos não tem oportunidade de influenciar os programas do governo (MARP, 2009, p.58)[138]. Os direitos supracitados permitem politicamente reduzir a desigualdade social (Carvalho, 2008).

Este fenômeno está a minar a sociabilidade entre os poucos ricos e a maioria dos pobres que foram "desfilados"[139] (Castel, 1989) da estrutura coletiva do trabalho, através das privatizações das empresas estatais e da separação dos espaços urbanos[140]. Este evento restringiu as oportunidades de

[135] O sentimento de indecisão aparece na música de Thazi (Beira). O cantor diz o seguinte: "*A cidade da Beira já não me aceita/ Hoje tenho que voltar para o campo/ Procuro emprego na cidade/ Emprego não encontro [...]*".

[136] Veja o texto de Ali (2008). A autora afirma que ao se comparar a tendência das desigualdades econômicas e do desenvolvimento humano entre 1996-2006, percebe-se que houve um aumento na desigualdade de renda, de educação e esperança de vida.

[137] O Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP) é um instrumento acordado mutuamente e aderido voluntariamente pelos Estados Membros da União Africana (UA) como um mecanismo africano de auto monitoria. O objetivo do MARP é encorajar os Estados participantes a garantir que as suas políticas e práticas estejam em conformidade com os valores, códigos e normas de natureza política, económica e de governação corporativa, ou seja, com a participação da população nas decisões e gestão da coisa pública.

[138] MARP (2009) toma como base 87 % das respostas dos seus entrevistados em todo Moçambique. Apesar do relatório de MARP ter sido criticado por pesquisadores de Instituto de Estudos Econômicos e Sócias (IESE), ela nos apresenta alguns dados sobre a violação dos direitos políticos, sociais e econômicos pelo Estado moçambicano. Sobre as criticas do relatório, veja (Brito *et al*, 2008).

[139] Termo cunhado por Castel (2008), para expressar a ausência quase permanente de trabalho formal e isolamento social.

[140] Sobre a segregação espacial, veja (Folio, 2007b). O sentimento de isolamento encontra-se também num relato feito à pesquisadora Ana Tamane (2004, p.35): *"eu gosto de estar naquela zona onde vivem aqueles ricos [...], fico na entrada à espera [...], têm maningue taco (muito dinheiro), é só veres os carros que os gajos (eles) têm as casas".* Afirmação do assaltante entrevistado por Tomane faz nos lembrar à fala de Carlos Serra de que os pobres urbanos sabem ver e sentir as assimetrias e as desigualdades sociais (Serra, 2010, p.59).

muitas pessoas de usufluir de bens sociais, inclusive escolarização, inserção no mercado de trabalho, renumeração digna e consumo de bens materiais, simbólicos, de lazer, bem como de ter reconhecimento social; além disso, estimulou o desenvolvimento de um "individualismo de massa" (Peralva, 2000).

Um "individualismo de massa" que não só afetou os jovens a partir da década de 90, como também afetou toda a sociedade moçambicana. Como nos mostra o cantor beirense Thaz[141] numa das suas músicas intitulado PRE: "*foi à casa de Carlota/ esta passou a refeição sem me convidar a mesa/eu perguntei donde vem este hábito de comer sem me convidar/ ela respondeu é o PRE que me deu essa experiência de vida*". Esta forma de representação da vida na sociedade moçambicana apresenta uma ruptura com *hábitos* anteriores à década de 90.

O "individualismo de massa" que penetrou na sociedade moçambicana trouxe consigo uma nova sociabilidade que dilacerou os laços de "solidariedade mecânica" [142] que antes unia os moçambicanos como uma família,[143] os desuniu em termo de cooperação e assistência moral. "Ninguém se sente estimulado a socorrer quem quer que se encontre em situação de risco" (Adorno, 1996, p.130). Usando analogia durkheimiana podemos dizer que o corpo que sustentava esta sociedade se alterou porque as afinidades moleculares já não são as mesmas.[144] A solidariedade inter-classe e intra-classe declinou.

Neste novo contexto social, as políticas destinadas às populações carênciadas foram paulatinamente retiradas pelo Estado (foram considerados onerosos e supérfluos), pois o Orçamento do Estado (OE) não podia mais sustentar. O corolário disto foi a "desigualdade social abissal" [145] e exclusão

[141] Músico da cidade de Beira.
[142] O termo é retirado do Durkheim (2000). Para o autor na sociedade onde prevalece a solidariedade mecânica as relações são harmoniosas (p.76). Os indivíduos são atraídos uns por outros devido à semelhança e pela condição de existência do coletivo, eles não apenas se querem e se procuram entre si, eles si querem como a si mesma (p.75).
[143] O termo família é usado aqui no termo durkheiminiano de ajuda mutua e solidariedade coletiva independente de laços sanguíneos.
[144] Veja (Durkheim, 2000, p.85).
[145] A noção de "desigualdade social abissal" é usada por nós para se referir as crescentes desigualdades sociais em termo de condições materiais de vida, de desemprego ou das condições de trabalho e salário.

social dos grupos que não podiam ser facilmente mobilizados no modo de produção lucrativa da sociedade moçambicana, que se tornaram *Rmistes*[146].

Nesse período, os jovens sentiram as suas chances de mobilidade social frustradas pelas mudanças supracitadas[147], o que produziu neles um desencanto[148]. Este desencantamento aparece na música do jovem cantor moçambicano Jeremias Ngwenha: "estou sendo morto porque não estudei [...]" (Ngwenha *apud* Serra, 2003, p. 63) [149].

Foi a partir da década de 90[150] que se começou ocorrer com grande intensidade a participação de jovens de baixa renda em pequenos furtos e em pequenas quadrilhas[151] nos bairros urbanos. Dentro dessas pequenas quadrilhas a força física era o único meio de distinção e prestígio.

As pequenas quadrilhas passavam tempos a se envolver em violência física com outras quadrilhas. Nas brigas entre essas pequenas quadrilhas imitava-se *Bruce Lee*, *Rambo* - imagens de atores hollywoodianos que penetravam na sociedade moçambicana vindos de "cinemas caseiros"[152] exibidos pelos *Madjermane*[153] que regressaram a Moçambique em 1990, depois da queda do muro de Berlim, que cobravam 100 meticais[154] por pessoa para assistir o filme.

Os filmes projetados pelos Madjermane tiveram um peso na consciência dos jovens, produzindo uma espécie de espelho narcisista.[155] Como bem mostra Octavio Ianni, a produção cinematográfica contribui para que os espectadores construam e aperfeiçoem as suas visões da realidade e

---

[146] Termo cunhado por Wacquant (2005), para expressar a rejeição quase permanente de indivíduos que possuem baixa qualificação no mercado de trabalho.

[147] As entrevistas realizadas por *UNICRI* aos oficiais da polícia em 2002 revelaram como a principal causa do crime, o desemprego (p.23).

[148] Para Durkheim (2000, p.120) este tipo de estado moral leva ao suicídio, porque o indivíduo se sente inútil dentro da sociedade.

[149] Esta música foi dirigida como uma crítica ao governo moçambicano.

[150] Alguns autores como: (Machaieie, 1997; Muinga, 2009), declaram que foi neste período que muitas mulheres saíram do espaço da casa para a rua a fim de praticar o comercio informal.

[151] Designados de "gangues juvenis" em imitação às gangues norte americanas, conceito que não queremos aqui discutir. Acompanhei pessoalmente vários episódios envolvendo lutas entre pequenas quadrilhas nos bairros suburbanos da cidade de Beira, onde moramos na década de 90.

[152] Eram filmes projetados em Televisão e vídeo cassete (VHS).

[153] Trata-se de moçambicanos que trabalhavam na extinta República Democrática Alemã (RDA) antes da queda do regime socialista. Sobre isso veja (Lucas, 2002; Oppenheimer, 2004; Hernández, 2011).

[154] Moeda moçambicana.

[155] Sobre a influência narcisista da televisão veja o trabalho de (Bourdieu, 2007).

do imaginário de si próprio (Ianni, 2003). Foi o que sucedeu na sociedade moçambicana, muitos jovens passaram a exibir a sua virilidade através das lutas física, algo desconhecido na cultura juvenil antes da massificação da televisão [156].

Esta tecnologia permitiu também uma nova *cultura juvenil,* que se manifestou no consumo de artigos da cultura negra norte-americana, como a música[157] e o estilo de se vestir[158]. Foi a partir da década de 90 que a *cultura juvenil* se tornou um setor de mercado que se constituiu como "*ethos de consumo*" [159]. Muitos jovens passaram a usar as mesmas camisas, tênis, ideias e técnicas sexuais, a tomar coca-cola e a assistir filmes norte-americanos[160].

O *"ethos de consumo"* passou fazer parte do comportamento juvenil. O consumo como felicidade, que prega que estarei feliz se consumir ou possuir tal bem material (Baudrillard, 2008). Foi dentro deste bojo que a felicidade nos jovens moçambicanos passou a estar ligada ao consumo de roupas de marca e de bens materiais (automóveis, celulares, computadores, etc.). Este dilema é agravado pela situação em que muitos jovens moçambicanos se encontram nos estatos inferiores da estrutura social — na sua maioria em situação de desemprego, com baixo nível de escolaridade, com carência de direitos, injustiça social, etc[161]. Esta situação até chega a ganhar versão na música local – marabenta[162] de Zaida Chongo: "*Papá Chissano[163]/ estamos a pedir emprego [...]/para descansarmos do roubo*" (Chongo *apud* Serra, 2003, p.68).

A posse de bens materiais como roupas e sapatilhas (tênis) de marcas e ter dinheiro no bolso tornou-se um dos elementos determinante para a construção do reconhecimento entre os jovens. Como mostra o recente

[156] A televisão era algo restrito a um pequeno grupo, principalmente dos que possuíam poder econômico.
[157] Tornou-se comum os jovens moçambicanos ouvirem artistas como *Bob Brown, Milli Vanilli, Kriss Ksoss, Snap, Mc Hammer*.
[158] Começa a aparecer na década de 90, jovens "*Mc*" (Mestre de cerimônia) e imitação de *Boys Band* americanos entre os jovens.
[159] O termo *ethos de consumo* foi retirado de **(**Garland, 2008).
[160] Este argumento foi retirado de Fraga (2005), que o utiliza para descrever como se dá o processo de subjetivação nas sociedades contemporâneas globalizadas.
[161] A exposição sobre a carência de direito em Moçambique, encontra-se também no artigo de (Muthisse, 2011).
[162] É um tipo de música que funde o ritmo tradicional e ocidental. O nome deriva de *rebentar* (no vernáculo local *arrabentar*). Evoluiu ao longo das décadas de 30-40 na cidade de Maputo (antigo Lourenço Marques).
[163] Ex-presidente da República de Moçambique (1986-2005).

estudo de Chaúque (2011, p.38), ao entrevistar um assaltante à mão armada: "[...] *Eu sou cobrador*[164]*. O dinheiro não chega para construir* [...] *vivo com minha senhora, ainda não lobolei*[165] *e tenho que construir porque estou em casa dos meus pais* [...]".

A nosso ver, a entrada do "ethos de consumo juvenil" a partir da década de 90 foi uma das dimensões que mais influenciou e expôs os jovens ao crime violento. A distinção social, ancorada no uso de *roupa de marca* e na posse de bens materiais cresceu a partir da década de 90. Assim, devido o atrativo de bens matérias que a sociedade oferece e a oportunidade de obter reconhecimento social numa sociedade caracterizada pelo "individualismo contemporâneo", muitos jovens são atraídos para a deliquência (Wieviorka, 1997). Isto favoreceu a entrada de jovens nos crimes contra a propriedade (furtos e roubos) e contra pessoas (agressões físicas e homicídios). Podemos afirmar com Alba Zaluar que "*a saída criminosa é a entrada possível para a sociedade de consumo já instalada no país"* (Zaluar *apud* Cardia,1998, p.136). Como mostra a entrevista de Chaúque (2011, p38) a um assaltante à mão armada: "*um gajo*[166] *queria ter uma vida melhor pá* [...]".

A "fenomenologia" da sociabilidade juvenil violenta sugere que as imagens de virilidade, coragem não só foram difundidos pelos filmes caseiros projetados por *Madjermane*, mas também pelo contexto transnacional da cultura global que chegou a Moçambique tardiamente[167] devido ao seu fechamento para o mundo ocidental e a um Estado "socialista", assente na construção do "homem novo". Com o fim do Socialismo e abertura do Estado ao Ocidente vemos surgir uma nova sociabilidade juvenil, associado a um novo conjunto de símbolos, imagens e representações, evocando significados culturais bem diferentes daqueles prevalecentes na década 80.

---

[164] Refere ao cobrador do *chapa-cem*.

[165] Conhecido por *lovolo* na gráfia xiChangana, língua falada no Sul de Moçambique. O *lobolo* é a compensação matrimonial feita aos pais da mulher, para mais detalhes, veja (Bagnol, 2008).

[166] Gajo termo usado na gíria popular juvenil para se referir a pronomes pessoais, como por exemplo, *eu* e no plural os gajos, *eles*; gaja, ela; gajas, elas.

[167] Segundo O`Brien (*apud* Wieviorka 1997, p.16) o termo globalização é remetido à segunda metade dos anos 80; significa que as economias nacionais são cada vez mais interdependentes, que o crescimento da sua troca é superior ao de sua produção, que os investimentos e os fluxos financeiros se mundializam sob efeito conjugado de liberalização dos mercados e dos avanços tecnológicos. A globalização só foi claramente percebida em suas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais em Moçambique na década 1990, quando as políticas econômicas neoliberais, conhecidas como *Consenso de Washington* foram estabelecidas.

Em seu clássico *Em cima de uma lâmina*: *precariedade social em três cidades moçambicanas de Maputo, Beira e Nampula*, Carlos Serra descreve com certa minúcia essas práticas ao historiar o comportamento dos jovens nos mercados informais (*dumbanengues*). Esses jovens misturavam em suas conversas palavras de língua materna, português e inglês, por exemplo, *pá*, *nice*, *ok*, *yes*, *brother*, mesclados com constantes insultos acompanhados de arremedos de força física, representando cenas de caratê dos filmes estrangeiros (Serra, 2003, p.31). Neste linguajar e nesta gestualidade podemos perceber reflexos de uma sociabilidade violenta. É neste bojo que o assalto à mão armada encontrou um terreno preparado: uma juventude empobrecida, frustrada e com reduzidas oportunidades de acesso ao bem estar social, escolarização, inserção no mercado de trabalho, renumeração digna, consumo de bens materiais e simbólicos. Neste contexto foi fácil as armas penetrarem e circularem, quer como moeda de troca, quer como instrumento de *"crime de sangue"* [168] (Bessette *apud* Adorno, 1994a, p.104).

*.*.*

O *segundo* fator foi o *impacto das armas de fogo utilizadas na guerra civil*. O impacto dessas armas começou a se desenhar na década de 1990. Neste momento em que se alcançava uma negociação entre a FRELIMO e a RENAMO para cessar-fogo. Em 1992, foi assinado em Roma o Acordo Geral de Paz (AGP) por Joaquim Chissano, então presidente de Moçambique, e Afonso Dhlakama,[169]presidente da RENAMO.[170] Este acontecimento marcou o fim da utopia socialista, como afirmou Carlos Serra (1997).

Como se deu o impacto das armas sobre os jovens? Em que etapas? E finalmente, qual foi o mecanismo que serviu de suporte para a proliferação das armas entre os jovens? Creio que se pode mencionar a proliferação das armas para as mãos dos jovens de duas formas muito esquemáticas.

---

[168] "Crime de sangue" refere-se a qualquer tipo de crime violento, tais como homicídio doloso, latrocínio, seguido ou não de morte, estupro, etc. Como consequência disso, ser atacado por criminosos passou a ser "o medo de cada dia" (Tavares dos Santos, 2004).

[169] Hoje líder do maior partido de oposição em Moçambique.

[170] Sobre o Processo de Paz em Moçambique, veja (Conferência Episcopal de Moçambique, 1987; Jessen, 1997; Araújo, 2000).

A *primeira* diz respeito à migração de milhares de antigos soldados para os centros urbanos com o fim da guerra civil[171]. Borges Coelho e Macaringue (2002), historiadores bem informado sobre os legados da guerra, observam que estes foram trabalhar com segurança privada[172], continuando a portar arma, o que contrariava os princípios de reintegração da ONUMOZ[173], que era de manter os antigos soldados longe das armas. Estes jovens soldados eram pessoas com baixo nível de escolaridade, por isso, foi difícil encontrar emprego qualificado. Sua única alternativa era servir na segurança privada[174], uma fonte segura de postos de trabalho numa sociedade em transformação e com elevada proporção de pessoas a manifestarem sentimentos de medo e insegurança.

Apesar de Coelho (*apud* Costa, 2009) e Refugee Studies (*apud* Chachiua 2000) recusarem uma relação direta entre criminalidade e os antigos soldados, há elementos que nos podem dar um subsídio para levantarmos uma hipótese que possa ancorar a relação entre os antigos soldados e o assalto à mão armada, entre elas o fato de que os antigos soldados transportaram armas para as cidades. Como mostra a entrevista realizada por Ana Leão[175] com um funcionário do Ministério da Defesa, os oficiais e soldados, durante a guerra, recebiam mais de uma arma de fogo – em geral duas, um fuzil e uma pistola – e sempre que eram transferidos não devolviam as mesmas, porém recebiam novo armamento quando chegavam ao outro posto de trabalho[176] (Leão, 2004b, p.15). Pela lógica podemos perceber que muitas armas foram introduzidas nos centros urbanos, por mais que os antigos soldados não

[171] Chachiua e Mark (1998). Os autores afirmam que de 92.881 soldados oficialmente reconhecidos só 10% manifestaram vontade em permanecer no novo exercito que foi criado em Moçambique (Força Armada de Defesa de Moçambique - FADM).
[172] As emprensas de segurança foram regulamentadas pelo Decreto 26/90. Até 2004 existiam em Moçambique 31 empresas de segurança, veja Leão (2004). Carlos Serra (*apud* Costa 2009, p.21), relata que no ano de 2005/2006 estava registrado na lista telefônica da zona sul de Moçambique 23 empresas de segurança, com cerca de 23.000 homens. É necessário ter em conta que o dado de Carlos Serra diz respeito a apenas uma região do país, excluindo o centro e a zona norte.
[173] Força da manutenção da paz da ONU para Moçambique.
[174] Segundo Costa (2004), o salário médio dos guardas era de 800 Meticais em 2008 (equivalente a 30 USD).
[175] Pesquisadora do *Institute for Security Studies* (ISS) – África do Sul.
[176] Segundo Leão (2004, p.96), estima-se que, durante a guerra civil entre a FRELIMO e RENAMO, distribuíram-se cerca de 15 milhões de armas de pequeno porte para os civis. O paradeiro dessas armas é desconhecido e, conforme a autora afirma, em 2004 existiam apenas 7000 armas registradas legalmente no Ministério do Interior (p.98).

participassem diretamente no assalto à mão armada, eles forneceram armas à economia do crime.

Já Baker (2003, p.146) afirmou que a escalada de assalto à mão armada que atingiu Moçambique a partir da década de 90 tem a ver com a massiva desmobilização de soldados. Estes levaram as armas não declaradas para as suas casas e, com a saída da polícia da ONU (CIVPOL)[177] em 1994, essas armas foram parar nas mãos dos criminosos. Vines (*apud* Leão, 2004b) estabelece uma ligação entre armas e antigos soldados, através de um trabalho de campo que realizou intensivamente com os contrabandistas moçambicanos de armas.

Segundo Chachiua (2000), a vulnerabilidade dos antigos soldados ao crime era de todo o tipo, porque o produto que vendiam no mercado informal era de proveniência duvidosa, e também, porque a vida era cara para os antigos soldados: sem formação escolar necessária para introduzir-se na nova "sociedade de consumo", eles podiam usar qualquer coisa a sua disposição para sobreviver, incluindo armas. Para, além disso, o autor diz que o fato de os antigos soldados terem se juntado a massa de desempregados nas áreas urbanas era também um fator de desestabilização em si mesmo.

A *segunda* tem uma ligação direita com a primeira. Ela diz respeito à privação predominante da maioria da população juvenil, dada a incapacidade das instituições estatais de criar políticas publicas direcionadas aos jovens. Isto favoreceu o uso das armas tanto como meio de troca quanto como instrumento de assalto.

A década de 90 foi à década de "terror urbano", se assim podermos chamar, pois foi a época em que ocorreu o maior número de crimes usando arma de fogo em Moçambique. Como mostra Abrahmsson e Nilsson (1995), a *violência* e o *terror* que caracterizam a guerra nas zonas rurais foram agora substituídos por uma criminalidade violenta urbana. Tomando como um exemplo, a cidade de Maputo, os autores afirmaram que se tornou comum que pessoas fossem roubadas, assassinadas e que os carros fossem atacados nas ruas da cidade.

[177] Braman (*apud* Chachiua.; Mark,1998), argumentou que, depois de terminar a guerra civil, a ONUMOZ não estava preocupada com recolha das armas mas com problemas políticos como eleições, e esperava que os problemas sociais fossem resolvidos pelo governo formado a partir das eleições.

De fato, os espaços urbanos, depois da guerra civil, tornaram-se territórios eleitos da "guerra urbana"[178] (Galeno *apud* Moura, 2007, p.30). Desde que a paz foi declarada, as ruas tornaram-se cenários de "guerra", verdadeiros "campos de batalha". Para falar como Mia Couto, as ruas das cidades tornaram-se lugares de "guerra dos negócios"[179] e "negócio da guerra"[180] (Couto, 2001, p.181). Para Chachiua (2002) o fim do conflito armado deixou um grande número de armas nas mãos dos soldados e civis, bem como nos "esconderijos" [181](usados anteriormente por motivos políticos e ideológicos). O autor mostra que 1993 ocorreram 167 homicídios e 726 assaltos à mão armada[182]. Themba Shabangu descreve que a criminalidade violenta *realizada com recurso à arma de fogo* em Moçambique está ligada à facilidade que as pessoas têm de ter uma arma proveniente da guerra civil. Isto facilita a propagação e o crescimento do crime (Shabangu, 2011, p.25) [183].

*.*.*

O *terceiro* fator explicativo foi *a dinâmica da produção capitalista*. As mudanças socioculturais, políticas e econômica em larga escala que

[178] Essa guerra urbana parece à mostrada no filme brasileiro *Notícia de uma guerra particular*. Trocas de tiro entre a polícia e assaltantes nas vias públicas tornaram-se algo comum.
[179] Guerra entre os vendedores e os fiscais (polícia municipal).
[180] Negócios das armas que foram usados na guerra civil.
[181]Martinho Chachiua e Malan Mark (1998) criticam a ONUMOZ por fazer um trabalho muito rápido de manutenção de paz pós-conflito armado que deixou muitos "esconderijos" de arma mortíferos. Os "esconderijos" de armas de fogo em Moçambique foi um problema para África do Sul. Muitas armas eram levadas para ser comercializadas na África do Sul. Como mostra Ana Leão (2004, p.17), as armas de Moçambique alimentaram as "guerras dos taxistas"– um conflito entre os taxistas locais em disputa pelas rotas – em Kwazulu-Natal. Foi neste contexto que o presidente Mandela da Africa do Sul e Chissano de Moçambique, coordenaram a *Operação Rachel*. Essa operação foi lançada no dia 11 de Agosto de 1995. Neste período era grande o número de assaltos à mão armada na África do Sul, nesse ano até a data do tratado, 33 441 assaltos. A operação foi implantada em quatro fases: i) em 1996 – destruiu 1120 fuzis e 8 pistolas; ii) em 1997 – destruiu 475 fuzis e 13 pistolas; iii) em1998 – destruiu 5584 fuzis e 78 pistolas e iv) em1998 – destruiu 4712 fuzis e 7 pistolas. Totalizando cerca de 11890 fuzis e 106 pistolas (Chachiua, 1999). Segundo Chachiua (1999), a operação tinha como objetivo melhorar o controle sobre a posse legal das armas de fogo; prevenir que elas se tornassem ilegais por meio de atividade criminosa e impedir o contrabando de armas para a África do Sul. Em Moçambique, paralelamente à *Operação Rachel* ocorria o projeto *Troca Enxadas por Armas* (TAE) dirigidas pelo Conselho Cristão de Moçambique (CCM) (sobre este assunto discutiremos mais adiante). É importante chamarmos a atenção para o seguinte fato, enquanto na África do Sul o governo tinha contabilizado de forma segura o número de assaltos e de armas, Moçambique não contava com dados estatísticos confiáveis.
[182] O autor citou o argumento de Latham de que em "Moçambique nenhuma propriedade é segura, história de horror de emboscada [...] esta longe de desaparecer".
[183] Este sentimento é compartilhado também por Procurador Geral da República (PGR), que confirmou a persistência em Moçambique de crimes de grande impacto social como homicídios praticados com recursos a arma de fogo (veja Guente, 2011).

começaram a ocorrer em Moçambique ao tornar-se vigente a nova constituição e as primeiras eleições presidenciais e legislativas de 1994. A partir deste período até os dias atuais, um novo sistema de valores, de práticas referentes à democracia, a direitos humanos, a justiça social, de policiamento, acusações, sentenças e sanções penais, encarnou novos interesses sociais e erigiu-se sobre novas formas de vida, que parecem ter contribuído para as atuais maneiras de violência política, violência urbana, "controle social" da deliquência juvenil urbana, da generalização e internacionalização do crime organizado.

O sentimento de medo e de insegurança começou a invadir o imaginário social dos moçambicanos a partir do período supracitado. A criminalidade cresceu e mudou de padrão e de perfil de praticante, principalmente quando começaram a entrar para esse perfil homens jovens moradores das cidades. Segundo Adorno (1994a), o crescimento da criminalidade não é um fenômeno restrito a sociedade avançada, nem industrializada, mas um fenômeno universal que começou a afetar os países economicamente avançados a partir da década de 1950. Morris *apud* Adorno (1994, p.103), indicava aproximadamente 750 mil ofensas criminais na Grã-Bretanha, entre 1960 e 1988. E nos Estados Unidos entre 1958-1968, a taxa nacional de crime violento saltava de 147,6 para 294,6 por 100 mil habitantes (Adorno, 1994a).

Sergio Adorno demonstra que na sociedade brasileira a criminalidade urbana vem crescendo desde a década de 1960, sobretudo no município da capital do Rio de janeiro, com existência de quadrilhas organizadas investindo contra pessoas jurídicas, e que, dentro do período (1970-1985), cresceu também o envolvimento de delinquentes (portadores ilegais de armas de fogo, ladrões e latrocinadores). Tendência análoga começa a se manifestar em Moçambique a partir da década de 1990.

Segundo Paulino (2003) e Folio (2007b), foi na década de 90 que a criminalidade começou a recrudescer e a se fazer sentir nas representações e percepções da sociedade moçambicana[184]. O *crime de formigueiro*[185] ou de

[184] A falta de dados quantitativos dos períodos de (1975-1990), não permite uma análise quantificável, mas através do discurso de Hunguana *apud* Borges (2012, p.12), "[...] a situação de Moçambique no que respeita a criminalidade herdada do período colonial mudou

*pilhagem de galinha,* anterior à década de 80, deu lugar aos *homicídios*, *estupros*, *tráfico de droga* e *assaltos à mão armada* (Paulino 2003, p.4). Como ironizou Paulino (2003, p.5), foi neste período que o *jacaré nasceu e cresceu*,[186] até chegar à vida adulta. Segundo este autor foi a partir da década de 1990 que ocorreu o enriquecimento ilícito, a preocupação desmesurada com acumulação primitiva de capital, sem olhar nem os princípios, nem os meios para isso. Esta forma de agir levou muitos moçambicanos a considerar que a forma de enriquecer não tinha limites, passou a ser "tudo ou nada", compravam-se e vendiam-se *armas de fogo* militar de tipo Makarov e AKM e também compravam-se e vendiam-se carros roubados de matrícula (chapa) "MLL".

Esses carros ficaram conhecidos como carros "MLL", por serem essas as letras iniciais das matrículas. Segundo Paulino (2003), nessas compras e vendas estavam envolvidas também altas figuras da sociedade moçambicana. Dentro deste cenário apareciam muitos jovens envolvidos na compra e venda de carros, os chamados "*batedores*". Estes jovens envolvidos com assalto se organizavam em redes que envolviam importadores, exportadores, transportadores, operador no terreno, informadores, assistências técnica, o saber assaltar – as técnicas – e as armas. Os "*batedores*" se tornaram verdadeiros "assaltantes profissionais" (Aquino, 2009, p.12), não só pela eficiência em assaltar viaturas, mas também em obter clientes.

A venda de carros roubados não se circunscreveu apenas às cidades moçambicanas, como mostrou Chaúque (2011, p.39): "[...] as viaturas de luxo como Mercedes, BMW, muitas vezes são levados para fora do País: RSA[187], Botswana, Namíbia, Zimbábwe, Angola. Agora, os mais baratos são comercializados dentro do país e fora de Maputo de preferência". As redes dos "*batedores*" são formadas por restrições de vários tipos, só podendo entrar

---

radicalmente, [...]. A drástica redução de criminalidade [...] encontram-se ligados diretamente às profundas transformações políticas, sociais e econômicas impostas pela revolução. No tempo colonial, por exemplo, havia grande insegurança nas nossas cidades e as pessoas prudentemente evitavam circular [isoladamente] à noite. Hoje [1980] sem o aparato policial que dantes havia, os cidadãos circulam até altas horas da noite sem que corra qualquer risco." Sobre o crescimento de crime na sociedade pós-90, veja (Osisa, 2011; Noa, 2007; Mbanze, 2007; Lusa, agosto 2007; Diário de Moçambique, junho 2008; Voa fevereiro 2011; Verdade, julho 2010; Canalmoz, agosto 2011).

[185] Ladrões de pequenos objetos e de coisas menos valiosa.

[186] Conviria aqui lembrar que para Paulino, o Jacaré significa *criminalidade*.

[187] República Sul Africana (RSA).

para o negócio quem goza de confiança entre os seus pares.[188] Se o contrabando de carros assaltados[189] ou roubados nutre circulação de dinheiro, há razões visíveis para que essa modalidade de organização se instale como "crime-negócio" [190] .

Dentro deste panorama, os "*batedores*" passaram a organizar as suas ações de modo a obstruir as detenções e acusações judiciais através da corrupção dos agentes encarregados de controle criminal, como se os carros fossem de proveniência legal e não ilegal, falsificando os documentos, mudando o número de matrícula (chapa), alterando o número do motor, até, se possível, de cor, seguindo entre eles ou com agentes de segurança pública um jogo sujo e às vezes violento[191].

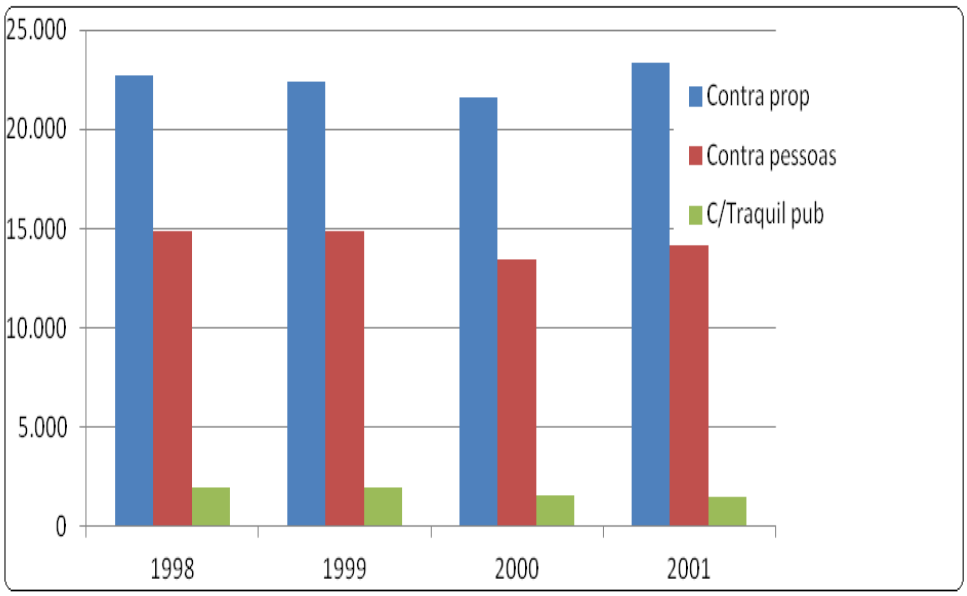
Da década de 90 até os nossos dias atuais, o "crime-negócio" cresceu e se estabeleceu na sociedade moçambicana. Uma superabundância de bens roubados é vendida nos mercados informais, ou seja, como diz Francisco (2009, p.28), numa economia oculta (comércio de mercadoria roubada, tráfico de armas e drogas), temos os casos de mercados informais **-** onde todos sabem onde encontrar o que querem desde eletrodomésticos, roupas de marcas, sapatos, carros e muitas outras coisas, como por exemplo os mercados Estrela Vermelha, Xipamanine, Xiquelene na cidade de Maputo; Goto na cidade da Beira; Belenense e Cavelaria em Nampula; Kwachena Kunhartanda em Tete; Chiwaula em Lichinga, etc[192].

Estes mercados informais são um verdadeiro espaço de *exceção da lei*, no sentido atribuído por Dahredorf *apud* Adorno *et al* (2000), um espaço isento de aplicação sistemática de leis. Como consequência, a elavada

[188] Os carros em Moçambique seguem a mesma lógica do tráfico de droga no Brasil retratado por Alba Zaluar e Adorno nos seus trabalhos sobre crime organizados.
[189] Veja Canalmoz (março de 2008). O artigo mostra a profunda preocupação dos sul-africanos com os carros roubados em seu país e vendidos em Moçambique.
[190] O termo "crime-negócio" foi retirado de Zaluar (2007).
[191] Sobre o crime "crime-negócio", veja Revista democracia e direitos humanos (edição nº 101, 2007, p.7); os jornais (Savana, 28 maio 2010; Verdade 24 maio 2010; Canalmoz, 2010).
[192] Carlos Serra ironiza ao chamá-los de gigantescos supermercados informais (veja Serra, 2003, p.23). Uma interessante análise social do mercado informal no Brasil que possa servir de parametro a realidade Moçambicana encontra-se em Teles.; Hirata (2007). Nesse artigo os autores, mostram como as relações entre o ilícito e o ilegal se da dentro dos mercados informais.

proporçaão de crimes *contra a propriedade* [193]. Os dados estatísticos extraídos do Comando Geral da Polícia demonstram.

**Gráfico 3 - Evolução de crimes contra patrimônio, propriedade; contra pessoa e tranquilidade publica em Moçambique entre (1998 - 2001).**




**Fonte:** Comando Geral da Polícia da República de Moçambique Balanço Anual, 1998-2001. (*Adaptado*).

No gráfico acima, mostra-se uma alta proporção de crimes contra propriedade em relação aos crimes contra pessoa e contra a tranquilidade pública. Observa-se que a proporção de crimes contra a propriedade manteve-se acima de crime contra pessoas no período entre 1998 e 2001[194]. Mesmo sem dados estatísticos sistemáticos e longitudinais[195] o Plano Estratégico da Policia da República de Moçambique mostra que, em 2003, 60% de crimes

[193] O estudo realizado por KULA (2009, p.11), indicava que 40% dos inquiridos da cidade de Maputo acham que as pessoas cometem crimes contra propriedade por necessidades.
[194] É necessário realizar uma pesquisa sistemática de dados sobre a evolução dos crimes contra propriedade, contra pessoas e contra tranquilidade pública ao longo do tempo (1975-2010).
[195] A questão de estatística criminal longitudinal foi umas das recomendações que o Comando Geral da Polícia de Moçambique recebeu do Instituto Internacional das Nações Unidas para Pesquisa sobre Crime e Justiça (UNICRI) em 2003.

foram classificados como crimes contra propriedade[196]. Embora se deva olhar com restrições para os dados estatísticos, estes revelam um crescimento e estabilização da criminalidade acima de 25.000 casos anuais de crimes reportados as instituições encarregadas de registrar. Temos consciência que estes dados estatísticos não dizem a real situação da criminalidade em Moçambique, mas dizem respeito "apenas a aqueles números de crimes conhecidos pela polícia" (Matos Junior, 2011, p.23).

Como diz Paixão *apud* Mato Junior (2008, p.23), os dados refletem apenas *"queixas registradas e as prisões efetuadas"*[197]. E não se deve tomar esses dados estatísticos como retrato fiel ou confiável da criminalidade real. Barslund *et al.* (2005), confirmou essa hipótese quando comparou os dados apresentado por Ministro do Interior de Moçambique em 2003 e os dados apresentados por Organizações Não-Governamentais (ONGs), confirmando que o crescimento era muito mais alto do que aquele apresentado pelo Ministro.

Campos e Paixão *apud* Matos Junior (2008) enumeram alguns obstáculos comuns que devem ser conhecidos pelos pesquisadores quando decidem manejar estatísticas oficiais em suas investigações. Os autores não negam a importância e relevância dos dados quantitativos nas análises científicas. Para Paixão *apud* Matos Junior (2008) as estatísticas criminais não devem ser vistas como retrato fiel ou confiável da criminalidade e da violência. As estatísticas criminais subestimam o volume de crimes cometidos por cada criminoso e também distorcem a distribuição social da criminalidade dentro da sociedade. O estudo que ficar definitivamente ancorado nas estatísticas oficiais de crimes e criminosos comprometerá os seus resultados, ao perder de vista as "margens", o "não detectável" num levantamento estatístico.

Muitos sociólogos brasileiros que estudam as estatísticas criminais, entre os quais Sérgio Adorno, advertem que as estatísticas criminais comportam problemas, entre os quais a suspeita da elevada "cifras negras" – crimes não detectados –, a intervenção de critérios burocráticos na seleção dos dados criminais, as "negações" paralelas entre vítimas e agressores, a

[196] PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA DE MOÇAMBIQUE (2003-2012). Maputo: Ministério do Interior, 2003.
[197] Tratam-se dos famosos Boletins de Ocorrências (BO) lavrados nas delegacias de polícias civis dos diferentes estados da federação.

implementação de políticas determinadas de segurança pública que conjuntamente privilegiam a contenção de uma ou outra modalidade delituosa e ainda a desistência da vítima em denunciar ocorrência, motivada por desinteresse pessoal ou descrença na eficácia das instituições públicas (Adorno, 2002).

Como aponta Sérgio Adorno, atualmente há forte suspeitas acerca das estatísticas criminais, porque apenas uma pequena parcela de crimes cometidos é conhecida. Este problema decorre de muitos fatores, entre os quais Adorno enumera: descaso da polícia para com o delinquente conhecido, desistência deliberada de punições e incapacidade da polícia de lidar com infrações; por isso, hoje há maior probabilidade de um criminoso manter-se oculto do que no passado (Adorno, 1996, p.10). Consciente do problema da estatística criminal, Sérgio Adorno esclarece:

> Conforme já apontaram inúmeros estudos, as estatísticas oficiais de criminalidade padecem de graves dificuldades metodológicas, embora elas venham sendo utilizadas, pelos analistas sociais, como indicadores de mudanças experimentadas nos níveis e nos padrões de criminalidade, elas se apresentam mais a identificar efeitos de mudanças na legislação penal bem como declínio na eficácia que se espera do desempenho policial (Adorno, 1994a, p.103).

O problema das estatísticas criminais foi também largamente explorado por Renato Sérgio de Lima. O autor observa que as estatísticas criminais podem ser falseadas por constituir "segredos governamentais" ou "segredo de arte de governar": os governantes ocultam do conhecimento público os exames das estatísticas criminais (Lima, 2005; 2011). Neste cenário, Senra (*apud* Lima, 2011, p.95) destaca que é *"preciso compreender quem fornece as estatísticas e como esse processo é realizado"*. Para Cepik (*apud* Lima, 2011) os segredos (os sigilos) das estatísticas criminais são um risco para a democracia, visto que o recurso do sigilo das estatísticas criminais impede a transparência dos atos governamentais e também torna impraticável a responsabilidade individual da administração da segurança pública, assim como os direitos políticos dos cidadãos.

Os desrespeitos a esses direitos seriam, assim, um sinal da permanência de modelo não democrático na gestão da segurança pública e da justiça criminal. A transparência, enquanto requisito da democracia, estaria "colonizada"; o silêncio parece articulado às tentativas de evitar transformações profundas no modelo da justiça existente. As estatisticas criminais em Moçambique estão dispersas e possuem qualidade irregular, partes estão protegidas do público e são confidenciais[198].

*.*.*

O *quarto* elemento explicativo é a *crise do sistema de justiça criminal*. Em Moçambique o sistema de justiça criminal abarca as seguintes instituições: A Polícia da República de Moçambique (PRM)[199], a Procuradoria Geral da República (PGR), os Tribunais, o Sistema Prisional, o Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) e a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM). A crise destas instituições de poder público começou a ser é visível a partir da década de 1990[200], com aceleradas mudanças sociais, políticas e econômicas jamais vistas e experimentadas nas décadas anteriormente, como a de acumulação de capital privada (Castel-branco, 1995, p.592)[201]; mutações substantivas nos processos de produção, de trabalho, de recrutamento e distribuição da força de trabalho. Essas mudanças reproduziram efeitos no *sistema de justiça criminal*.

[198] É consenso entre os pesquisadores que pesquisaram a criminalidade em Moçambique – como Chachiua, 2000; Barlund *et al*, 2005; Leão, 2004b; Folio, 2007b; Nhacuangue, 2011 – que os dados criminais padecem de não poucos problemas que turvam a sua fidedignidade quando são apresentados publicamente. As estatísticas criminais dificilmente são discriminadas, por isso recorremos ao longo do texto aos jornais para compreender o assalto à mão armada enquanto fenômeno social e sociológico complexo.

[199] A polícia da República de Moçambique (PRM) está dividida em três ramos principais: a principal força policial (PRM), responsável pela *ordem* e *segurança pública*, a Polícia de Investigação Criminal (PIC) e as forças especiais. As forças especiais subdividem-se em várias unidades, incluindo: Força de Intervenção Rápida (FIR) Guarda Fronteira (GF), Força de Proteção de Responsáveis (FPR), (veja Borges, 2012).

[200] Há um discurso do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel na década de 80, que reconhece a fragilidade do sistema de justiça criminal. Ele afirma num comício popular na cidade de Maputo, que a cidade devia ser "penteado" por causa dos bandidos que destroem a economia do Estado e que eles vão pagar, vão ser presos, mas para isso a polícia deve estar organizada (veja Serra, 1997, p.112-3).

[201] Segundo Castel-branco (1995), os padrões tecnológicos que penetram em Moçambique não são compatíveis com a capacidade nacional e que os (cada) investidores estão mais interessados em exportar para Moçambique bens, capitais e pacotes tecnológicos do que em desenvolver tecnologias nacionais que possam beneficiar a maioria da população.

O sistema de justiça criminal mostrou-se incapaz de responder às novas demandas por segurança, tranquilidade, transparência nos julgamentos, exigência dos magistrados de infraestrutura para o seu funcionamento, a corrupção[202], abuso de poder, fugas de prisioneiros, morosidade processual, crise de subordinação hierárquica entre a polícia de Investigação criminal e o Ministério Público quanto à produção de provas matérias do crime; superlotação nas prisões[203]; fraca instrução policial em materiais de Direitos Humanos; equipamentos escassos;[204] fraco treinamento profissional dos agentes de justiça[205]; e, principalmente, problemas de desenhos de políticas públicas de justiça e de segurança. Como nos mostra o relatório da UNICRI (2003, p.6), o Sistema de Justiça Criminal moçambicano não dispõe de um banco de dados padronizado, que permita fazer uma estatística rápida e fiável sobre a situação criminal[206]; há insuficiência de quadros com formação profissional adequada na Polícia[207], no Ministério Público, nos Tribunais, no Sistema Prisional, no IPAJ e na Ordem de Advogados de Moçambique; a Polícia não faz cobertura de todo o território nacional[208].

Nesse processo, o elemento mais gritante é a dificuldade que o sistema de justiça criminal tem de se fazer representar em todo o território nacional em suas tarefas constitucionais. Por exemplo, existia em 2006, em

[202]Na Magistratura a corrupção manifesta-se da seguinte forma: os magistrados sonegam as provas, não realizam investigações, cometem erros técnicos propositais, e faltam com a imparcialidade e a objetividade (Mosse, 2006b, p.15-18).

[203] Não é por acaso o vice-ministro da justiça disse recentemente que transferirá os tribunais para as cadeias (VOA mar 2011).

[204] Como revelou o relatório do Centro de Integridade Pública realizado por Mosse (2010, p.5), Moçambique não tem uma corporação policial devidamente treinada para garantir o respeito pelos Direitos Humanos e a mesma sofre de escassez de equipamentos – se os tem, então não usa ou se usa, usa mal.

[205] A ministra da Justiça reconheceu no conselho coordenador sobre as prisões que faltam recursos humanos, a par da degradação ou falta de infraestrutura, bem como a superlotação das cadeias, (veja PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, maio 2011).

[206] Esta situação nos impede de ter dados mais precisos sobre os crimes e criminosos.

[207] Este problema vem inscrito também nos conflitos laborais entre os policiais formados recentemente e os antigos, como nos mostra Borges (2012, p.18) através da sua experiência: "o estágio era concebido como requisito complementar do curso em Ciências Policiais, bem como práticas pré-profissionais de futuros integrantes da organização policial moçambicana e, no seu desenrolar foi notável certa discrepância entre os modos de agir aprendido a partir das disciplinas ministradas na academia e o dos que já estavam inseridos no trabalho, há longos anos. Por um lado, nos sentíamos reprimidos por não poder expressar nossas opiniões sobre a forma de execução apreendidas em carteira; por outro lado notávamos certa aversão em relação aos nossos posicionamentos, que mesmo estando fundamentados em princípios jurídicos legais eram desqualificados e associados à má qualidade de formação".

[208] Com cerca de 801 590 quilômetros quadrados de extensão em superfície terrestre (OSISA, 2006).

Moçambique, cerca de 20.000 polícias para 16.075.708 milhões de habitantes, 1 policia para 450 pessoas. Esta forma de distribuição dos agentes de ordem e segurança não só prejudica qualquer esforço para controlar e prevenir crimes, mas contribui ele mesmo para o crescimento do crime.

Os Comandos, Esquadras e Postos Policiais existentes são numericamente inferiores às necessidades, com eletivos exíguos, meios materiais e financeiros escassos e, em muitos casos, o seu pessoal possui baixo nível de escolaridade e profissional; o número de Procuradorias existentes situa-se aquém das reais necessidades do país; há Procuradorias criadas (previstas) para determinados espaços territoriais, mas não funcionam por carência de meios humanos e materiais[209]; há iniciativas que buscam combater a corrupção e outros crimes, mas não há recursos que permitam a sua materialização.

Não há no país uma estratégia nacional de prevenção ao crime[210], e assim na maioria das vezes improvisam-se medidas pontuais, nem sempre eficazes; não existem unidades ou brigadas especializadas, no sentido rigoroso do termo, para combater o crime organizado, branqueamento de capitais[211], entre outros crimes graves; é notável a falta de uma eficiente articulação entre as instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal, o que se manifesta em vários domínios, sobretudo na área de combate ao crime; a legislação criminal mostra-se desatualizada[212], principalmente em relação à tipificação de certos comportamentos para os quais a ordem jurídica internacional clama punição, como são os casos do genocídio, dos chamados crimes horrendos ou hediondos e do crime organizado. Porém, podemos verificar, através do cenário acima exposto, que o sistema de justiça criminal permaneceu operando como fazia há três décadas, sem recursos financeiros, e com recursos

[209] Segundo RADIO TSF e NOTÍCIAS LUSÓFONAS do dia 08 de março de 2002, o procurador provincial de Nampula, Daniel Magula, admitiu que há falta de meios no seu setor e sublinhou que ainda alguns agentes da policia de investigação criminal não têm formação adequada e que a força luta com falta de meios, mas na procuradoria a situação é pior: o procurador diz que o seu gabinete tem funcionado numa base de "amor à camisola".

[210] Discurso pronunciado no prefácio do relatório da UNICRI (2003), pelo antigo Ministro de Interior Almerino Manhenje.

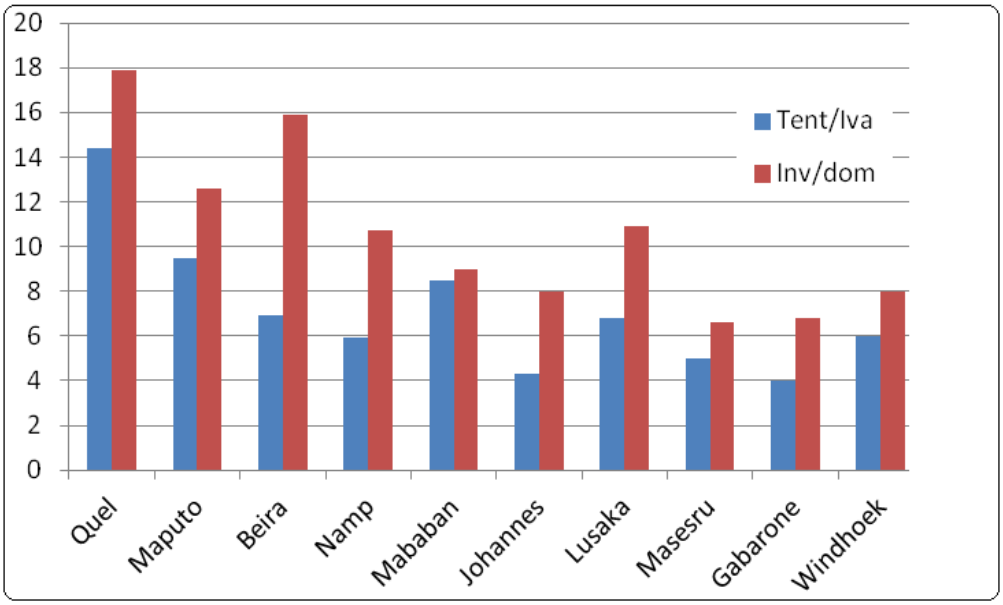
[211] Lavagem de dinheiro.

[212] O código penal existente é do período colonial, datada de 1886.

humanos mal preparados para enfrentar as investigações criminais[213]. Para falar como Adorno (1994a,1996 e 2000), aumentou o fosso entre a evolução da criminalidade e a capacidade do Estado de impor a lei.

Não se pode estranhar o elevado índice de roubo e de tentativa de roubo em cidades moçambicanas em relação as suas congêneres de Maseru em Lesotho; Gabarone em Botswana; Windhoek em Namibia; Johannesburg na África do Sul e Lusaka na Zambia, como bem mostrou o estudo do UNICRI (2003) sobre *roubos* e *tentativa de roubos* nos domicílios na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O gráfico abaixo ilustra esta tendência.

**Gráfico 4 - Roubo e Tentativa de roubos e nas dez cidades da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 2002**.




**Fonte**: UNICRI (p.8) (www.unicri.it/PRM) (*Adaptado*).

O gráfico mostra que as cidades moçambicanas lideram na invasão aos domicílios (Quelimane com 17.9%, Beira 15.2%, Maputo com 12.6% e finalmente Nampula com 10.7%). Segundo UNICRI (2003, p.8), a média de

[213] Como apontavam os polícias entrevistados por UNICRI (2003, p.23), a melhoria de salários e equipamentos são fatores importantes para melhorar a satisfação no trabalho e rendimento da polícia.

invasão de domicílio (14.1%) e de tentativa de invasão (9.1%) em quatro cidades de Moçambique é superior à média de seis cidades da SADC[214]. A esse quadro de invasão e tentativa de invasão de domicílio, é necessário acrescentar a questão nacional de Vitimização, apesar de em Moçambique não existir um estudo sistemático, longitudinal que mostre os avanços progressivos do movimento da Vitimização criminal[215]. Os dados extraídos do Ministério do Interior[216] *apud* Chiconela (2005) mostra que em 2003, ocorreram 40.630 casos de vitimização. O recente estudo sobre Vitimização em Moçambique, intitulado "*Criminalidade e vitimização: cidades de Maputo e Beira*, *Moçambique*" realizado por KULA (2009) [217] constatou que pelo menos metade dos inquiridos (980.5) foram vitimas de crimes nos últimos 12 meses (setembro de 2007 a setembro de 2008) (KULA, 2009, p.10-30).

As altas taxas de vitimização nas cidades moçambicanas influenciaram o ocultamento de bens individuais dentro dos quintais: "ninguém quer mostrar o que tem," dentro dos seus quintais. Olhando para a estrutura urbana das cidades moçambicanas, verifica-se que os muros das casas têm dois ou três metros de altura e outros cobrem os muros com lona. Como afirma Cardia (1998, p.138), quanto maior for a percepção do risco de ser vítima da violência, menor é a comunicação e o contato entre as pessoas.

Para falar como Adorno (1996), as pessoas procuram viver no anonimato, por medo de serem vítimas da violência urbana. Verifica-se hoje nas cidades moçambicanas uma invisibilidade dos bens patrimoniais nos quintais das casas; todos querem esconder os seus bens patrimoniais: *o "esconde - esconde"* transformou-se em uma *mentalidade urbana* (Adorno, 1994). Analogamente Teresa Caldeira (2000) em *A cidade dos muros* (*city of*

[214] Para seis países da SADC as medias são respectivamente (9.1%) e (5.7%).

[215] *Vitimização* deve ser entendido aqui como o trabalho realizado por pesquisa social com objetivo de coletar informações sobre os riscos sentidos pelos diversos grupos sociais: a sua experiência como vítimas de crimes; a sua disposição para dar queixas dos crimes sofridos nos órgãos competentes; a sua imagem sobre a violência e o crime; a sua visão do trabalho da polícia; a sua avaliação dos serviços de segurança pública, dentre outros dados que permitem aos cientistas sociais compreenderem como a sociedade lida com o crime em determinado contexto. Esta forma de abordar o fenômeno permite aos pesquisadores observarem os efeitos da violência e da criminalidade na produção de sentimentos de insegurança e medo social, além de permitir um levantamento estatístico alternativo de crimes não computados pelos levantamentos oficiais das instituições governamentais de segurança (Barreira *apud* Matos Junior, 2008, p.26).

[216] A polícia da República de Moçambique está sobcontrole do Ministério do Interior.

[217] O estudo foi baseado numa amostra de 1961 pessoas, mais de metade 51,4% dos inquiridos acreditaram que o nível de criminalidade aumentou nos últimos três anos.

*walls*) diz que a violência e o medo combinam processos de mudanças sociais nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de sociabilidade e de contato físico entre os moradores, das quais a mais emblemática em Moçambique é a construção de muros altos[218] e utilização de lona como cobertor dos murros[219].

Se a crise do sistema de justiça criminal é um dos fatores que fazem com que os jovens experimentem o assalto à mão armada. Porém, a nossa análise ainda está incompleta, se não analisarmos como a crise do sistema de justiça criminal intervém diretamente ou indiretamente para que os jovens experimentem o assalto à mão armada. Por isso, a seguir enumeraremos duas causas sociológicas para a compreensão e explicação do fenômeno estudado.

A primeira delas diz respeito ao *aluguel das armas de fogo* de alguns policiais. Temos vários episódios assim, apenas enumerarei alguns. O relatório de Open Society mostrou que a maioria dos policiais abusa das suas posições alugando armas aos criminosos (OSISA, 2006). Um sargento da polícia foi detido em Chimoio,[220] acusado de ter disponibilizado arma e fardamento a um grupo de dez jovens que realizavam assaltos à mão armada nas cidades de Barué, Guru e Gondola na província de Manica[221]. Em Chimoio na cidade central de Moçambique foram detidos cinco polícias no mês de janeiro de 2011, por alugar fardamento, armas e de participar em assalto à mão armada[222]. Se não controlarmos *o aluguel das armas* por parte de alguns policias corruptos "as ações vão continuar" (Misse, 2010).

---

[218] Conforme apontou Folio (2007a).

[219] Essas mudanças são tão consideráveis que elas justificam explorar a ideia da crise do sistema de justiça criminal. Como diz Wieviorka (1997, p.13), para falar em crise é preciso que haja um sistema em dificuldade e que este permaneça perceptível como tal. Segundo Morin (*apud* Serra, 2010, p.53), o conceito da crise representa uma perturbação que permite diagnosticar coisa mal parada. O conceito tem dois níveis, a primeira diz respeito à revelação significante de uma realidade latente ou subterrânea e o segundo diz respeito à revelação de um conflito. Uma descrição pormenorizada sobre a crise do sistema de justiça crimial, pode ser observável no Portal do Governo (março 2009; março 2011; maio 2011; agosto 2011, Saúte, junho 2011).

[220] Cidade localizada no centro de Moçambique, na província de Manica.

[221] PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (março de 2011).

[222] SIC Notícias (janeiro de 2011).

A segunda diz respeito à questão de *suborno*[223] e *extorsão*. O estudo de Tamane (2004, p.40) tem um relato dessa situação na entrevista de um jovem assaltante: *"Já estive preso duas vezes, uma vez por burla, mas consegui sair três dias depois, outra vez foi roubar uma residência também... sai, agora estou aqui por ter roubado e ter abatido 5 pessoas com pistola...sei que vou sair"*[224]. *C*omo documentou António Mussalama, a polícia prende um cidadão acusado de ter arrancado uma arma de fogo tipo pistola a um agente da polícia e exige cinco mil meticais para a sua soltura (Mussalama 2007, p.8)[225]. Marcelo Mosse declara que a Polícia de Investigação Criminal (PIC) usa informações para extorquir dinheiro dos visados por queixas criminais, através da chantagem; usam também a posição privilegiada que tem para alertarem os suspeitos sobre eventuais buscas nas suas casas, cobrando mais tarde dinheiro (Mosse, 2006). A Liga dos Direitos Humanos afirma que alguns policiais se dão o luxo de rasgar o processo-crime e depois soltam os criminosos[226] e que muitas vezes esses atos têm o conhecimento do inspetor da polícia, que também recebe a sua fatia (LDH, 2000).

Este círculo vicioso demonstra como os criminosos se reproduzem dentro da esfera da sua atividade criminal em "rede" em que tanto a polícia

[223] Por definição mais ou menos consensual, *suborno* é o pagamento (em dinheiro ou espécie) feito numa relação de favorecimento. Pagar ou receber um suborno é corrupção (Andving *et al*., *apud* Mosse, 2006). O *suborno* na polícia pode ser *interno* e *externo*. *Interno* quando é feito de polícia para polícia para não incriminar um criminoso. *O externo* - quando as famílias ou comparsas dos criminosos, ao saberem da situação, aproximam-se do policial que está com o caso, que por uma determinada quantia arquiva o processo e solta o criminoso.

[224] Mas também esta afirmação do jovem assaltante, por si só diz muita coisa, primeiro diz que é nas esquadras policias que se negociam os *subornos*; é lá também que se encontram os "futuros padrinhos" para as futuras "missões criminosas", em que os agentes funcionam como "advogados" para interferir nos casos e posterior soltura dos criminosos. Faz, assim, das esquadras um centro de "venda" das liberdades criminais. Mas não apenas nas esquadras, também nos outros espaços onde a polícia intervém como controlador de tranquilidade pública.

[225] Este foi um caso de detenção ilegal com objetivo de extorquir dinheiro. Nunca seria demais reportar-se ao outro caso, em que seis policias extorquiram dinheiro a um cidadão Sul Africano sob ameaça de arma de fogo, veja Expresso (28 de junho de 2011).

[226] Tomane (2004, p. 40) no seu estudo, mostra o depoimento de um polícia sobre a soltura de assaltantes à mão armada: "*um crime de assalto à mão armada não tem caução. A lei em nenhum momento defende isso. No entanto existem assaltantes que são soltos por pagarem caução. Conseguem pagar e ficam soltos, mas este dinheiro* [...] *não entra nos cofre do Estado beneficia alguns indivíduos*". Esses dados alarmantes nos remete aquilo que Michel Misse chama de venda de *mercadorias políticas*, onde alguns policiais se aproveitam da sua autoridade pública para tirar benefícios próprios (Misse, 2006). Assim estruturado a sociedade Moçambicana é incapaz de fundar o consenso, ou seja, é "incapaz de fundar uma sociabilidade baseado em solidariedade" (Adorno, 1994b, p.149) e na"fé entre pessoas", ensejando expectativa de previsibilidade nas relações sociais, bem como estímulos à participação social cooperativa ( Adorno e Pasinato, 2010).

como o criminoso estão a sujeitados no "mundo do crime"[227]. Como mostra Michel Foucault, as instituições de contenção e repressão implicam na construção do perfil social do criminoso (Foucault, 1994).

Para fechar esse capítulo, permita-nos dizer que até aqui procuramos mostrar por meio de pesquisa bibliográfica e reportagens jornalísticas quais são os fatores que contribuíram para a emergência dos jovens moçambicanos no assalto à mão armada. Não queremos com isso dizer que esses fatores sejam as únicas visíveis, mas apenas traçar alguns indicadores que parecem dar sentido o nosso problema de pesquisa. Como escreve Gurvitch (1995), a realidade tem camadas e a grande tarefa do pesquisador é apreender além do visível, do morfológico e dos ecológicos outros níveis que interagem e tornam o social tão complexo.

[227] O "mundo do crime" é entendido aqui no sentido estabelecido por Feltran (2008), como um conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidos em torno de negócios ilícitos, dos narcotráficos, dos roubos e furtos, onde as pessoas envolvidas pensam como pares e iguais.

## CAPÍTULO V

***Construindo perfis das carreiras criminais*** *de seis jovens assaltantes à mão armada da cidade de Lichinga*

No capítulo anterior foram abordadas questões referentes à mudança do perfil padrão da juventude moçambicana e a sua emergência no mundo do crime e da violência, mais propriamente do assalto à mão armada. Este capítulo está centrado na trajetória biográfica de seis jovens assaltantes encarcerados na cadeia provincial do Niassa, na cidade do Lichinga. Tem como objetivos, primeiro, perceber quem *são esses jovens que optam por assalto à mão armada. Por que os mesmos enveredam pelo mundo do crime e da violência, mais propriamente do assalto à mão armada?* Segundo, confrontar as biografias singulares[228] desses jovens com intuito de construir perfis das carreiras criminais, mais propriamente de assaltante à mão armada.

Cuidamos neste capítulo, de construir os perfis de carreira dos jovens assaltantes à mão armada, através da memória, ainda que as suas narrativas sejam muito parciais. É difícil para qualquer indivíduo lembrar-se de todos os detalhes de experiências vividas, mesmo aquelas situações ocorridas há poucos instantes. Assim, o rememorar e o esquecimento são atos seletivos, impregnados de "subjetividade" e de "objetividade" (Santos, 2003). A memória resulta, portanto, de processos de construção da realidade. A memória é então construída, herdada e seletiva. Construída, pois o que ela grava, recalca e inclui é resultado de um verdadeiro trabalho de organização dos indivíduos e

[228] "Cada indivíduo" escreveu Erving Goffman, "diferencia-se de todos os outros", e, em torno desses elementos de diferenciação, há um registro único e ininterrupto de fatos sociais ligados a eles como a *barbe a papa* (doce de filamento de açúcar na França) — como uma substancia pegajosa à qual são colocados incessantemente novos detalhes biográficos (Goffman *apud* Lahire, 2004, p. X).

dos grupos. Herdada, porque há uma forte ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade. Seletiva, devido ao fato de que nem tudo fica gravado ou registrado. A memória é produção (Pollak, 1989).

***O que dizem as biografias:*** *quem são os atores*

| | |
|---|---|
| **Caio** | Quando o entrevistamos no dia 8 de fevereiro de 2010, Caio tinha 28 anos e vivia com a mãe e o padrasto. Os seus pais haviam se separado quando ele tinha doze anos. Caio nasceu no bairro *Muchenga*, um bairro periférico da cidade de Lichinga. Proveniente de uma família evangélica, o seu pai era tratorista e sua mãe domestica; tinha seis irmãos, destes três eram de sexo masculino. Ele era o filho mais velho. Quando ele tinha dez anos, os seus pais mudaram de *Muchenga* para *Chuiuaula*[229], porque tinham conseguido comprar um terreno que era do seu tio materno. No seu relato sobre a sua infância e adolescência mostrava muita insatisfação com o comportamento do pai – principalmente o alcoolismo, violência doméstica e o excesso de repressão –, como o causador da deterioração da relação familiar, principalmente entre o mesmo e a mãe. |
| **Dino** | Na época em que foi entrevistado, Dino tinha 28 anos, filho de funcionários públicos, o seu pai é auxiliar de escritório e a sua mãe professora do ensino primário. Nasceu e cresceu num dos bairros periféricos de Lichinga, chamado Popular. Tem quatros irmãos. Desde a sua infância teve sempre uma boa relação com os pais e os seus irmãos. Começou a se desinteressar pela escola quando reprovou pela segunda vez na 3ª classe. Dino não trabalhava e vivia com os pais. Começou a envolver-se com drogas e álcool aos 15 anos. Antes de se envolver com o assalto à mão armada, já tinha várias vezes se envolvido em roubo. |

[229] Bairro da cidade de Lichinga.

| | |
|---|---|

| | |
|---|---|
| **Pinto** | Pinto é casado, pai de três filhos, dois de sexo masculino. Pedreiro de profissão, filho de camponeses, nascido no Distrito de *Mecula*. Migrou para a cidade de Lichinga aos dez anos para viver com a tia materna que estava casada com um funcionário público. A sua tia tinha sete filhos. Logo muito cedo apreendeu a ser pedreiro com ajuda de um vizinho quando morava com a tia no bairro de *Cerâmica*, nos arredores de Lichinga. Devido ao seu trabalho, que lhe tirava muito tempo, desistiu de estudar com 7º ano de escolaridade. Casou-se aos 18 anos e teve que sair de casa da sua tia. Foi morar com a sua esposa no Bairro de *Lulimile*, onde construiu uma palhota para viver com a esposa e os seus três filhos. Na época em que foi entrevistado tinha 27 anos de idade. |
| **Mário** | Mário nasceu e cresceu no bairro *Popular*, em Lichinga, onde morou até recentemente, quando foi preso. No momento em que entrevistamos, tinha 20 anos. Era solteiro e morava com os pais na mesma casa onde passou a sua infância com seis irmãos. Começou a sua carreira delinquente na escola roubando lápis, caderno, caneta e lanches. |
| **Lucas** | Nasceu na cidade de Lichinga, no bairro *Muchenga*. Na época em que entrevistamos, Lucas estava com 28 anos de idade. Era filho de um empregado doméstico e de uma vendedora informal. O seu pai separou-se da sua mãe quando ele tinha 11 anos de idade. Passou maior parte do seu tempo vivendo com o seu pai e a sua madrasta. Chegou a sair de casa depois de ter uma discussão com a madrasta. |
| **Marcos** | É filho de mãe *macua*[230] da província de Nampula e pai *maconde*[231] da província de Cabo Delegado. Marcos nasceu e cresceu em *Assumane*, um dos bairros periféricos daquela cidade. Marcos é o primeiro filho dentre |

[230] Grupo etnolinguistico *eMacua*.
[231] Grupo etnolinguistico *xiMaconde*.

| | |
|---|---|
| | quatros irmãos. Foi criado numa comunidade islâmica, onde a convivência com outros parentes provenientes das províncias de Nampula e Cabo Delegado; era muito solidário. Deixou de estudar na 4ª classe. No momento em que foi entrevistado tinha 24 anos de idade. |

***Garimpando perfis de carreiras da vida criminal*** *de seis jovens assaltantes à mão armada da cidade de Lichinga*

Não há um perfil típico do assaltante, ao contrário do que apregoam certas tendências na literatura criminológica, inspirado nas teses que elegem a desorganização familiar, a pobreza, a baixa escolaridade, a falta de profissionalismo, a intermitência no trabalho como estímulo à construção de uma carreira no assalto à mão armada. De fato, a derivação para o mundo dos assaltos à mão armada "pode estar associada a tais situações, estar associada a algumas delas combinadas entre si, ou s nenhuma delas" (Adorno, 1991c, p.195). Conforme nota Sérgio Adorno, o que "há na verdade é uma miríade de "derivas" que não se traduzem necessariamente em abandono radical de todas as relações que constituem a ordem social dominante" (Adorno, 1991c, p.195). Posto isto, buscaremos organizar as narrativas dos entrevistados, analisando-as a partir das instituições que se apresentaram como importantes nos perfis das carreiras na vida criminal, mais propriamente na vida de assalto à mão armada.

*.*.*

As trajetórias biográficas observadas mostram que "desorganização familiar" [232] é um dos elementos motivacionais para o assalto à mão armada. No caso de Caio, a "desorganização familiar" se expressa através de impossibilidade do pai de representar o seu papel de provedor da família, nos

[232] A "desorganização familiar" deve ser entendida, no sentido atribuído por Adorno (1991c, p. 196), como a impossibilidade de se produzir o padrão cultural, que promove a divisão de responsabilidades paternas e materna.

aspetos materiais: [...] o meu pai [...] chegava a casa sempre bêbado […] a minha mãe já estava casando[...] se separou [...] não comprava comida, nos mandava ir pedir comida em casa da minha mãe [...].” O caso de Pinto ilustra bem essa situação. A acolhida na casa de uma tia materna desemprega e com sete filhos, onde cada um devia sair à rua para procurar alguma coisa para a sobrevivência. Nesta família percebe-se que a “desorganização familiar” estava associada à pobreza e à miséria, à impossibilidade dos provedores de assegurar a sobrevivência econômica da família. A biografia de Lucas mostra que a “desorganização familiar” decorria de novos arranjos nos laços conjugais dos pais que acabou provocando dispersão da família originalmente constituída:

> [...] eu nasci no bairro de *Muchenga*, morrei lá com a minha mãe e o meu pai, aos meus 11 anos meu pai se separou com a minha mãe, porque o meu pai queria casar duas mulheres, a minha mãe não aceitou e acabaram se separando [...] levou com ela as minhas duas irmãs, eu achei bem vou ficar com o meu pai [...]. Quando chegou a minha madrasta, no principio era tudo bom, mas quando ela teve o primeiro e o segundo filho com o meu pai, as coisas começaram amargar em casa. Acusava-me de ladrão, tudo que acontecia de mal em casa eu era culpado. O meu pai nem olhava para as minhas lamentações [...]. Num dia cheguei em casa tarde, sai da escola fiquei jogando futebol, quando cheguei a minha madrasta disse “você não come porque não trabalhou em casa”, eu comecei a lhe insultar, o meu pai chegou do serviço e disse-me assim: “filho assim sem respeito não quero na minha casa” [....] fui viver com o meu avô [...].

Há outros casos em que a relação familiar é harmoniosa e de proteção, com pai e a mãe trabalhadores e provedores do lar (Adorno, 1991c, p.196), imagens em que povoam a representação de Mário: “[...] morei sempre com os meus pais [...] os meus irmãos sempre foram boas pessoas para mim, a minha mãe que é muito trabalhadora”. No caso de Dino, a mãe e o pai aparecem em suas falas desempenhando papéis positivos, de carinho, dedicação, honradez e, principalmente, com constantes sacrifícios feitos para criá-los.

Todos os entrevistados são provenientes de famílias oriundas de bairros periféricos da cidade de Lichinga. Alguns oriundos de famílias cujas

condições de vida eram precárias e miseráveis; outros de famílias que gozam de pouco recursos. “Pode acontecer, como de fato revelam as biografias relatadas que ambos os fenômenos – pobreza e novas uniões conjugais- apareçam articulados e combinados entre si,” (Adorno, 1991c, p.196), pressionando-os para o “mundo do assalto à mão armada”. Convém lembrar, no entanto, que essas características familiares demarcam o perfil de muitos jovens moçambicanos[233] e, no entanto não adentram no “mundo do assalto à mão armada”.

O segundo elemento que “rondou à deriva” dos biografados no assalto à mão armada é a baixa escolaridade. Quase todos tinham escolaridade abaixo do Ensino Secundário Geral do primeiro grau (ESG- 8ª-10ª classe). A evasão escolar apresenta-se como possibilidade, seja diante da contingência econômica, como o caso de Pinto, que teve de deixar de estudar para trabalhar, seja “devido o caráter monótono e nada estimulante da aprendizagem oferecida pela escola” (Adorno, 1991c, p198), como nos mostra a biografia do Mário: “[...] quando chegava à escola [...] não via interesse de entrar na sala de aula [...]”. Na maioria das falas, a escola é uma instituição distante, estranha ao seu universo cultural e aborrecedora com reprovações, da qual registram lembranças confusas.

Este cenário é caracterizado por um elevado índice de reprovação[234] que ocorre na escola pública moçambicana. Este fenômeno coloca milhares de jovens fora do espaço da escola, quer por desestímulo à aprendizagem influenciado por altas taxas de reprovações, quer por dificuldade financeira para se manterem numa escola pública paga, onde o uniforme é o requisito básico para assistirem às aulas. Por isso, o estudo como a do Osório *et al.* (2008) indica que a educação pública tornou-se, com raríssimas exceções, sinônimo de escola para pobres. Como aponta Osório *et al.* (2008, p.20) o ensino em Moçambique deixa de ser obrigatório e gratuito a partir da 8ª classe, o que acarreta a necessidade de estímulos e esforços adicionais.

[233] Os dados do Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar de 1996/97 e 2002/ 03 de Moçambique mostram um aumento dos agregados familiares chefiados por mulheres, indicando uma feminização da pobreza (veja INE, 2004; Fox *et al*., 2005; INE, 2010b).

[234] Sobre elevados índices de reprovações nas escolas públicas moçambicanas, veja (MPF e MINED, 2003).

No mesmo sentido, Gonçalves (2008) assinala que o Estado moçambicano não assume a educação como parte fundamental dos Direitos Humanos e também não assume por Lei como dever do Estado; não existe uma base legal para que cada moçambicano (a), vendo não respeitado o seu direito ao ensino básico, possa reivindicá-lo junto ao poder público. Os pobres ficam sem a escola, seja por falta de vagas, seja por indisponibilidade de arcarem com as matrículas, o pagamento de folhas para as provas e compra do livro escolar, que na maioria das vezes não têm distribuição gratuita.

Outra situação que aparece na memoria dos biografados é a corrupção escolar. O depoimentos de Caio é significamente representativa: " [...] os meus irmãos perderam vaga na escola, porque não tinha dinheiro para pagar uma vaga [....]". Sabe-se também que ao longo da década de 90 a corrupção nas escolas públicas moçambicanas afastaram progressivamente os jovens dos espaços das escolas, trocando-o pelos espaços públicos do mercado informal[235] como seu *habitat*.

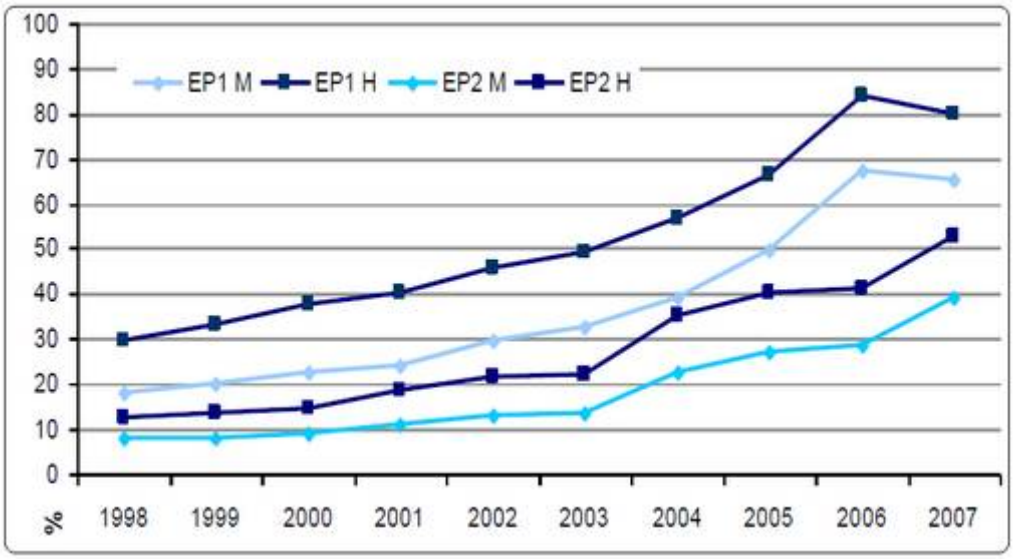
A título de ilustração da corrupção na escolas públicas moçambicanas, mencionamos o estudo de Mosse e Cortez (2006) que apurou que nas escolas públicas moçambicanas há corrupção de parentes, pais e encarregados de educação que pagam subornos aos professores para que os seus filhos transitem de classe[236]. Numa primeira instância, o seu envolvimento acontece logo no início do ano, quando chega o período das matrículas. Quando um pai ou encarregado de educação apercebe-se que o seu filho pode não ter vaga, eles procuram um professor ou um funcionário da secretaria para garantir a vaga na escola pública. E fazem propostas aliciantes aos professores/funcionários, pagando valores altos para que os filhos estudem. Nesta situação, é o pai ou encarregado de educação quem desencadeia a troca.

Mas também há funcionários e professores que desencadeiam a corrupção. Os valores propostos pelos pais e encarregados variam sempre consoante aflição. Outra prática que envolve pais ou responsáveis pelo jovem acontece no final do ano, quando, ao perceberem da possibilidade do filho não

[235] Estamos a falar aqui de vendedores ambulantes. Basta olhar a paisagem das calçadas das cidades moçambicana, para observar esta situação.
[236] Ou seja, sejam aprovados para outra série.

transitar de classe, aproximam-se dos professores para negociar a aprovação; outras vezes entregam dinheiro aos seus filhos para comprarem as notas (Mosse e Cortez, 2006). Nesse universo, a baixa escolaridade, antes de ser característica peculiar dos nossos observados, na verdade é uma característica da juventude moçambicana e é produto também do funcionamento do aparelho escolar [237]. Os gráficos a seguir ilustram esses resultados.

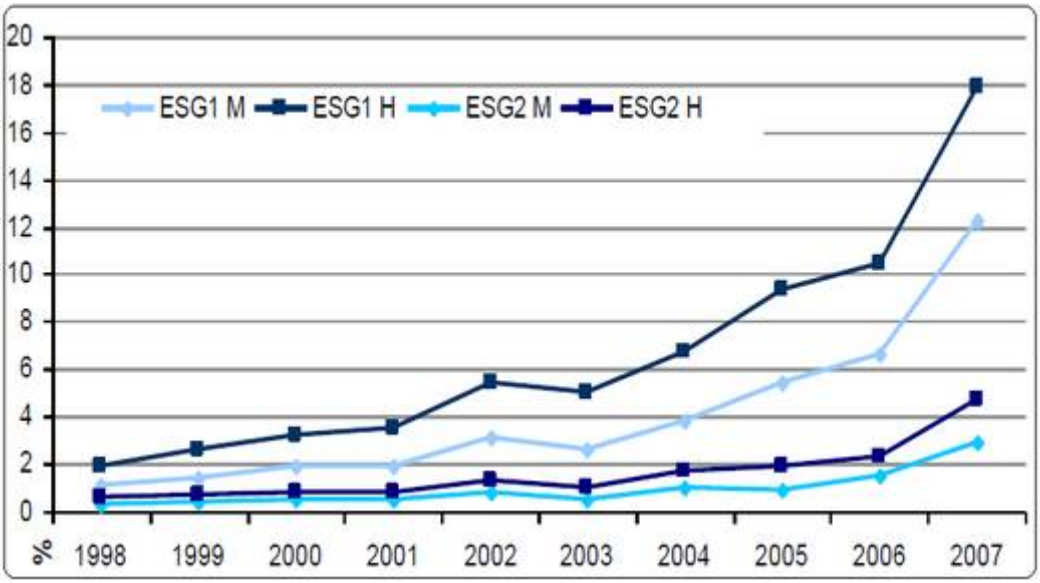
**Gráfico 5 - Taxa de conclusão na escola primária (1998 – 2007).**




**Fonte**: MEC *apud* INE (2008b).

[237] É difícil ter acesso à educação em Moçambique, porque estudar na escola pública é caro, principalmente para a população urbana desfavorecida que tem muitos filhos. Como diz Francisco *et al* (2010a, p.32), ter muitos filhos ainda é hoje em Moçambique a principal forma de proteção social.

**Gráfico 6 - Taxa de conclusão na escola secundária (1998 – 2007).**




**Fonte**: MEC *apud* INE (2008b).

Pode-se perceber através da comparação entre os gráficos que há um maior percentual de concluintes do ensino primário completo (EP1- 1ª a 5ª classe; EP2- 6ª a 7ª classe) do que do ensino secundário geral (ESG1-8ª-10ª classe; ESG2- 11ª -12ª classe). Esses dados sugerem uma tendência da juventude moçambicana pobre[238]. No entanto, essas características demarcam a existência e o perfil de outros jovens que permanecem alheios à escola e, no entanto não adentram ao "mundo do assalto à mão armada".

O terceiro fator que esteve na base do envolvimento dos biografados com o assalto à mão armada tem a ver com o trabalho informal. Aqui também

[238] Esta tendência foi verificada por Brito (2002), quando comparou a população juvenil existente em Maputo e a população juvenil encarcerado nas cadeias provinciais de Maputo. Qualquer política nacional de segurança política que Moçambique for adotar terá que resolver o problema de acessibilidade à educação, quer dizer, deverá tornar o ensino público gratuito em todos os níveis. Para um conhecimento sobre investimento na educação moçambicana veja (MPF e MINED, 2003).

as trajetórias não são modelares. Há quem se iniciou no trabalho informal aos doze anos como o caso de Pinto e Marcos, em suas palavras: "como eu não gostava de escola aos dozes anos, montei a minha banca [...], em frente da escola industrial, vendia ai doces, *chuinga*[239], bolacha [...]". Ao contrário de Caio, que circulou por diferentes ocupações no comércio de mercadoria formal e no mercado informal. "A intermitência ocupacional parece-lhe traços distintivos" (Adorno, 1991c, p.199), Começando primeiro a trabalhar como balconista numa loja de *monhé*[240], entre os 16 anos e 19 anos, e em seguida abriu o seu próprio negócio como vendedor de ovos,[241] no mercado informal de *Chuiuaula*[242]. Para quase todos os biografados, a entrada para o "mundo do mercado informal" se deu porque estavam "premidos pela pobreza, pela família numerosa, pela necessidade de assegurar a reprodução cotidiana da existência de si, de seus irmãos pais" (Adorno, 1991c, p.199).

Este fenômeno não é incomum nas cidades moçambicanas. Elísio Macamo constatou que "a vida no Xai-Xai de hoje é um pesadelo. Vê-se a *azafana*[243] [...] cuja única ocupação é vender em quantidades cada vez mais ínfimas coisas compradas a pessoas que compraram de outras pessoas que compraram de outras pessoas que compraram a um comerciante" (Macamo, 2006, p.11). No mesmo sentido Carlos Serra observa essa tendência nos mercados de *Xipamanine* (cidade de Maputo), *Goto* (cidade da Beira) e *Belenenses-Naloco* (cidade de Nampula), em que os mais velhos e as mulheres estão sendo confrontado com a presença maciça de jovens (Serra, 2003, p.30). Trata-se de uma forma de inserção perversa do mercado de trabalho. Para falar como Adorno (1991c, p.192), é uma configuração de uma ordem pelo avesso.

O drama de Moçambique começa pelo que afirmou António Francisco: de que o Estado Moçambicano é um Estado *falido*[244] e não

[239] Pastilha.
[240] Comerciante moçambicano de descendência *hindu* e árabe.
[241] Vendem quantidades ínfimas de ovos (5 a 10 favos).
[242] Localizado nos arredores da cidade, é um dos maiores mercado informais existentes do município.
[243] Significa, na língua xi-Changana, jovem ou adolescente.
[244] O Estado *falido* é aquele Estado que se encontra em situação financeira falimentar, ou de insolvência e incapacidade de cumprimento das suas obrigações financeira e incapacidade de honrar suas obrigações, por suas dívidas serem superiores às suas receitas, existindo, pois um passivo superior ao ativo (Francisco, 2010a). Para mais informação sobre este assunto, veja (Brito, 2009; Carneiro, 2005).

*falhado*[245], 75% dos moçambicanos vivem com rendimento médio inferior a 1,25 dólar americano por dia e 90% com um rendimento inferior a 2 dólares por dia, o limite oficial de pobreza é 54% (2000-2006), correspondente a um rendimento significamente baixo das duas linhas de referência internacional (DNPO,UNDP *apud* Francisco, 2010a,p.39).

Nestas condições não se sabe ao certo quantos jovens são impedidos de acesso ao mercado formal de trabalho, com direitos trabalhistas e com um mínimo de aprendizado ocupacional. Muitos dos jovens vivem abaixo do patamar mínimo de sobrevivência. Jovens "empurrados contra a vida em uma sociedade que lhes comprime o espaço de existência digna, constroem trajetórias que vigam o destino que se lhes impõem" (Adorno, 1991c, p.183). Alguns enveredam pelo duro caminho da sujeição da vida no mercado informal e conformam-se desde cedo. Outros como os nossos biografados trilham o caminho do crime e da violência.

O quarto elemento que explica o envolvimento do grupo de jovens biografados com o assalto à mão armada está ligado ao acesso das armas de fogo, seja pela compra, seja pelo aluguel. No caso de Caio, se expressa pela compra de uma arma de um antigo combatente da guerra civil. No caso de Dino, se dá pelo convite de um amigo que era irmão de um antigo combatente da guerra civil. No caso de Pinto ocorreu pelo convite de um amigo pedreiro que tinha um AKM [246] escondida em sua casa que era do seu tio falecido, um antigo combatente da guerra civil. Mario teve acesso à arma dos amigos que haviam roubado de um polícia quando estava a dedetizar em casa de um antigo combatente, num projeto do Ministério da Saúde. No caso de Lucas, ele teve acesso à arma através de um amigo, nas palavras de Lucas: "[...] Lá na zona[247] tinha um meu brother, este era um ladrão, mesmo tímido ninguém aguentava com ele, este quando organizava os assaltos era bom o gajo, ele

[245] O Estado *Falhado* existe quando "as funções básicas do Estado deixam de ser desempenhadas". Os Estados *Falhados* têm duas características definidoras principais: 1) fornecem muito poucos serviços e bens políticos aos seus cidadãos, em termos de quantidade e qualidade; 2) perderam o monopólio sobre o recurso à força (Rotberg *apud* Francisco, 2010a, p.58). Baylis e Steve *apud* Francisco (2010a, p.83) definem Estado *Falhado* como o Estado dominado pela guerra civil e desordem social, incapacitado de assistir aos seus cidadãos sem o apoio substancial externo e onde a influência do governo dentro das fronteiras territoriais do País é fraca.

[246] Arma automática, modelo Kalashinkov - 1947 (*Avtomat Kalashnikova adraztza*), um fuzil de assalto de fabrico Russo.

[247] Bairro de *Muchenga*, localizada na cidade de Lichinga.

tinha duas armas AKM, que andava com ele [...]". No caso de Marcos o acesso à arma de fogo se deu quando um vizinho lhe apresentou um policial que liderava uma quadrilha de assaltantes.

Apesar desses dados não poderem ser generalizados para todos os jovens que experimentam o assalto à mão armada em Moçambique, eles nos remete a um indicador válido. Convém destacar que muitas armas utilizadas na guerra civil não foram recolhidas pelo Estado depois de encerrarem a *Operação Rachel* (1995-1998), conduzido por governo de Moçambique e África do Sul e do programa *Transformação de Arma por Enxada* (TAE), lançados em 1995 pelo Conselho Cristão de Moçambique; ambos os programas tiveram muitos sucessos na recolha de armas e desarmamento da sociedade civil, mas, apesar de avanço significativo nesta matéria, o resultado ainda é insatisfatório .

Em 2001 foi desenvolvido em Moçambique o Plano de Ação Nacional para implementação do Programa de Ação da ONU sobre Armas Leves. E em agosto de 2002, o governo moçambicano assinou e ratificou o protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre o controle de armas de fogo, munição e outros materiais correlatados, sem com isso, desenvolver políticas públicas de desarmamento da sociedade. A pesquisadora Luciana Phebo do Vivo Rio, uma instituição que trabalha com questões ligadas a desarmamento da sociedade civil, afirmou, no seu artigo sobre *o impacto das armas,* que a violência armada não é um fato inevitável dos tempos modernos, pode-se prevenir (Phebo, 2009). Em Moçambique devia existir um *Estatuto de desarmamento*, onde o Estado pudesse desenvolver um conjunto de medidas legislativas e administrativas sobre a devolução das armas da população militarizada.[248] Isto porque, não existem informações confiáveis sobre número total de armas de pequeno porte a circularem em Moçambique (BICC, 2004).

Segundo Bonn International Center for Conversion (BICC), a divisão da população em apoiante da RENAMO e da FRELIMO no período do pós-guerra civil fez com que a população militarizada deixasse as suas armas em

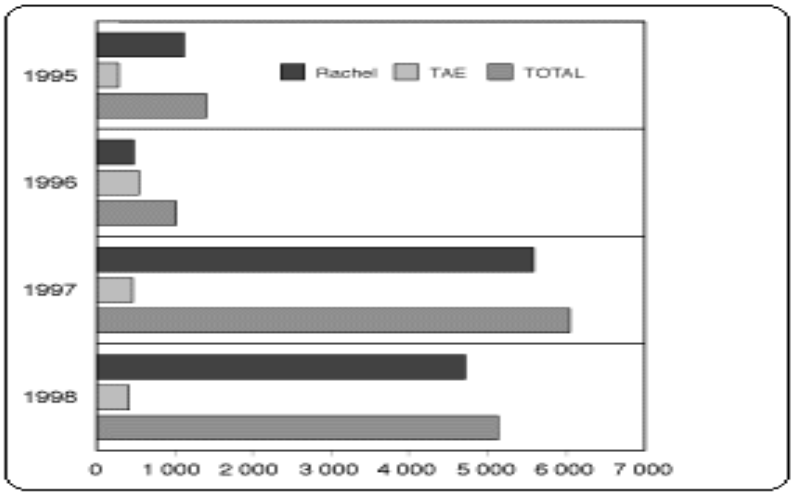
[248] Como o Estatuto de Desarmamento existente no Brasil, criado por Governo Federal em 2003, que reduziu em 2003 - 8,2% de armas, isto significou que poupo-se 5563 vidas ( Dias, 2009).

casa, ao invés de entregá-las ao Estado. Para os autores, a percepção da corrupção no governo e a falta de adequação do Estado frente a este tipo de problema contribuem para a falta de confiança da população no Estado para a entrega das armas utilizadas na guerra civil (BICC, 2004, p.10).

Esta situação é demonstrada na entrevista de Alex Vines (*apud* BICC, 2004, p.15) com um antigo militar da FRELIMO que dizia: "nós sabíamos que as armas eram um bom negócio. Por isso, mantivemos as melhores para nós. Eu vendi algumas para intermediários de Joni (Johannesburgo) e fiquei com outras para o futuro".

Vejamos o quadro da recolha das armas, apresentado por Martinho Chachiua. Segundo Smith (*apud* Chachiua, 1999b) em 1995 estimava-se que aproximadamente seis milhões de AKM [249] circulavam em Moçambique. Os dados da Operação Rachel e o TAE, 1995-1998, sobre a coleta das armas mostra que estamos muito longe desses efeitos.

**Gráfico 7 - Armas coletadas por Operação Rachel e o TAE (1995-1998)**.




**Fonte**: Chachiua (1999).

[249] BICC argumenta que esta estimativa de Smith é exagerada, que nunca houve este número de arma em Moçambique, porque só aconteceram 1,5 milhões de assaltos. Numa sociedade com cerca de 16 milhões de pessoas e com 150 mil combatentes regulares no momento de acordo de paz, não faz sentido estipular esse número de armas em circulação, (veja BICC 2004). Segundo Chachiua (1999b), o total de armas coletadas pelo TAE e pela Operação Rachel diminuiu de 1 400 em 1995 a 1 018 em 1996. Os números aumentaram a 6 094 em 1997 para diminuir outra vez a 5 130 em 1998. Isto sugere que o sucesso modesto da coleta de armas depende extremamente do impulso político no país e, conseqüentemente, da confiança do pessoa nos processos gêmeos de paz e de democratização. Em agosto 1998, as armas ligeiras coletadas somam aproximadamente 1 750.

Os pesquisadores de Bonn International Center for Conversion (BICC) – como Sami Faltas, que realizou em março de 2003 um trabalho de campo em Moçambique, e Wolf-Christian Paes, em maio de 2003, nas províncias do centro de Moçambique – relataram que o problema de proliferação das armas e do seu impacto foi superdimensionado no passado. Esconderijos de armas continuam sendo achados no interior e colocam um risco real de acidente para quem os descobrem. Igualmente, armas individuais mantidas da guerra poderiam ser uma fonte de acidentes e – mais raramente – poderiam terminar com grupos criminosos. Dada a falta de acesso a muitos esconderijos e à baixa demanda do mercado negro das armas, a recuperação de armas por grupos criminosos atualmente faz pouco sentido econômico. Esses fatores providenciam um ambiente benigno para programas de coletas voluntárias, como o que é operado pelo projeto TAE.

Apesar dos nossos dados não serem quantificáveis, eles mostrar algo diferente daquilo que se pensa sobre a proliferação das armas. Partimos de principio que a proliferação das armas foi "minimizada" com os programas TAE e Rachel, mas não foi "superdimensionado" como pensam os pesquisadores do BICC. Muitas das armas usadas em assaltos nos centros urbanos são aquelas armas individuais que não foram devolvidos ao Estado (*o modelo das armas é o mesmo das que durante a guerra tiraram a vida a milhares de moçambicano*)[250]. Como este problema está "superdimensionado"?

Chachiua (1999a) mostra evidências de que durante as operações Rachel e TAE[251] o crime armado aumentou. Apesar de não existir dados longitudinais de crimes praticados com recurso à arma de fogo, uma coisa é certa: da década 90 em diante, este tipo de prática criminal passou a fazer parte do cotidiano urbano. Segundo o autor, entre 1994-1996 o crime com recurso à arma de fogo cresceu 49,6% enquanto que crime comum subiu para (44,7%). Conforme a tabela 2, abaixo transcrita. Gostaríamos de afirmar que, até onde nos sabemos, ainda não há em *Moçambique um sistema de*

[250] Sobre os mesmos modelos de arma utilizados durante a guerra civil, veja a reportagem de (Vitorino, 8 junho 2010).

[251] O dado do BICC mostra que TAE, atuou de 20 de outubro de 1995 até 14 de outubro de 2003.

*informação sobre lesões e mortalidade causadas por projétil de arma de fogo* (PAF).

**Tabela 2 - Distribuição dos crimes totais e crimes com recurso a arma de fogo em Moçambique.**

| Ano | Totais de Crimes | Crimes /Armas de fogo |
|---|---|---|
| 1994 | 26063 | 1122 |
| 1995 | 35160 | 1445 |
| 1996 | 37724 | 1679 |
| **Crescimento %** | **44.7%** | **49.6%** |

**Fonte**: Polícia de Investigação criminal *apud* Martinho Chachiua (1999a).

Os dados recentes sobre a violência urbana sugerem que não tem havido uma mudança neste sentido, e os crimes praticados com recurso a armada de fogo continuam a fazer parte do imaginário do medo e insegurança na população moçambicana urbana. Algumas informações permitem uma aproximação mais acurada. Shabangu (2011) demonstra que 73% dos moçambicanos sentem-se vulneráveis ao crime violento (assalto à mão armada, tentativa de assalto e violação). Segundo o autor em 2004, havia 84 casos de homicídios, em 2005, 107, em 2006, 75 e 2007, ao todo 446 casos. Afirmou ainda que na cidade de Maputo, entre 1997 e 2003, as taxas de homicídios aumentaram em 22.3% e a extorsão com arma de fogo aumentou 120.9% entre 1998 e 2000 (Shabangu, 2011, p.18). Há relatos de mídia eletrônica e impressa que afirmam que este tipo de crime está longe de terminar, ao contrário, revelam novas modalidades, táticas e estratégias usadas por jovens assaltantes à mão armada[252].

O quinto elemento que determinou a entrada dos biografados no "mundo do assalto à mão armada" associa-se à corrupção policial. A situação da corrupção policial em Moçambique não é, sob qualquer hipótese,

[252] Veja (Vitorino, 26 fevereiro de 2010, 8 junho de 2010; Egídio, 28 julhos de 2010; Saúte, 11 abril de 2012.

irrelevante[253]. A política pública de *anti-corrupção* implementado na última década tem contribuído muito pouco para amenizar a corrupção policial[254]. Ao contrário, a corrupção policial acumula-se em uma espiral crescente, inviabilizando soluções de curto e médio prazo da *Estratégia Anti-Corrupção* (EAC) e tornando inócuas as diretrizes formuladas pela EAC.

De fato, instaura-se em Moçambique uma espécie de "círculo vicioso", em que policiais prendem criminosos para logo em seguida os soltarem mediante o pagamento de suborno, e estes criminosos voltam a cometer os mesmos crimes. Como mostra Carlos Serra no seu estudo sobre linchamento: "*segundo os nossos depoentes, porém, os ladrões são pouco tempo depois solto* [...] *a troco de dinheiro*" (Serra, 2010, p.54) (Grifo nosso). Esta situação chegou a ganhar versão na música popular *marabenta* de Roberto Chitsondzo: "[...] veja a policia que rouba para os bandidos [...]" (Chitsondzo *apud* Serra, 2003, p.69).

A consequência de tudo isso é que grande paracela de jovens, principalmente de baixa renda, são seduzidos a "enveredarem" e a permanecerem na órbita das carreiras criminais, uma vez que há grande probabilidade de se manter oculto perante as instituições de controle e repressão criminal. Podemos afirmar que o "círculo vicioso" acima apresentado é um dos elementos que constroem a carreira criminal do assaltante. Pois o contacto entre os assaltantes e a polícia torna-se constante e sistemático, e alguns policias beneficiam-se do "circulo-vicioso". Porque estes se beneficiam de dinheiro gerado pelos assaltos à mão armada e de outras modalidades de "crime-negócio", subtraindo do "Estado sua função de diretor moral e político da sociedade" (Adorno, 1994a, p.121).

Os dados dos biografados Dino e Marcos apresentam essa realidade. Embora esse elemento apareça em apenas dois relatos, existem relatos jornalísticos que mostram também o "círculo vicioso". Por exemplo, a revista Democracia e Direitos Humanos (2007, p.7) revelou que Agostinho

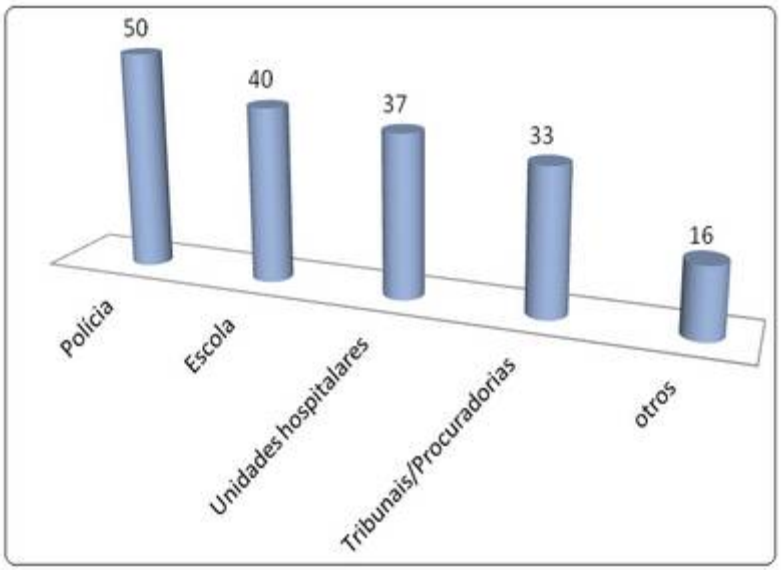
[253] Como mostra o relatório da USAID (2005), a corrupção tem se alastrado rapidamente ao longo dos últimos 20 anos, tendo agora atingido praticamente todos os sectores, funções e níveis do governo. O nível e o âmbito da corrupção em Moçambique atingiram níveis alarmantes e potencialmente representa um risco para a governação democrática nascente no país.

[254] Para conhecer as diretrizes da EAC, veja (Mosse, 2006d; Fael *et al.*, 2009).

Chaúque[255], o chefe da quadrilha de assaltante mais procurado de Moçambique, tinha ligações com alguns policias que tiravam proveitos dos assaltos à mão armada realizada pela quadrilha.

Não é necessário argumentar com esmero para sustentar esta realidade; basta ver[256] o inquérito externo realizado por Instituto Internacional das Nações Unidas para Pesquisa sobre Crime e Justiça em 2003, que revelou que os oficiais da polícia de Moçambique eram os mais mencionados como corruptos (UNICRI, 2003, p.19). Ainda na mesma linha, o estudo do KULA (2009, p.70) demonstrou que a população da cidade da Beira e do Maputo tinham a percepção de que os policias eram corruptos e que colaboravam com os criminosos. O estudo sobre Governação e Corrupção realizada por Unidade Técnica de Reforma do Setor Público (UTRESP), concluiu que os agregados familiares, os funcionários públicos e as empresas consideravam a polícia moçambicana como a mais corrupta (UTRESP, 2003). O gráfico ilustra esses resultados.

**Gráfico 8 – Frequência de corrupção institucional de Moçambique.**




[255] Morto em 2010. As causas da sua morte são controversas, de um lado a polícia proclama a autoria e do outro lado, os familiares do malogrado revindicam como autores da morte de Agostinho Chaúque os seus comparsas.
[256] Veja também os seguintes estudos: Ética Moçambique, 2001; Berger, 2002; Austral, 2005; USAID, 2005; UTRESP, 2005; CIP, 2006a, 2006c, 2010, Serra, 2010.

**Fonte**: Mecanismo Africano de Revisão de Pares (2009, p.182) (*Adaptado*).

Uma sociedade assim constituída reclama uma sorte de "profilaxia moral", diante da questão da descrença na polícia como instituição de controle e contenção do crime (Adorno, 1991a). Não sem motivos, prolifera nos últimos anos o discurso da população de que a polícia não funciona. As distorções dessa ordem fazem com que o Direito seja concebido apenas como formalidade, a justiça, reles abstração (Adorno, 1994, p.123).

*.*.*

Tudo indica, portanto, a partir da análise de biografias observadas, que a construção das carreiras criminais dos seis jovens assaltantes à mão armada da cidade de Lichinga se manifestou dentro de um processo duplo - "desterritorialização" e "reterritorialização" (Adorno, 1991c). Desterritorializando de práticas específicas, nas quais os jovens estavam vinculados, para reterritorializá-los no assalto à mão armada. " Nesse longo processo, observa-se a produção de artifícios de socialização[257] que contribuem para desconectar os sujeitos de práticas e de vínculos anteriormente construídos" (Fraga, 2005, p.222). Como no caso de Lucas, o abandono progressivo dos espaços institucionais de ordem moral e familiar, como o caso de Lucas que se afastou da constelação familiar depois de ter uma discussão acirrada com a madrasta.

O abandono dos espaços institucionais de ordem moral dos biografados realizou-se em etapas, à base de ensaios pessoais de êxito e fracassos, cujas saídas se manifestaram inicialmente quer pelo afastamento familiar, como no caso de Lucas acima citado, quer por abandono dos espaços da escola, como no caso do Pinto: "eu quando comecei a ganhar dinheiro [...] larguei a escola [...]". E do Dino que se desinteressou da escola quando reprovou duas vezes na 3ª classe, quer "pela intermitência da atividade

[257] Segundo Fraga (2004, p.222), o artifício de socialização refere-se às produções derivadas dos encontros dos sujeitos com determinadas práticas e experiências que acarretam processos de subjetivação que os situam em outros modelos de agenciamento na ordem social. Esses artifícios se convertem em características imprescindíveis para o enveredamento na delinquência.

ocupacional, pela alternância entre trabalho e delinquência" (Adorno, 1991c, p.195); o caso de Caio, que primeiro começou a trabalhar como balconista numa loja de *monhé*[258], depois largou o emprego e abriu o seu próprio negócio como vendedor de ovos,[259] no mercado Chuiuaula[260]. Este processo trata-se de um duplo mecanismo que pode assumir diferentes formas e implicar diversas derivações para o assalto à mão armada. "Não significa, de imediato e de modo inexorável, a ruptura de todos os liames com o universo "normal" e a inserção em linhas de sociabilidade completamente autônomas" (Adorno, 1991c, p.195).

[258] Comerciante moçambicano descendente do hindu e árabe.
[259] Vendem quantidades ínfimas de ovos (5 a 10 favos).
[260] Localizado nos arredores da cidade, um dos maiores mercado informais existente.

## *Considerações finais*

Nesta seção do trabalho, tomamos duas orientações distintas. Na primeira, organizamos as nossas considerações finais, tendo em conta as entrevistas realizadas e as interpretações dos resultados. Cabe dizer que, embora a investigação tenha sido limitada ao estudo de seis jovens assaltantes à mão armada da cidade de Lichinga, algumas interpretações e resultados do trabalho podem, dentro dos limites de generalizações requeridos pelo método de interpretação utilizado, servir para a compreensão da emergência dos jovens moçambicanos na experiência do assalto à mão armada. De modo esquemático, poder-se-ia dizer que a nossa análise é muito amplamente "moçambicana", inclusive nas referências que fizemos ao longo do texto, pois privilegiou-se a análise da situação geral do assalto à mão armada em Moçambique. Contudo, não se trata de uma pesquisa circunscrita a Moçambique como todo, mas apenas à cidade de Lichinga.

Na segunda, debatemos algumas questões gerais sobre as mudanças sociais, econômicas e políticas por que passou a sociedade moçambicana no período de 1975 a 1990, com intuito de compreenderemos como o contexto atual construiu o jovem assaltante, que cada vez mais se organiza em quadrilhas que usam máscaras e assaltam bancos, casas de câmbio e viaturas em vias expressas da cidade, invadindo domicílios, mostrando, muitas vezes, violência gratuita nas suas ações, com o objetivo de intimidar as vítimas. Não sem razão, este estudo recorreu à reconstrução histórica das mudanças do comportamento padrão da juventude moçambicana anterior à década de 90 para entender a dinâmica da emergência desta modalidade criminosa. Ainda assim, faremos, nessa consideração final, uma síntese das principais questões que orientaram a pesquisa.

A primeira questão refere-se ao seguinte problema: quem são os jovens que optam pelo assalto à mão armada? De que origem social são? Por que os mesmos enveredam pelo mundo do crime e da violência, em particular

do assalto à mão armada? Quais são os fatores sociais que determinam o recurso à arma de fogo?

Uma descriminação das trajetórias biográficas dos nossos entrevistados permite compreender que os nossos entrevistados eram jovens provenientes de famílias empobrecidas, com baixo nível de escolaridade e em condição social de escassez e de privação. Para falar de uma forma resumida são jovens imersos em vínculos sociais e econômicos precários. São jovens punidos pela adversidade das condições materiais de existência. Como tantos outros jovens moçambicanos "carentes de alimentação, de habitação, de saúde, de escolarização e de lazer, enfim destituídos dos direitos civis, sociais e econômicos" (Adorno, 1991c, p.185). Ainda para falar nas palavras de Adorno (1991c), são jovens que abandonam sua condição de sujeito da história, para se transfigurarem em objeto da história de outros, principalmente dos jovens favorecidos pelas condições de existência. O caminho provável destes jovens é reproduzir sempre o mesmo destino, encerrando em si mesmo, a criminalidade, o desemprego e a baixa escolaridade. O resultado deste processo reside no insucesso do governo de elaborar políticas públicas direcionadas a juventude, principalmente de jovens de baixa renda. Sem políticas públicas dirigidas a juventude, a criminalidade violenta continuará a crescer e tornará inútil a implementação de qualquer política de segurança pública.

O segundo problema que se coloca aqui se refere a seguinte questão: quais foram às condições sociais e políticas que possibilitaram a emergência dos jovens no assalto à mão armada, num determinado contexto histórico e não em outro? O material exposto no capítulo quatro mostra minuciosamente, que a emergência dos jovens no "mundo do assalto à mão armada" ocorreu num período posterior a pauperização da população de baixa renda e de crescimento da desigualdade social dentro dos centros urbanos moçambicanos. É certo que tudo isso tem efeitos mais evidentes no final da década de 80 com o Programa de Reestruturação Econômica (PRE - 1987) e Programa de Reestruturação Econômica e Social (PRES - 1989), que a acabou com estabilidade de milhares de moçambicanos, essencialmente da população de baixa renda, que perdeu a esperança de obter um emprego estável por meio do qual pudesse garantir educação e melhores condições de vida para

seus filhos. Este cenário foi acompanhado também por inflação, que corroeu os salários dos poucos trabalhadores que tinham permanecido nos serviços públicos, o que induziu a um arrocho salarial sem equivalentes em outros períodos da história laboral moçambicana pós-colonial, e provocou deterioração dos já precários e insuficientes serviços públicos.

A reestruturação econômica acima mencionada pode ser resumida na flexibilização da produção e do trabalho, o que permitiu despedimento maciço de mão de obra e precarização do emprego e das condições de vida da massa de trabalhadores pobres (Bauman, 1999). A partir desse período a forma de sobrevivência da maioria da população urbana ficou na dependência do fluxo contínuo de outras formas de renda alternativas.

Em virtude destas mudanças distanciaram-se, nos centros urbanos, as relações entre pais e filhos, porque ambos tinham que sair de casa a procura de condições matérias de existência. Desmantelaram-se também os mecanismos tradicionais de socialização juvenil e as redes tradicionais de sociabilidade local do modo que existiam até a década de 1980. Esta situação coincidiu com a proliferação das armas de fogo nos centros urbanos, que na década anterior a 90 havia assegurado a guerra civil entre a RENAMO e a FRELIMO. Essas armas começaram a circular no mercado urbano ilegal[261].

Entre os motivos da propagação das armas de fogo podemos mencionar primeiramente a incapacidade das forças de manutenção da paz da ONU (ONUMOZ) e da polícia (CIVIPOL) de identificar e recolher as armas que estava nas mãos dos antigos soldados e da população altamente militarizada, os chamados *milicianos*, para depois passar para a gestão do primeiro governo saído das primeiras eleições legislativa e presidencial de 1994. Em segundo lugar, devido à incapacidade das duas forças beligerantes de registrar a quantidade de armas que cada soldado possuía no campo de batalha. Muitos antigos soldados não entregaram as suas armas a ONUMOZ, devido à desconfiança constante entre RENAMO e a FRELIMO, de um retorno à guerra civil e também pela importância que a arma de fogo ganhava no mercado clandestino. Como resultado, as armas não recolhidas foram utilizadas por antigos combatentes como moeda de troca numa sociedade pós-guerra civil

[261] O mercado ilegal de armas é um exemplo típico de mercado criminoso, visualiza aquilo que deve permanecer invisível (Rivero, 2009).

caracterizada pelo cercamento e cerceamento das opções de escolha pessoal. Como diz Vicente (2004), o indivíduo nessa condição tem dificuldade de respeitar o outro, na medida em que a vida a que está submetido não o trata enquanto homem, sua resposta tende à rudeza da sua mera defesa da sobrevivência.

Como mostram nossos biografados, em virtude da restrição de oportunidades sociais, tais como escolarização, inserção no mercado de trabalho, renumeração digna, consumo de bens materiais e simbólicos, e a inserção na vida criminosa através da prática de pequenos delitos, eles foram levados à experiência do assalto à mão armada. Com a intensificação do fluxo de assaltos, criaram-se novas condições de acesso às armas de fogo, que passaram a ser fornecidas por policais corruptos, que além de as alugarem organizavam quadrilhas de assaltantes. Esta lógica de acesso a armas de fogo não substitui a outra; ambas passaram a coexistir até hoje no mercado ilegal. Sociologicamente, os jovens submetem às duas lógicas de acesso à arma de fogo no mercado clandestino das armas em Moçambique.

Finalmente, cabe dizer que a polícia moçambicana deve ser reformada para melhorar os seus serviços. Sem isso, a população, especialmente a parcela mais empobrecida, vai sofrer não só com crimes, mas também com a violência e a discriminação da polícia. É preciso reduzir drasticamente os patamares da corrupção policial e afirmar as regras de um policiamento que respeite os direitos civis. Não há que esperar uma vitória rápida contra a corrupção policial sem uma reforma policial.

Para falar como Paulo de Mesquita Neto, sem uma reforma, a polícia moçambicana continuará vulnerável à corrupção, à ação do crime e da insegurança pública, e inviabilizará a implementação de qualquer outra política pública de segurança, a questão de responsabilização de policias envolvida em ações ilegais (Mesquita Neto, 2011, p.377).

A reforma policial está na agenda política de diversos países da América Latina que realizaram transições para a democracia e de alguns países que passaram de experiência de guerra civis. “A reforma policial é um passo essencial para adequar as polícias às exigências do regime

democrático[262] e às necessidades de uma política de segurança pública capaz de prevenir e controlar o crime e a violência" (Mesquita Neto, 2011, p.371).

***Referências***


ABRAHMSSON, H.; NILSSON, A. **"The Washington consensus" e Moçambique:** a importância de questionar o modo de pensar ocidental sobre o processo de desenvolvimento do continente Africano. Maputo: CEEI 1995.

ADAM, Y. **Escapar aos Dentes do crocodilo e Cair na Boca do Leopardo**. Maputo: Promédia, 2005.

ADORNO, S. A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo. **Centro de Estudos Rurais e Urbanos**, São Paulo, nº3- Série II, p. 113-143, 1991a.

ADORNO, S. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. **Tempo Social**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 7-40, 1991b.

ADORNO, S. A experiência precoce da punição. In: Martins, J. (Org.). **O massacre dos inocentes**. Crianças sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991c, p. 181-208.

ADORNO, S. **Violência, controlo social e cidadania:** Dilema na administração da justiça criminal no Brasil. Revista crítica de ciências sociais. nº 41, p.101-127, 1994a.

ADORNO, S. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica. As mortes que se contam no
Tribunal do Júri. **Revista USP**, São Paulo, v. 21, p. 132-51, 1994b.

ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança:** violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. 1996. 282f. Tese. (Livre-Docência em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: PPGS/FFLCH-USP, 1996.

ADORNO, S.; BORDINI, E.; LIMA, R. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana em São Paulo. São Paulo em Perspectiva. **Revista da Fundação SEADE**. São Paulo, v. 13, n. 4, p. 62-74, 2000.


[262] Bayley *apud* Mesquita Neto (2011, p.372), afirma que a reforma policial é um processo de democratização da polícia, voltados para a constituição de polícias capazes de proteger e promover o regime democrático, organizadas de acordo com quatro normas: 1) *A policia deve dar prioridade operacional máxima à prestação de serviços para cidadão individuais e grupos da sociedade, não para governo e os governantes*; 2) *A polícia deve ser responsável perante a lei e não perante o governo*; 3) *A policia deve proteger os direitos humanos* [...]; 4) *A polícia deve ser transparente em suas atividades* (Grifo nosso).

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. Dossiê Sociologias. **Sociologias-Violências, América Latina**, Porto Alegre, Ano 4, nº8, Jul/Dez, p.84-135, 2002.

ADORNO, S.;PASINATO, W. Violência e impunidade penal: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. **DILEMAS**: Revista de Estudo de Conflitos e Controle Social-Vol3-nº7-jan/fev/Marc, p.51-84. 2010.

ALI, R. **Níveis e tendências da desigualdade econômica e do desenvolvimento humano em Moçambique (1996-2006)**. 2008. 25f. Monografia. (Licenciatura em Economia) – Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 2008.

ANDRADE, E. **Gestão municipal de políticas públicas dirigidas á juventude e possíveis aproximações com a promoção da saúde**. 2008. 182f. (Mestrado em Saúde pública) – Faculdade de Saúde pública da Universidade de São Paulo, 2008.

ANJO, G. **Pesquisa qualitativa em estudo sobre o terceiro sector**: uma analise dos artigos apresentados no Semead, IV. SEGet-SIMPOSIO DE EXCELENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2010. Disponível em http://www.aedb.br/seget/artigos07/1288. Acessado em 02 mai 2011.

AQUINO, J. **Príncipes e castelos de areia**: performance e liminaridade no universo dos grandes roubos. 2009. 230f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ARAÚJO, E. **O contributo da Igreja Católica de Moçambique para o fim do conflito Armado/Governo e a Renamo- 1979-1992**. 2000. 70f. Monografia. (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 2000.

ARAÚJO, M. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique**: transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1988. 475f. . Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa: UL, 1988.

ARAÚJO, M. Ruralidade – Urbanidade em Moçambique. Conceitos ou Preconceitos? **Revista da Faculdade de Letras-Geografia**. I série. Vol. XVII-XVIII. Porto, 2002.

ARAÚJO, M. Os espaços urbanos em Moçambique. **Geousp-Espaço Tempo**, São Paulo, nº 14, p.165-182, 2003.

ASKIN, S. Missão a RENAMO: a militarização da religião. In **Caderno de História**: Arquivo Histórico de Moçambique, p.53-77, 1990.

AUSTRAL CONSULTORIA E PROJETO. **National Survey on Governance and Corruption**. Maputo: Austral Consultoria e Projectos, Lda, 2005.

BAGNOL, B. Lovolo e espírito no sul de Moçambique. **Análise Social**, vol.XLIII (2º), 2008, p.251-272.

BAKER, B. **Policing and the rule of low in Mozambique**. Volume 13, Issue 2. Policing and Society: University of Wolverhampton, 2003, p. 146.

BARSLUND, M.;RAND,J.;TARP, F.; CHICONELA, J. **Understanding victimization:** the case of Mozambique. Discussion papers. National Directorate of Studies and Policy and Analysis. Maputo: Ministry of Planning and Development, 2005.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. São Paulo:Edições70, 2008.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com textos, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** As consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,
1999.

BECKER, H. **Outsiders**. [Tradução Maria L de Borges]. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, H. Falando da sociedade: ensaio sobre as diferentes maneiras de representar a sociedade. [Tradução Maria L de Borges]. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BERGER, N. **Corruption Risk Profile for Municipalities**: Catandica, Manica and Vilankulo. Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico, GTZ, e PNUD, Maputo, 2002.

BERGER, P.; LUCKMANN. T.**A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BIZA, A. **Associações de jovens, Estado e política em Moçambique** - Da herança a novos Desafios. Conference paper nº2, Maputo: IES, 2007.

BONN INTERNATIONAL CENTER FOR CONVERSION (BICC). **Transformação de armas em enxadas**: abordagem TAE para um desarmamento prático. Bonn: BICC, 2004.

BORGES COELHO, J, MACARINGUE, P. Da paz negativa à paz positiva: uma perspectiva histórica sobre o papel das forças armadas moçambicanas num contexto de segurança em transformação. **Estudos Moçambicanos***,* nº20, p.41-9, 2002.

BORGES COELHO, J. **Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta**: Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. Lusotopie , p.175-193, 2003.

BORGES, E. **Polícia em Moçambique:** padrões e experiências de formação de jovens policiais (1975-2011). 2012.139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: UNESP, 2012.

BOTTOMORE, T. "Problemas sociais". In: **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão:** seguindo de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRÁS. E. **Das relações sociais em duas capitais coloniais portuguesas**: Rio de Janeiro e Lourenço Marques. 2006.128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília: UnB, 2006.

BRITO, L. **Os condenados de Maputo**. Maputo: PNUD, 2002.

BRITO, L.; CHICHAVA, S.; POHLMANN, J. **Algumas considerações crítica sobre o relatório de auto-avaliação de Moçambique na área da "democracia e governação política**." Maputo: IESE, 2008.

BRITO, L. Moçambique: de uma economia de serviço a uma economia de renda. Boletim de informação sobre desenvolvimento, instituições e análise social (**IDeias**). Maputo: IESE, 11 maio,p.13, 2009.

CABAÇO, J. **Moçambique**: Identidade, Colonialismo e Libertação. 2007. 475f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CABRITA, J. **A morte de Samora Machel**. Maputo: Edições Nova África, 2005.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros:** Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CHARLOT, B. Relações com o saber e com escola entre estudantes de periferia. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, nº 97, p.47-63, maio 1996.

CAHEN, M. Etat de Pouvoir Populaire dans Le Mozambique Indépendant. In: **Politique Africaine**.n19, 1985.

CAHEN, M. Manifeste-programe de la RENAMO. **Politique Africane**. Paris/Karthala. p.106-107, 1988.

CANALMOZ. **Unidade da policial Sul Africana desdobrada em Moçambique**. Março de 2008. Disponível em: www.canalmoz.co.mz/componet/conent/article/3-artigos-2008. Acessado em 11 nov 2010.

CANALMOZ. **Fontes familiares de Chaúque falam das suas últimas peripécias**. Disponível em: www.canalmoz.co.mz/componet/conent/article/5-artigos-2010. Acessado em 11 nov 2010.

CANALMOZ. **Onda de criminalidade semeia terror na cidade de Nampula**. 1 de agosto 2011. Disponível em: http://www.canalmoz.co.mz/hoje/19985-onda-de-criminalidade-semeia-terror-na-cidade-de-nampula.html. Acessado em 30 abr 2012.

CARDIA, N. A violência urbana e os jovens. In: PINHEIRO, P *et al.* **São Paulo sem medo**: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

CASTEL-BRANCO, C. Problemas estruturais de industrialização: a indústria transformadora. In: CASTEL-BRANCO, Carlos (editor.). **Moçambique perspectivas económicas**. Faculty of Economics (UEM) and Friedrich Ebert Foundation (Maputo), 1994, p. 158-174.

CASTEL-BRANCO, C. Opções Econômicas de Moçambique 1975-95: Problemas, Lições e Idéias Alternativas. In: BRAZÃO Mazula (editor). **Moçambique Eleições, Democracia e Desenvolvimento**. Maputo: Elo gráfica, p. 581-636, 1995.

CASTEL-BRANCO, C. **Indústria e industrialização em Moçambique**: análise da situação atual e linhas estratégias de desenvolvimento. Maputo: Ambascita d' Italia, 2003.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTERLÉ. E. Prefácio. In: **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Moçambique. Paz e crescimento econômico: oportunidade para o desenvolvimento humano. Maputo: PNUD, 1998.

CASTELLS, M. **Fim de milênio. A era da informação:** Economia, sociedade e cultura. Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARNEIRO, E. **A formação e consideração do caráter extrovertido e rendeiro nas formações sócias da África Sub-Sahariana**. 2005.156f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Económico e Social em África: Análise e gestão) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho. Lisboa: ISCTE, 2005.

CHACHIUA, M.; MARK, M. An Anormalidades e aquiescência: o processo de paz Moçambicano revisitado. **African Security Revue** 7(4), 1998. Disponível em: http://www.issa.co.za/Pubs/ASR/7No4/Anomalies. Acessado 2 jun 2011.

CHACHIUA, M. **A evolução da Operação Rachel, 1996-1999**. ISS: Monografia nº39: Programa de Gestão de Armas, 1999a. Disponível em: http://www.iss.org.za/Pubs/Monographs. Acessado 24 out 2011.

CHACHIUA, M. **The status of arms flows in Mozambique**. Monograph nº34, 1999b. ISS. Disponível em: http://www.iss.org.za/Pubs/Monographs. Acessado 24 out 2011.

CHACHIUA, M. Internal security in Mozambique: concerns verus policies. Institute for Security Studies (ISS). **Security Review**, vol. 9, nº1, 2000. Disponível em: www.iss.co.za/PUBS/ASRNO1/%20Security. Acessado 11 out 2010.

CHACHIUA, M. **Records of weapons collection and destruction in Southern Africa: The Mozambican experience.** ISS. Disponível em: http://www.iss.org.za/Pubs. Acessado 24 out 2011.

CHAÚQUE, V. **Análise estratégica do crime-estudo de caso de roubo de viaturas na cidade de Maputo.** Monografia. 2011. 60f. (Licenciatura em Sociologia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 2011.

CHICHAVA, J. **A participação comunitária e desenvolvimento**: o caso dos grupos dinamizadores em Moçambique. Maputo INLD, 1999.

CHICHAVA, S. **Os chefes "tribais são fantoches"!** A Frelimo e o poder tradicional durante a luta anticolonial na Zambezia. Porto: Centro de Estudos Africanos/ Universidade de Porto, 2007.

CHICONELA, J. **Vitimização e crime**: análise em estudo. Documento para discussão, Maputo, 2005.

CHRISTIE, I. **Machel of Mozambique**. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1988.

CLAVERT, M. **Da densa floresta onde menino entrei homem saí**: rito iromb na formação do indíviduo wongo. 2009.107f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2009.

COLAÇO, J. Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista. In: FRY, Peter (Org.). **Moçambique ensaios**. Rio de Janeiro9, 2002, p.91-110.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE MOÇAMBIQUE. **A paz que o povo quer**. Maputo: CEM 1987.

COSTA, A. **A Pobreza, a guerra e a paz em Moçambique:** teorias, relações e percepções. Texto apresentado na conferência "Dinâmica da pobreza e padrões de acumulação econômica em Moçambique, Maputo de 22-23 de abril." Maputo: IESE, 2009.

COVANE, L. **As relações econômicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989.

COVANE, L. **O trabalho migratório e agricultura no sul de Moçambique (1920-1992).** Maputo: Promédia, 2001.

CRUZ E SILVA,T. **Moçambique**: um perfil. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/emacipa/gen. Acessado 5 jun 2011.

DA COSTA, A. Moda/indumentária em culturas juvenis: símbolos de comunicação e formação de identidades corporais provisória em jovens do ensino Médio. Pesquisa em educação física e mídia: contribuições do **Labomídia/ UFSC**, p.71-85, 2007.

DAMIÃO, E. **Esboço da história social e económica (1900-1994) e o impacto da guerra (1983-1992) no Distrito de Malema, Nampula**. 1996.76f. Monografia. (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 1996.

DARMON, M. **La socialisation**. Paris: Armand Colin, 2006.

DAVIS, R. South African Strategy Towards Mozambique in the Post-Nkomati Period: A Critical Analysis of Effects and Implications. Uppsala: The **Scandinavian Institute of African Studies**, Research Report Nº 73, 1985.

DE KETELE, J; ROEGIER, X. **Metodologia da recolha de dados**. Lisboa: Piaget, 1999.

DESHAIES, B. **Metodologia da investigação em ciências humanas**. Lisboa: Piaget, 1992.

DIAS, C. Legislação para controle de armas leves no Brasil: de Vargas a lula. In: FERNANDES, Rubem, *et al* (Coord.). **Brasil**: as armas e as vítimas. Rio de Janeiro: 7 Letras,p.37-63,2009.

DIAS, C. **Da Pulverização ao monopólio da violência:** expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, 2011.

DIÁRIO DE MOÇAMBIQUE. **Assaltos à mão armada inquietam Maputo.** Edição de 08 jun 2008, p.16.

D'INCAO, M. Modos de Ser e de Viver: a sociabilidade urbana. **Tempo Social**, São Paulo, V. 4, n. 1-2, p. 95-109, 1994.

DINERMAN, A. In Search of Mozambique: The Imaginings of Christian Geffray in La Cause des Armes au Mozambique: Anthropologie d'une Guerre Civile, **Journal of Southern African Studies.** 20 (4), p.569-586, 1994.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**: ensaio sobre as noções de poluição e tabu. Lisboa: Edições 70, 1991.

DUBAR, C. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 1997.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins, 1999.

DURKHEIM, É. **Sociologia**. RODRIGUES, José (Org.). Florestan Fernandes (Coord.). São Paulo: Ática, 2000.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2004

EGÍDIO, P. **Criminosos aterrorizam munícipes no Chókwè**. 28 julho de 2010. Disponível em: http://eagora-chauque.blogspot.com/2010/07/criminosos-aterrorizam-municipes-no.html. Acessado 28 out 2011.

ERGÖ, B. **Moçambique:** os Primeiros dez anos da construção da Democracia. Maputo: AHM, 1992.

ÉTICA MOÇAMBIQUE. **Estudo Sobre Corrupção.** Maputo: ÉTICA Moçambique, 2001.

EXPRESSO**. Moçambique**: seis polícias detidos por forçar sul africano a tirar o dinheiro de multibanco. (JornalOnline). Disponível em: http://aeiou.expresso.pt/mocambique-seis-policias-detidos-por-forcar-sul-africano-a-retirar-dinheiro-de-multibanco=f658217. Acessado 28 jun 2011.

FAEL, B.; MUNGUAMBE, J.;CRUZ, L.;MOSSE, M. **Legislação Anti-Corrupção em Moçambique**. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2009.

FAITE, O. **Grupos Dinamizadores e Autoridades Tradicionais:** o caso de Moatize. 2001. 63f. Monografia. (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 2001.

FAUSTO, C. **A dialética da predação e familiarização entre os Parakanã da Amazônia Oriental: por uma teoria da guerra ameríndia**. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – O Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1997.

FAUVET, P.; GOMES, A. The Mozambique National Resistance. **Supplement to AIM Information Bulletin 69** (March 1982).

FELICIANO, J. Antropologia económica dos Thonga do sul de Moçambique. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. 2008. 362f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas:UNICAMP, 2006.

FERNANDES, R. Brasil: as armas e as vítimas. In: FERNANDES, Rubem, *et al* (Coord.). **Brasil**: as armas e as vítimas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009,p.7-8.

FIRTH, R. Organização social e estrutura social. In: CARDOSO, Fernando.; IANNI, Octavio. **Homem e sociedade**: Leitura básica de sociologia geral. 11ª ed. São Paulo: Nacional, p.35-46, 1977.

FLICK, U., VON KARDORFF, E.; STEINKE, I. (Orgs.). Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. [O que é pesquisa qualitativa? Uma introdução**].** In: FLICK, U., VON KARDORFF, E.; STEINKE, I. (Orgs.). Qualitative Forschung: Ein Handbuch **[Pesquisa qualitativa: um manual]** (p. 13-29). Reinbek: Rowohlt.[Tradução de Alvaro Carneiro dos Santos], 2000.

FLORÊNCIO, F. Christian Geffray e a antropologia da guerra: ainda a propósito de la cause des armes au mozambique. **Etnográfica.** Vol. VI (2), 2002, pp. 347-364.

FOLIO, F. Les condominios à Maputo:enjeux sociétaux autour de l`implantation des ensembles résidentiels sécurisés dans la capital mozamnicaine. **Les annales de Géographie**, p.247-270, 2007.

FOLIO, F. La criminalité à Maputo, Mozambique:origine, distribution et répercussions spatiales. *Cybergeo: European Journal of Geography*. Espace, Société, Territoire, document 380, mis en ligne le 02 juillet 2007b.

FORACCHI, M. **A Juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1972.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOUCAULT, M. **Dits et Écrits 1954-1988**. Vol. III. Editado por Daniel Defert e François Ewald. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população.** (curso dado no College de France – 1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOX, L.; BARDASIardasi, E.; VAN DEN BROECK, K. **Poverty in Mozambique.** Unraveling Changes and Determinants. Poverty Background Paper to the Country Economic Memorandum .Washington, D.C: Banco Mundial, 2005.

FRAGA, P. **Vida bandida**: socialização e processos de subjetivação na construção de carreiras criminais. 2005.238f Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2005.

FRANCISCO, A. Reestruturação económica e desenvolvimento. In: BOAVENTURA, Santos & TRINDADE, João. (Org.). **Conflito e Transformação Social**: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique, Porto, Edições Afrontamento, 2003,pp.141-178.

FRANCISCO, A.; PAULO, M. **Impacto da economia informal na proteção social, pobreza e exclusão**: a dimensão oculta da informalidade em Moçambique. Maputo: Cruzeiro do Sul-Instituto de Investigação para o desenvolvimento José Negrão- Centro de Estudos Africano, 2006.

FRANSCISCO, A. **Bazarconomia da proteção social em Moçambique na primeira década de século XXI**: veneno do passado, remédio do presente, futuro enfeitiçado? Texto apresentado na Conferência do IESE "Dinâmica da pobreza e padrões de acumulação econômica de Moçambique 22-23 de Abril. Maputo: IESE, 2009.

FRANCISCO, A.; ALI, R.; IBRAIMO,Y. Proteção Social demográfica: ter filhos, principal forma de proteção social em Moçambique. **Boletim de Informação sobre Desenvlovimento, Instituição e Análise Social** (IDeias). IESE: Maputo, 05 de junho de 2010a.

FRANCISCO, A. Moçambique: proteção social no contexto de um Estado falido e não falhado. In: BRITO, L *et al* (Org.). **Proteção social**: abordagens desafios e experiências para Moçambique. Comunicações apresentadas na II conferência do Instituto de Estudos Sociais e Economicos. Maputo: Marimbique, p.39-98, 2010b.

FRY, Peter. Cultura da Diferença: Sequelas das Políticas Coloniais Portuguesas e Britânicas na África Austral. Rio de Janeiro. **Afro-Ásia**.29/30, p.271-316, 2003.

GARLAND, D. **A Cultura do Controle:** crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução, apresentação e notas de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GAUTHIER, J. A questão da metáfora, da referência e do sentido em pesquisa qualitativa: o aporte da sociopoética. **Revista Brasileira de Educação**. nº 25. Campinas: ANPED, p.127-142, 2004.

GEFFRAY, C. **A causa das armas:** antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Afrontamento: Porto,1991.

GENTILI, A. **O leão e o caçador**. Uma história da África sub-sahariana dos séculos XIX e XX. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1999.

GIROD, R. **Les inegalités sociales**. Paris: PUF, 1984.

GLUCKMAN, Max. Gossip and scandal. **Current Anhropology**, 4(3): 307-316, 1963.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOMES, F.; ARAÚJO, R. Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: uma visão holística do objeto em estudo. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 8, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2005.

GONÇALVES, A. **A concepção de educação politécnica em Moçambique** (contradições de um discurso socialista 1983-1992). 2005.241f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

GONÇALVES, A. **O direito à educação básica e a omissão do Estado Moçambicano**. 2008. Disponível em: http://port.pravda.ru/cplp/mocambique/27-11-2008/25435-direitoeducestmoz-1/. Acessado 11 out 2010.

GRANJO, P. Apresentação. **Análise Social Vol. XLIII**, 187, p.215-219, 2008a.

GRANJO, P. **Poder, morte e linchamento**. 2008b. Disponível em: http://antropocoiso.blogspot.com. Acessado 20 junho 2010.

GRANJO, P. O Linchamento como Reivindicação e Afirmação de Poder em Moçambique. **Revista Angolana de Sociologia**. 3, p. 31-44, 2009.

GUENTES, M. Informe anual do procurador geral da República – 'tubarões' continuam intocáveis, **Opais** (online), Quarta-feira, 27 de abril 2011. Disponível em: http://www.canalmoz.co.mz/hoje/19300-tubaroes-continuam-intocaveis-.html.Acessado 15 jun 2011.

GULLO, Á. Violência urbana: um problema social. **Tempo Social** Rev. Social. USP, São Paulo, 10 (1), p.105-119, maio de 1998.

GURVITCH, Georges. **Determinismo social e liberdade humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1955.

HAGUETTE, T. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HANLON, J. **Mozambique the revolution under fire**. London: Zedbooks, 1990.

HANLON, J. **Paz sem benefícios:** como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1997.

HANLON, J. Basta dar dinheiro aos pobres. In: BRITO *et al* (Orgs.). **Proteção social:** abordagens, desafios e experiências para Moçambique. Maputo: Marimbique, p.177-190, 2009.

HERNÁNDEZ, H. **"Ma(d)jermanes**: passado colonial e presente diasporizado. Reconstrução etnográfica de um dos últimos vestígios do socialismo colonial europeu". 2011. 282f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas:UNICAMP, 2011.

HONWANA, A. **Espíritos Vivos:** Tradições Modernas Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique. Lisboa: Ela Por Ela, 1996.

IANNI. O. Raizes da Violência. In: T. CAMACHO. (org). **Ensaios sobre violência**. Vitória, ES: Edufes, 2003, p.19-38.

INÁCIO, N. **O recrudescimento do índice de criminalidade em Moçambique: a criminalidade em Moçaambique.** 27 de agosto de 2007. Disponível em: http://noainacio.blogspot.com.br/2007/08/o-recludescimento-do-indice-de.html .Acessado 20 nov 2010.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO INTER-REGIONAL DE CRIME E JUSTIÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNICRI). **Plano estratégico para a polícia da república de Moçambique**: Resultados dos inquéritos sobre Vitimização e desempenho da polícia. Turim: UNICRI, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Censo Agro-Pecuário 1999-2000**:
Resultados Definitivos. Maputo: INE, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Relatório Final do Inquérito aos agregados familiares sobre orçamento familiar- IAF**, 2002/3. Maputo: INE, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Inquérito integrado à força de trabalho (IFTRAB 2004/05). Relatório final. INE: Maputo, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Apresentação dos resultados definitivos do Censo 2007**. Maputo: INE, 2008 a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Mulheres e homens em Moçambique**: indicadores selecionados de gêneros. Maputo: INE, 2008b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Cidade de Lichinga – 2008**. Maputo: I NE, 2010a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Inquérito sobre orçamento familiar 2008/09. Quadro básico**. Maputo: I NE, 2010b.

JANESICK, V. **Stretching exercises for qualitative researchers**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

JARDIM, M. **Cozinhar, adorar e fazer negócio:** um estudo da família indiana (hindu) em Moçambique. 2006. 342f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas:UNICAMP, 2006.

JESSEN, A. **O papel das Igrejas Protestantes no Processo de Paz em Moçambique, 1980-1992**. 1997. 43f. Monografia. (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 1997.

JOSÉ, A. Neoliberalismo e crise do trabalho em Moçambique: o caso de caju. **Revista Eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES/FEU/FLUC**, nº1, 2006.

JOSÉ, A. **Narrativas de resistência contra "promessa sem destino":** crise da indústria do caju e lutas do quotidiano em Angoche. 2009. 240f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Colonialismo e cidadania global da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra: FEUC.

KANDEL, L. Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente a não-diretiva, e sobre as pesquisas de opinião. In: THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1981. p.169-189. (Coleção Teoria e História, 6.).

KERLINGER, F. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais:** um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980.

KULA. **Criminalidade e Vitimização**: Cidades de Maputo, Beira e Nampula. Maputo: KULA, 2009.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais [Tradução de Didier Martin e Patrícia Reuillard]. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAHIRE, B. **A cultura dos indiviíduos**. [ Tradução de Fátima Murad]. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LANGA, F. **Atlas do perfil habitacional de Moçambique (1997-2007):** uma abordagem do SIG. 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em Estatística Gestção de Informação). – Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Univesidade Nova de Lisboa, 2010.

LEÃO, A. **Hide and seek**: tendo em conta as armas de pequeno porte na África Austral. ISS, 2004 a. Disponível em:

http://www.issafrica.org/of/profiles/Mozambique/research.htm. Acesado 2 jun 2011.

LEÃO, A. **Iniciativas de desarmamento em Moçambique**. ISS, 2004b, p.15. Disponível em:http://www.issa.co.za/Pubs/Monographs/Chap1.pdf. Acessado 21 jul 2011.

LEI nº 5/79, de 26 de Maio (Polícia da República Popular de Moçambique).

LEI nº 19/92, de 31 de Dezembro (Polícia da República de Moçambique).

LEVI, G. Usos da Biografia. 1989. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LIGA DOS DIREITOS HUMANOS DE MOÇAMBIQUE (LDH). **A corrupção no sistema de justiça em Moçambique,** 2000. Disponível em: http://www.dhnet.org.br. Acessado 14 out 2011.

LIMA, R. **Contando crimes e criminosos em São Paulo:** uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000. 2005.205f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2005.

LIMA, R. Contar crimes e criminoso no Brasil. In: LIMA, R. **Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil.** São Paulo: Alameda, p.91-118, 2011.

LUCAS, A. **Mão de obra moçambicana emigrante na ex. República Democrática Alema, 1979-1990**. 2002. 54f. Monografia. (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 2002.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária,1986.

LUÍS, A. **Secretário do bairro Jorge Dimitov propõe institucionalização de guia de marcha?** CanalMOZ (jornal online do canal de Moçambique), Terça feira, 02 nov 2010. Disponível em: wwwcanalmoz.co.mz/content/article/5-artigos-2010/18517. Acessado em 2 jun 2011.

LUSA. **Onda de criminalidade em Moçambique prossegue com assaltos mais a um banco, companhia aérea e lojas de telemóveis**. 17 de agost 2007. Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/?article=139495&layout=121&visual=49&tm=7&. Acessado 30 abr 2012.

MACAGNO, L. Fragmentos de Uma Imaginação Nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 24 nº70. 2009, p.17-35.

MACAMO, E. O cardial do diabo – viva a pobreza. **Notícia**, 16.03.2006.

MACHAIEIE, E. **Mulher no sector informal, esforço e criatividade na luta pela sobrevivência**: o caso do mercado Bazuka, cidade de Maputo, 1987-1996. 1997.69f. Monografia (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: UEM, 1997.

MACHEL, S. O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular. **Relatório do Comitê Central ao 3º Congresso**. Maputo: Departamento Ideológico da FRELIMO, 1977.

MALOA, J, *et al*. **Bairros, Intervenção Policial e Desigualdade Social**. Relatório preliminar de pesquisa. Lichinga: CPS, 2009. (mimeo).

MALOA, M. **A liturgia e cultura do povo africano**. Lichinga: Lichinga, 1983,

MANZINI, E. A entrevista na pesquisa social. **DIDATICA**, São Paulo, v.26/27, p.149-158, 1991.

MANNHEIM, K. O Problema da juventude nas sociedades modernas.In: Brito, S (Org.). **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARGULIS, S. Juventude: uma aproximación conceptual. In: BURAK, S. (Org.). **Adolescencia y juventud en América Latina**. Cartago, Costa Rica: Libro Universidad Regiopnal, 2001, p.41-56.

MARKONI, M.;LAKATOS, E. **Técnica de pesquisa**. 2 ª edição, São Paulo:Atlas, 1990.

MARTINHO, M. **População e Usos dos recursos Naturais na Cidade de Lichinga.** Monografia. 1997. 82f. (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 1997.

MATOS JUNIOR, C. **Caminhos da Investigação**: interfaces metodológicas nos estudos sobre criminalidade e violência. III Simpósio de Pós-Graduandos em Sociologia da Universidade de São Paulo, realizado entre os dias 25 e 27 de Agosto de 2010 na cidade de São Paulo, uma versão preliminar do texto, 2011, p.1-15 (mimeo).

MATOS JUNIOR, C. **Violência, Cidadania e Medo:** experiências urbanas em Fortaleza. 2008.136f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Fortaleza: UFC, 2008.

MBANZE, F. Investigação da alta criminalidade em Moçambique. **Mediafax**, 06.07.2007.

MBILANA, G. **O posicionamento dos chefes tradicionais e o comportamento da sua autoridade perante o poder político central no distrito de Marracuene**. 1997. 79f. Monografia. (Licenciatura em História) –

Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 1997.

MECANISMO AFRICANO DE REVISÃO DE PARES (MARP). **Relatório de auto-avaliação do país**: avaliar o país para melhorar a vida de todos. Tomo II. Maputo: MARP, 2009.

MESQUITA NETO, P. **Ensaios sobre segurança cidadã.** São Paulo: Quartier Latin; Fapesp, 2011.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THIOLLENT, M. **Critica metodológica, investigação social e enquete operariam.** 5ª edição, São Paulo: Polis, 1987.

MILHAZES, J. **Samora  Machel antetado ou acidente?**. Lisboa: Alêtheia, 2010.

MILLS, C. **A Imaginação Sociológica**. 4.ª ed. [Tradução de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec,1993.

MINAYO, M. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE). **Folhas Informativas dos 33 Municípios.** Maputo: MAE, 1998.

MINISTÉRIO DO PLANO E FINAÇAS (MPF) E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MINED). **A despesa pública com educação em Moçambique:** Uma síntese. Maputo:MPF/MINED, 2003.

MINTER,W. **The Mozambican national resistance (RENAMO) as described by ex-participants**. Washington DC: Ford Foundation e Swedish Internation Development Agency, 1989.

MIRA, F. O processo de transição econômica e responsabilidade políticas em Moçambique. **LATITUDE**, º25, décember, 2005.

MISSE, M. **Malandros, Marginais e Vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** 1999. 413f. Tese (Doutoramento em Sociologia) Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1999.

MISSE, M. As ligações perigosas: mercado informal, ilegal, narcotráfico e violência no Rio. In:MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. p.179-210.

MISSE, M. Sem controlar corrupção de policiais, ações continuarão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. C6 - C6, 29 nov. 2010.

MOSCA, J. **Los Efectos de los Programas de Ajuste Estructural: el caso de la economía y de la sociedad rural de Mozambique**. Tese de Doutoramento. Espanha, Universidade de Córdoba, 1993.

MOSSE, E. **A corrupção no setor da justiça em Moçambique.** Documento para discussão nº3. Maputo: CIP, 2006a.

MOSSE, M.; CORTEZ, E. **A pequena corrupção no sector da educação em Moçambique**. Maputo: CIP/CIEDIMAC, 2006 b.

MOSSE, M. **A pequena corrupção no sector da justiça em Moçambique**. Maputo: CIP/CIEDIMAC, 2006c.

MOSSE, M. **Breve análise da estratégia anticorrupção do governo**: do dilema salarial, dos códigos de conduta e da urgência de planos de ação setoriais. Maputo: CIP, 2006d.

MOSSE, E. **Polícia sem preparação, mal equipada e corrupta**: um retrato da atuação policial na recente revolta popular em Maputo e Matola. Maputo: CIP, 2010.

MOURA, T. **Rosto Invisível da violência armada**: um estudo sobre o Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

MOURAO, F. **O espaço urbano no contexto colonial**: o caso de Luanda. África (USP), v. 24-226, p. 10-446, 2005.

MOZOLINE. **Moçambique:** cerca de 80% de jovens moçambicanos consomem drogas, 2007. Disponível em: www.mozonline.po.gs/modules/news/index.php?storytopic. Acessado 22 out 2010.

MUANAMONHA, Ramos. **Tendências históricas da distribuição espacial da população em Moçambique**. 1995.105f. Dissertação. (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais: UFMG, 1995.

MUANAMOHA, R. "Dinâmica do crescimento populacional no período pós-independência em Maputo." In: **Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo**.Estudos de Desenvolvimento nº 7. Lisboa: Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, 2002.

MUIANGA, B. **Risco e saúde no contexto do HIV/SIDA:** o caso da prostituição na baixa da cidade de Maputo. 2009. 104f. Dissertação. (Mestrado em estudos Africanos-Desenvlovimento social: económico em África: Análise e gestão) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa: ISCTE, 2009.

MUNDAU. **Revista Tempo**, nº15. 7.1983

MUNGOI, D. **Identidades viajeiras, famílias e transcionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as minas da terra do Rand, África do Sul**. 2010. 241f.Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

MUNSLOW, B. **Mozambique: the revolution and its Origins**. London: Longman, 1983.

MUSA, A. Éducation non formelle dans Le contexte éducatif et sócio-économique dela République Democratique du Congo. Kinshasa : Unikin, 2005.

MUSSALAMA, A. Polícia prende cidadão e exige cinco mil meticais para soltura. **Revista Democracia e Direitos Humanos.** Maputo: Edição nº 101, fevereiro 2007, p.8.

MUTHISSE, J. Cidadania. **O país** (online). 29 out 2011. Disponível: http://www.opais.co.mz/index.php/opiniao/149-julio muthisse/17453cidadania.html. Acessado 30 out 2011.

NEVES, J. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**, v. 1., n. 3., 1996.

NGOENHA, S. **Machel icone da 1ª Republica?**. Maputo :Ndira, 2009.

NHACUANGUE, J. **Informação e Segurança Pública:modelo de banco de dados para a gestão de informações em Moçambique.**2011.153f. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Marília.

NOA, I. **O recrudescimento do indice de criminalidade em Moçambique**: a criminalidade em Moçambique , 2007. Disponível em :http://noainacio.blogspot.com.br/2007_08_01_archive.html. Acessodo14 out 2011.

NOTICIAS. **Condenado à morte seis bandidos. Pena de cadeia e chicotada para 11 réu**. Edição de14 de abril 1983.

O'LAUGLIN, B. A base social da guerra em Moçambique – análise de á causa das armas em Moçambique – antropologia de uma guerra civil de C. Geffray. In: **Estudos Moçambicano**. CEA, nº10. Maputo: CEA/UEM, p.107-142, 1989.

OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA (OSISA). Justiça criminal. In OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA. **Moçambique**: o setor da justiça e o Estado de direito. Johanesburgo: Open Society Foudation, 2006.

OPEN SOCIETY INITIATIVE FOR SOUTHERN AFRICA (OSISA). Iniciativa de prevenção do crime e da violência em Moçambique. Johanesburgo: Open Society Foudation, 2011.

OPPENHEIMER, J. Pobreza no contexto do ajustamento estrutural. A situação urbana de Moçambique, in: J. Oppenheimer *et al.* Urbanização acelerada em Luanda e Maputo. Impacto da guerra e das transformações sócio-económicas (décadas de '80 e '90), textos preliminares, CESA, **Estudos de Desenvolvimento,** nº 6, Lisboa, 2001, p.123-131.

OPPENHEIMER, J. Magermans: os trabalahadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã. **Lusotopie**, 2004.

ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE MOÇAMBICANA (OJM). **Estatutos da OJM**. V conferência nacional. Matola:FRELIMO, 2005.

OSÓRIO, C.;SILVA, T *et al*. **Buscando sentidos**: gênero e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário em Moçambique. Maputo WLSA, 2008, P.39.

OSSEMANE, H. Xiconhoca o inimigo e o processo de criação do homem novo 1976-1986: relendo o "xiconhoca". 62f. (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 2003.

PAIS, J. **Culturas juvenis**. Lisboa: Impresa Nacional Casa da Moeda.

PAIVA, J. **Economia e Política:** Moçambique e as Instituições de Bretton Woods. Lisboa: Verga, 2000.

PAIVA, J. **A dimensão internacional da transição pós-autoritária de Moçambique**: as proposições de Laurence Whitehead. Working papers. Linha de Investigação Europa, Segurança e Migração. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2010.

PASSADOR, L. **Guerrear, casar, pacificar, curar: o universo da "tradição" e experiências com o HIV/AIDS no destrito de Homoíne, Sul de Moçambique.** Tese. 2011. 269f. (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: UNICAMP, 2011.

PAULINO, A. Criminalidade Global e Insegurança local – O caso de Moçambique. COLOQUIO INTERNACIONAL DIREITO E JUSTIÇA NO SÉCULOC XXI. 29 a 31 de Maio. Coimbra. **Anais**....Coimbra. Centro de Estudos Sociais, 2003.

PAULO, M.; ROSÁRIO, C.; TVEDTEN, I. **"Xiculungo" relações sociais da pobreza urbana em Maputo, Moçambique**. Discussion Papers. Maputo: Ministério da Planificação e Desenvolvimento – Direção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, 2008.

PERALVA, A. **Violência e democracia:** o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PITCHER, A. **Transforming Mozambique:** The politics privatization, 1975-2000. Cambridge: University Press, 2002.

PEREIRA, F. **A particularidade da dinâmica do conflito armado no distrito de Alto- Molócuè (1982-1992):** violência armada e guerra mágica**.** 1999. 121f. Monografia. (Licenciatura em História) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 1999.

PEDRAZZINI, Y. **Violência das cidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PHEBO, L. Imapacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. In: FERNANDES, Rubem, *et al* (Coord.). **Brasil**: as armas e as vítimas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009,p.9-36.

PLANO ESTRATÉGICO DA POLÍCIA DE MOÇAMBIQUE (2003-2012). Maputo: Ministério do Interior, 2003.

POLLAK, M. Memória, esquecimento,silêncio. **Estudos Históricos**. Volume 2,número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, p. 3-15.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Linchamento:** presidente Guebuza exige mais ações da administração da justiça. Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/governacao/marco%/101009/nots_go_077_mar_09/. Acessado 11out 2011.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Sargento da polícia detido por alugar arma e fardamento a criminoso**. Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_sociedad_cultu/marco-de-2011/detidos-cinco-assaltantes-de-bancos-na-matola/. Acessado 14 out 2011.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Ministra da justiça cria escola de guardas prisionais**. Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/governacao/maio-2011/ministerio-da-justica-cria-escola-de-guardas-prisionais/. Acessado 14 out 2011.

PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Tolerância zero contra polícias envolvidos em atos de extorsão**. Disponível em http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/governacao/agosto-2011/tolerancia-zero-contra-policias-envolvidos-em-actos-de-extorsao/. Acessado 14 out 2011.

POURTIER, R. **Villes africaines, la Documentation photographique**. Paris: Hachette, 2000.

QUEMBO, C. **Le pouvoir du pouvoir**: l'Operação produção (1983) et la construction des « improductifs » urbains au Mozambique. Mémoire pour le Master - Sciences Politiques. Université Bordeaux, 2010.

QUEIROZ, M. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: A.T.Queiroz, 1991.

RADIO TSF e NOTÍCIAS LUSÓFONAS. Edição de 08 de março de 2002.

RAMALHO, J. **O mundo do crime (ordem pelo avesso).** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

RIVERO, P. O mercado ilegal de armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro: preços e simbologia das armas de fogo no crime. In: FERNANDES, R, *et al* (Coord.). **Brasil**: as armas e as vítimas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009,p.197-267.

REVISTA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS. **Aparato de guerra para uma vingança a frio**: alegado número dois de Agostinho chaúque fora de ação. Maputo: LDH,p.1-33.

REVISTA PUBLICO MAGAZINE, nº 277. Edição de Março de 1995.

REVISTA TEMPO, nº730, edição de 07 de Outubro de 1984, Maputo: Tempográfia.

REVISTA ELETRÔNICA DE JORNALISMO CIENTÍFICO. **Entrevista com Omar Ribeiro Thomas.** Disponível em: www.casadasafricas.org.br/site/index.php?id. Acessodo em 21 jun 2010 a.

ROCHER, G. **Sociologia Geral – A acção social.** Lisboa:Presença, 1989.

SANTOS, B. O estado, o direito e a questão urbana. In: FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). **Conflito de direito de propriedade. Invasões urbanas**. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p.1-74.

SANTOS, M. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo:Annablume, 2003.

SARDC. **Cobrindo os processos de governação:** manual jornalístico. Maputo: Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral-Mo,cambique, 2006.

SAÚTE, C. Justiça pelas próprias mãos é crime fatal: adverte José Mandra, vice-ministro do interior. **CanalMOZ** (jornalonline), 06 jun 2011. Disponível em: http://www.canalmoz.co.mz/hoje/19564-justiça-pelas-proprias-maos-crime-fatal.html. Acessado 11 out 2011.

SAÚTE, C. Dez armas de fogo recuperadas das mãos dos malfeitores. **CanalMOZ** (jornalonline), 11 abril 2012. Disponível em: http://www.canalmoz.co.mz/1o-pagina/323-edicao-de-11-de-abril-de-

2012/22292-dez-armas-de-fogo-recuperadas-das-maos-de-malfeitores.html. Acessado 11 mai 2012.

SAÚTE, N. **Os narradores da sobrevivência**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

SAÚTE. N. **Crônica de uma integração imperfeita**: caso da privatização da gestão dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique. 2010. 194f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

SAVANA. Edição de 19.11.2004.

SAVANA. **Cháuque leva segredos para o túmulo**. Edição de 28-05-2010.

SCHORN, A. The "Theme-centered Interview": A Methodto decode manifest and latent aspects of subjective realities. **Forum**: Qualitative Social Research, 1(2), 2000. Disponível em: http://www.qualitative-research.net/fqstexte/2-00/2-00schorn-e.htm. Acessado em 12 jun 2011.

SCHAFER, J. **Soldiers at peace:** veterans of the civil war in Mozambique. Palgrave: Macmillan, 2007.

SENGULANE, A. **Instituição prisional-influência das práticas quotidianas na reabilitação dos reclusos:** o caso da cadeia central do Maputo. 2003. 62f. Monografia. (Licenciatura em Sociologia) – Unidade de formação e Investigação em Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo: UFICS/UEM, 2003.

SERRA, C. **Novos Combatentes pela Mentalidade Sociológica**. Maputo:Imprensa Universitária-UEM,1997.

SERRA, C. **Em cima de uma lâmina**: um estudo sobre precaridade social em três cidades de Moçambique. Maputo: Imprensa Universitária, 2003.

SERRA, C. Linchamentos, amarradores de chuvas e cólera social: fusíveis sociais que saltam em Moçambique. In: BARREIRA, César. (Org.). **Violência e conflitos sociais:** trajetórias de pesquisa. Campinas, São Paulo: Pontes, 2010, p.51-67.

SHABANGU, T. **A comparative inquery the nature of violence and crime in Mozambique and South Africa**. Pretoria and Cape Town: An Africa Democracy Institute (Idosa), 2011.

SIC NOTÍCIAS. **Moçambique**: cinco policias detidos no chimoio por alugar armas e uniformes e praticava assaltos. Disponível em: http://publication.prod.wcm.impresa.pt. Acessado 14 out 2011.

SILIYA, C. J. **Ensaio sobre a cultura em Moçambique**. Maputo: Publicita, 1996.

SILVA, L. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SILVA, L. Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: uma tomada de posição. In: BARREIRA, César. (Org.). **Violência e conflitos sociais:** trajetórias de pesquisa. Campinas, São Paulo: Pontes, 2010, p.89-121.

SOARES, L. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R. V. P. (Orgs.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SOARES, L. **Pensando alto sobre violência, crime e castigo**: justiça. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SOIRI, L. **Moçambique**: aprender a caminhar com uma bengala emprestada? Ligações entre descentralização e alívio à pobreza. Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS, Institute of DevelopmentStudies),1999.Disponívelem:http://domino.ecdpm.org/Web_ECDPM/Web/Content/Download.nsf/0/527E6F32B78CC3BEC1256CAA0052727A/$FILE/99-01. Acessado 26 agust 2011

SPAGNOL, A. **Garotos perdidos**: um estudo sobre os jovens delinquentes na cidade de São Paulo. 238f. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo 2003.

STIGLITZ, J. **A Globalização e seus malefícios:** a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002.

SUBUHANA, C. Minha história/trajetória de vida inserida na problemática da construção da cidadania e da nação moçambicana. São Paulo: **Casa das Áfricas** - Associação Bem Comum (SP), 2006, p.1-19.

SUBUHANA, C. **A Circuncisão Como Rito de Passagem na Problemática da Cultura Moçambicana**: Os casos da cultura Yao e da Igreja Católica (inculturação) 2001.131f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001, p.38.

SUGAHARA, G.;FRANCISCO, A. Envelhecimento populacional em Moçambique: Ameaça ou oportunidade. **Boletim de Informação sobre Desenvlovimento, Instituição e Análise Social** (IDeias). IESE: Maputo,05 de junho de 2011,p.37.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de jeneiro: Civilização Brasileira, 2005.

TAJÚ, G. Renamo: os fatos que conhecemos. In: **Caderno de História**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane,1988, p.5-44.

TAVARES DOS SANTOS, J. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia". **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 01, 2004, p. 3-12.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 61, 2007, p. 173-192.

TEXEIRA, A. **Construir a deliquência, articular a criminalidade:** um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo.2012. 352f. Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo:USP,2012.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias:** academia, da ciência e da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2005.

THIOLLENT, M. **Critica metodológica, investigação social e enquete operaria.** 5ª edição, São Paulo: Polis, 1987.

TELLES, V.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 61, 2007, p. 173-192.

THOMAZ, O. "Raça", nação e status: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. **Revista USP**. V, 68, 2006, p. 252-268.

THOMAZ, O. **"Escravos sem dono:"** experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. Revista de Antropologia. São Paulo: USP. V51, n1, 2008, p.177-214.

THOMAZ, O. De desenvolvimento a desenvolvimento: entre as batatas e a getropha, 25 anos em Inhassune (Moçambique). IV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA"CLASSIFICAR O MUNDO." 9 a 11 de Setembro de 2009. Lisboa. **Resumo**... Lisboa. ICS/ISCTE, 2009. Disponível em: http://www.apantropologia.net. Acessado 21 jun 2010.

TOMANE, A. **Violência urbana:** o caso da cidade de Maputo, bairro de polana-caniço. 2004.58f. Monografia. (Licenciatura em Sociologia) – Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo: UEM, 2004.

UNHABITAT. **Perfil do sector urbano em Moçambique**. Nairóbi: UNHABITAT, 2007.

UNIDADE TÉCNICA DE REFORMA DO SETOR PÚBLICA (UTRESP). **Pesquisa Nacional sobre Governação e Corrupção**. Maputo: UTRESP, 2005.

USAID. **Avaliação da corrupção**: Moçambique. Washington, Dc: Management Systems International, 2005.

VERDADE. **A polícia abate Agostinho Chaúque**. Edição de 24-05-2010.

VERDADE. **Moçambique- corrupção, criminalidade e desemprego continuam a ameaçar uma história de sucesso**. Edição de 28-07-2010.

VERDADE. **Assaltante armados ferem três pessoas em Lichinga**. 24 de janeiro de 2012.Disponível: http://www.verdade.co.mz/nacional/24542-assaltantes-armados-ferem-tres-pessoas-em-lichinga. Acessado 9 abr 2012.

VICENTE, C. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo: In: Kaloustian, S. (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasileiro: UNICEF, 2004.

VICTORA, C.; KNAUTH, D.; HASSEN, M . **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo, 2000. p. 62-63.

VIERA, S. El Futuro Socialista de Moçambique. In: **Revista Internacional**.11/83.303, 1983.

VIEIRA, S. Discurso sobre o " homem novo". II reunião do Ministério de Educação e Cultura. **Doc. Inf**. nº9 série ACEDIMO, 1979, p.4-10.

VINES, A. **Renamo:** Terrorism in Mozambique. New York: University ofyork,1991.

VITORINO, C. **Momento de autêntica "guerra" regressa a Maputo, polícia mata dois dos supostos assassino de agentes da PIC**. 26 fevereiro de 2010. Disponível em: http://eagora-chauque.blogspot.com/2010/02/momentos-de-autentica-guerra-regressam.html. Acessado 28 out 2011.

VITORINO, C**. No bairro de Benfica em Maputo, polícia apreende armas, munições e uma viatura numa residência**. 8 junho de 2010. Disponível em:http://eagora-chauque.blogspot.com/2010/06/no-bairro-de-benfica-em-maputo-policia.html. Acessado 28 out 2011

**VOA VOZ DA AMÉRICA**, em português (JornalOnline), 09 de mar 2011. Disponível em: http://www.voanews.com/portuguese/news/03_09_2011_mozambique_courts-117666304.html 11 mar 2011. Acessado 5 mar 2012.

**VOA VOZ DA AMÉRICA**, em português (JornalOnline). Moçambique: vaga de criminalidade assola Nampula, 11 de fev 2011. Disponível em: http://www.voanews.com/portuguese/news/02_11_11_Nampula_armed-115927339.html. Acessado 5 mar 2012.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WALLERSTEIN, I. Mudança social? “mudança é eterna. Nada muda, nunca”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº44, 1995.

WEST, H. “Governem-se vocês mesmos?” democracia e carnificina no Norte de Moçambique. **Análise Social**, vol XLIII (2º), 2008, p. 347-368.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Revista Tempo Social**. São Paulo: 9(1), 1997, p.5-41.

ZALUAR, A. A violência e Crime. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1999, p.13-107.
ZALUAR, A. Democratização inacabada**:** fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**; São. Paulo: IEA, vol. 21, no. 61, 2007, p. 31-49.

ZAMPARONI, V. "Entre narros" & "mulungos": colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, Moçambique, c. 1890 - c.1940. 1998. 553f. Tese (Doutorado em Historia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo:USP,2012.

ZAGO,N.;CARVALHO, M.;VILELA,R. (orgs). **Itinerários de Pesquisa:perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro:D P&A,2003.

ZAWANGONI, S. **A FRELIMO e a formação do Homem Novo (1964-1974 e 1975-1982**). Maputo: CIEDIMA, 2007.

Conhecimento ao
ao visado
h. 26.05.09

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SERVIÇO NACIONAL DAS PRISÕES
SECRETÁRIA GERAL

ciente.
h. 01/02/2010

Exmo Senhor
Director da Cadeia Provincial do Niassa

N/Refª 00352 /SNAPRI/ 1/K-27 V/Refª nºA01-162/CPN

Assunto: Transcrição do Despacho

Tenho a honra de transcrever a V.Excia, o despacho de 14.05.09, do Exmo Senhor Director Geral exarado no oficio nºA01-162/CPN/2009 cujo o teor é o seguinte:

**"AUTORIZO**
**M.14.05.09**
**Ass)dr.João Zeferino Zandamela"**

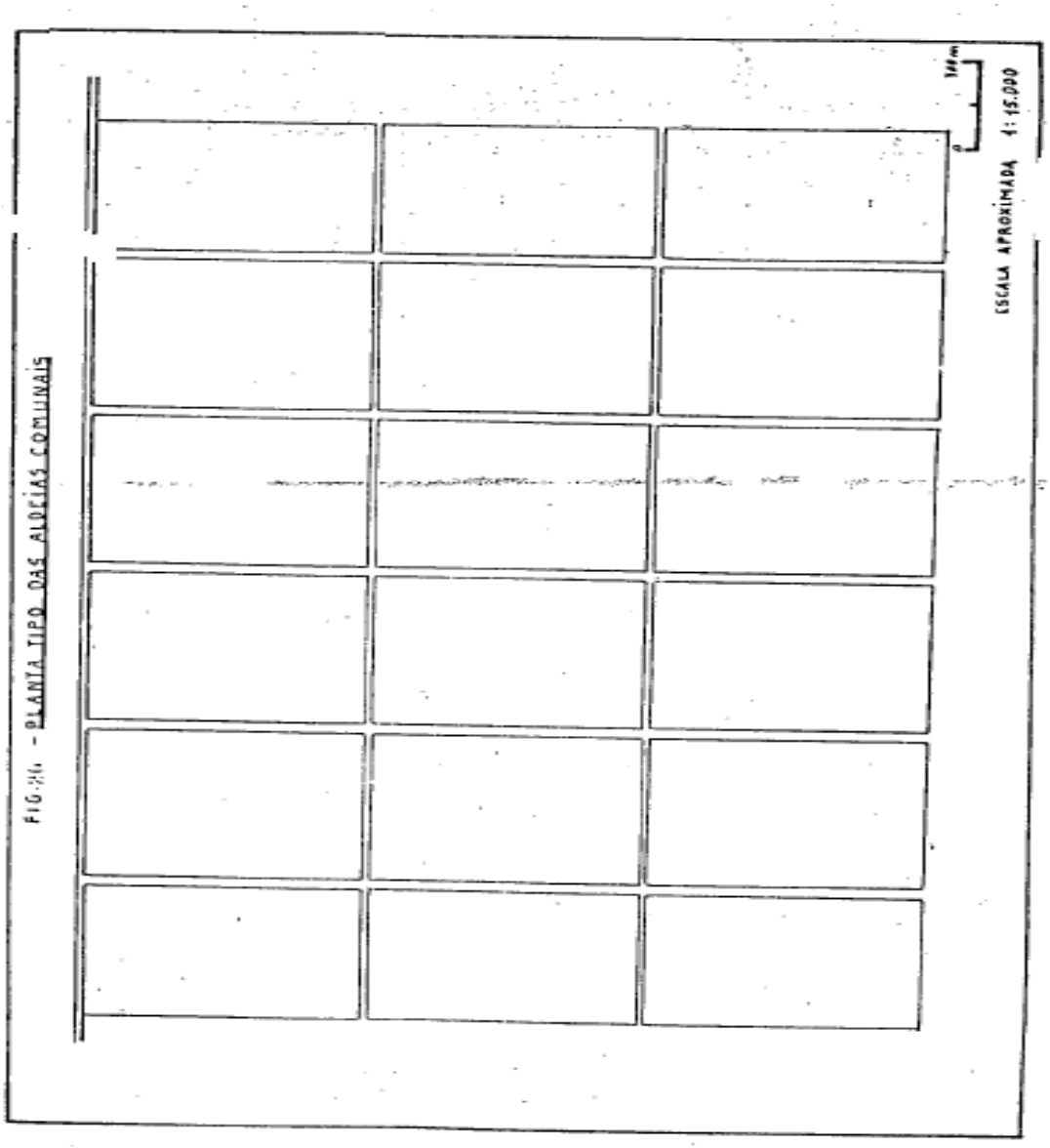
Maputo, aos 20 de Maio de 2009

O Chefe da secretaria

Arnaldo Paulino Antonias

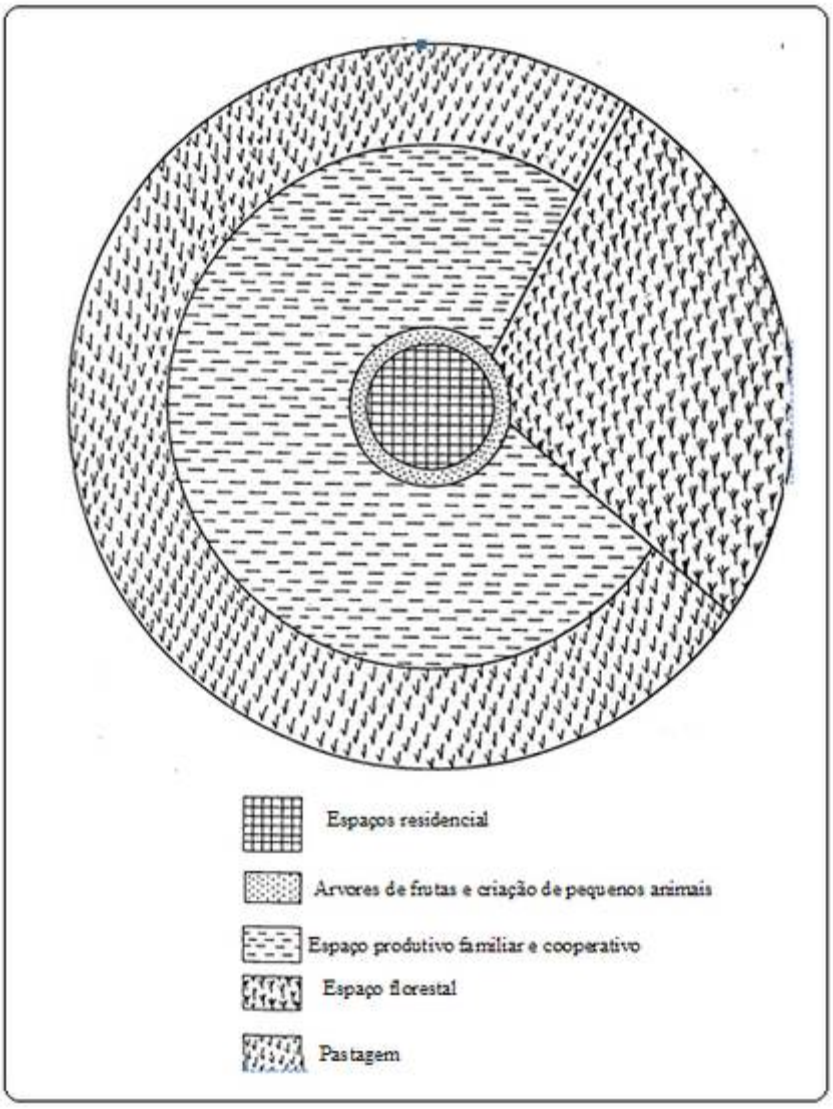
Cadeia Prov. do Niassa-Lichinga
Entrada N.º 361
Data 20 Maio 2009
Ass.

***Planta da aldeia comunal***




**Fonte**: Araújo (1988).

***Configuração do modelo de aldeia comunal***




**Fonte**: Araújo (1988).

***Termo de Livre Consentimento***

Eu_____

(Nome do entrevistado)

Aceito participar voluntariamente na pesquisa subordinado ao tema. *O lugar da desordem: um estudo sociológico sobre o assalto á mão armada em Moçambique na cidade de Lichinga*, cujo objetivo é perceber quem são esses jovens que optam por essa modalidade criminosa e por que os mesmos enveredam pelo mundo do crime e da violência, mais propriamente do assalto à mão armada.

Foi-me explicado que esta pesquisa é de autoria de Joaquim Miranda Maloa e enquadra-se no trabalho do fim do curso para obtenção do grau de mestre em Sociologia De acordo com os esclarecimentos prestados, a minha participação na pesquisa, não é obrigatório. Onde responderei livremente as questões sobre o tema em questão. A minha participação na entrevista será de aproximadamente 90 minutos (1 hora e 30 minutos). Por isso tenho total liberdade para interromper a minha participação quando me convier sem risco, sanções ou qualquer outro tipo de prejuízo.

Lichinga_____de_____de 2010

_____

(Assinatura do Pesquisador)